

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS – ENCE
GERÊNCIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS

LUIZ AUGUSTO DE FARIA DOS SANTOS

RELAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO, ATIVIDADE ECONÔMICA E MIGRAÇÕES –
CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS: UM FOCO NA
ESCALA LOCAL – A VILA DO FRADE

Rio de Janeiro
Outubro 2009

LUIZ AUGUSTO DE FARIA DOS SANTOS

RELAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO, ATIVIDADE ECONÔMICA E MIGRAÇÕES –
CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS: UM FOCO NA
ESCALA LOCAL – A VILA DO FRADE

Dissertação de Mestrado submetido à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE como parte dos requisitos indispensáveis para a obtenção do título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Neide Lopes Patarra
Co-Orientador: Prof. Dr. Cesar Ajara

Rio de Janeiro
Outubro 2009

S237r Santos, Luiz Augusto de Faria do Santos.
Relações entre território, atividade econômica e migrações –
configuração espacial no Município de Angra dos Reis: um foco na
escala local – a Vila do Frade/ Luiz Augusto de Faria Santos, 2009.
165f.
Inclui bibliografia e apêndice.
Acompanha 1 DVD.

Orientadora: Neide Lopes Patarra.

Co-Orientador: Cesar Ajara.

Dissertação apresentada a Escola Nacional de Ciências Estatísticas,
para obtenção do grau de mestre em Estudos populacionais e pesquisas
sociais.

1. Planejamento urbano – Rio de Janeiro (Estado) - Angra dos Reis. 2.
Gestão do território – Rio de Janeiro (Estado) – Angra dos Reis. 3.
Migração – Brasil – Angra dos Reis. 4. Demografia – Rio de Janeiro
(Estado). I. Patarra, Neide Lopes. II. Ajara, Cesar. III. Escola Nacional de
Ciências Estatísticas. IV. IBGE. V. Título.

CDU: 711.4(815.3) ANGRA DOS REIS

LUIZ AUGUSTO DE FARIA DOS SANTOS

**RELAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO, ATIVIDADE ECONÔMICA E MIGRAÇÕES –
CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS: UM FOCO NA
ESCALA LOCAL – A VILA DO FRADE**

Dissertação de Mestrado submetido à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE como parte dos requisitos indispensáveis para a obtenção do título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

Aprovado por:

Prof.^a Dr.^a Neide Lopes Patarra - Orientadora
Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE

Prof. Dr. Cesar Ajara
Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE

Prof.^a Dr.^a Luciana Correa Lago
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional – IPPUR/UFRJ

Dr. Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira
Instituto Brasileiro de geografia e Estatística – IBGE

Dedico este trabalho à minha amada
companheira Geysa, às minhas filhas Mariana
e Alice e, *in memoriam* à minha querida avó
Maria Elisa Borges, ao meu pai Osvaldo dos
Santos e ao vizinho, amigo e padrinho, Pedro
Reis.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à *vida* que trouxe essa maravilhosa oportunidade de aprimorar conhecimentos, descobrir tantos outros e desvendar novos caminhos.

À minha família por entender e suportar minha ausência e me apoiar de forma incondicional na escolha feita, estando sempre por perto nos momentos de dúvidas.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e à Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE que, com seus recursos humanos e materiais, me possibilitaram imergir neste curso de mestrado, provendo não só acesso a informações de qualidade como também recursos financeiros que viabilizaram meu projeto de estudo.

Aos meus mestres orientadores, Prof.^a Dr.^a Neide Lopes Patarra e Prof. Dr. Cesar Ajara pelo carinho, amizade, paciência, simplicidade, acesso, transferência de conhecimentos, puxões de orelha e disponibilidade que procuraram sempre colocar ao meu alcance.

Aos meus mestres professores que ao longo do curso me instigaram a pensar, discutir e refletir sobre questões de fundamental importância para formação de um pesquisador voltado às questões sociais, principalmente nas figuras do meu amigo e mestre José Eustáquio Diniz e da minha dura, mas justa, professora Maysa Sacramento de Magalhães.

À Rose Brito, que cuida da biblioteca da ENCE, profissional sem a qual nosso acesso a muitas publicações utilizadas neste trabalho teria sido dificultado.

À D. Neuza, da Secretaria Geral da Escola, pela sua agitação, competência, presteza e carinho com o qual sempre me tratou por todo este período de trabalho.

Ao meu amigo e irmão Carlos Augusto Peixoto que do seu jeito sempre me incentivou a procurar o aprimoramento dos meus conhecimentos e a buscar sustentação metodológica para os meus *insights científicos*.

À Solange Cabral, por abrir portas de acessos por onde nosso trabalho pode ganhar em qualidade e originalidade de informação.

Aos meus companheiros de luta Eduardo Nascimento e Paulo Messina por fazerem parte do que eu considero o momento mais importante da minha vida com sua compreensão e apoio em momentos delicados.

Ao amigo José Augusto Aires e a todos os amigos da Vila do Frade que contribuíram de forma decisiva para o sucesso desta pesquisa.

A todas as famílias, indivíduos e instituições que cooperaram nos cedendo seu tempo para nossas entrevistas.

Aos funcionários das secretarias de Educação, Meio Ambiente, Atividades Econômicas pela disponibilização de informações e dados primários.

E, finalmente, à minha querida e amada mãe, Maria Madalena, sem a qual parte importante deste trabalho não teria sido possível, pela disponibilidade, coragem, carinho e amor que sempre me dedicou e que estiveram presentes em momentos fundamentais desta pesquisa.

MUITO OBRIGADO!

Só se é intranquilo enquanto se tem esperança.
(Hermann Hesse).

RESUMO

Considerando a busca da interdisciplinaridade que o mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE - persegue e a dimensão social das pesquisas que os alunos desse mestrado são orientados a se inserir, neste trabalho procuramos caminhar pelos rumos das ciências sociais, fazendo uso da Economia à Geografia, passando pela História, Sociologia, Demografia e Antropologia e utilizando as importantes ferramentas das ciências estatísticas. Nesse sentido o trabalho busca compreender o processo de configuração espacial no município de Angra dos Reis partindo do tripé explicativo **Território, Economia e Migrações**. Utilizando métodos de pesquisa que iniciam com a revisão bibliográfica com conseqüentes definições teórico-conceituais, passam pela reconstituição da história do território, avançam pelas bases de dados e séries temporais dos censos, anuários estatísticos, dos dados secundários até encontrar-se com informações e dados primários surgidos como resultado de pesquisa de campo num dos maiores aglomerados urbanos do município em tela, a Vila do Frade, localizado em Cunhambebe, distrito que comporta 39% da população residente do município angrense. Tendo feito a escolha de análise dos dados e informações disponíveis em múltiplas dimensões, ora tecemos comparações entre o município e o Estado do Rio de Janeiro, ora as comparações se dão na escala intra-municipal, obtivemos resultados que permitem ver como foi o processo de formação e conformação geográfico, populacional e econômico pelo território em questão, quais os atores implicados e que fatores realmente fizeram parte do processo de transformação, desenvolvimento, configuração e reconfiguração daquele espaço. Além de atualizar dados e discussões, já trazidos por alguns autores, sobre a micro-região da Baía da Ilha Grande, o trabalho aponta para desigualdades ocorridas nas últimas quatro décadas e propõe algumas novas perguntas derivadas de outras que motivaram inicialmente a construção desta pesquisa.

Palavras-Chave: Angra dos Reis. Vila do Frade. Usina Nuclear. Território. Espaço. População.

ABSTRACT

Considering that the Master Program in Population Studies and Social Research emphasizes an interdisciplinary analysis of social questions and also considering the social dimension of the disciplines encompassed by the Program, in this work we try to connect some knowledge derived from economy as well as geography, history, sociology, demography and anthropology. In this sense this work focuses in the understanding of the spatial configuration process in Angra dos Reis using three structuring and interconnected dimensions, that is: space, economic activities and migrations. Starting with a bibliographic review and a historical reconstruction of the area we moved forward to data bases and demographic censuses, annual statistics and other feasible secondary information. After this we moved towards a field research in one of the biggest urban aggregation of Cunhambebe district, the already mentioned Vila do Frade. In the analysis of the statistical data we made comparisons between the country, the Estate of Rio de Janeiro and the intra-village information. In the qualitative field work we could grasp the role of economy and population in the process of formation and geographic configuration of that space. Updating data and debates about the micro-region of Baía da Ilha Grande by several authors, we also could perceive the dissimilarity which took place in the last four decades and proposes new questions besides the ones that had initially motivated the structure of this research.

Keywords: Angra dos Reis. Village do Frade. Nuclear Power Plant. Area. Space. Population.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Região: alguns conceitos.....	26
Quadro 2	Quadro 2: Síntese das idéias – autores utilizados.....	29
Imagem 1	: Mapa do Município De Angra dos Reis.....	73
Figura 1	Distribuição populacional por faixas etárias do Estado do Rio de Janeiro – 2000	75
Figura 2	Distribuição populacional por faixas etárias do município de Angra dos Reis – 2000.....	76
Tabela 1	Taxa de crescimento da população residente nos períodos 1980-1991 e 1991-200, para o Estado do Rio de Janeiro e município de Angra dos Reis - 1980, 1991 e 2000.....	76
Tabela 2	Distribuição da população residente por sexo e média de idade para o Estado do Rio de Janeiro e para o município de Angra dos Reis - 1980, 1991 e 2000.....	77
Tabela 3	Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , para o município de Angra dos Reis - 2003-2006.....	79
Tabela 4	Pessoal ocupado nas unidades locais de Angra dos Reis, por grupo de atividade – 2000.....	80
Tabela 5	Distribuição percentual dos chefes de domicílio por classe de rendimento nominal em Salários Mínimos* para o Estado do Rio de Janeiro e para o município de Angra dos Reis – 2000.....	81
Tabela 6	Equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, distribuídas pelas respectivas áreas de atuação e regime contratual – 2009...	83
Tabela 7	Número de alunos por seguimento escolar na rede pública municipal de ensino do município de Angra dos Reis - 2009.....	84
Tabela 8	Classificação do IDEB para Brasil, Estado do Rio de Janeiro e município de Angra dos Reis no ensino fundamental da rede pública – 2005 e 2007.....	84
Tabela 9	Percentual de responsáveis pelos domicílios, em relação ao total de responsáveis pelos domicílios, por anos de estudos, para o Estado do Rio de Janeiro e para o município de Angra dos Reis – 2000.....	85
Tabela 10	Percentual dos domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água e situação do lixo no Estado do Rio de Janeiro e no município de Angra dos Reis - 2000.....	87
Tabela 11	Forma de esgotamento sanitário nos domicílios do Estado do Rio de Janeiro e do município de Angra dos Reis - 2000.....	88
Tabela 12	Número e percentual de domicílios que utilizavam sistema de fossas com forma de esgotamento no município de Angra dos Reis - 1960 e 1970.....	88
Tabela 13	Percentual da população residente em domicílio particular, por grupo de idade no município de Angra dos Reis, por distritos - 2000.....	89
Figura 3:	Vista Aérea da cidade de Angra dos Reis em três momentos distintos de tempo...	91
Tabela 14:	Distribuição da população residente pelos distritos do município de Angra dos Reis - 1970, 1980, 1990 e 2000.....	92
Tabela 15:	Taxas de crescimento populacional para os distritos do município de Angra dos Reis nos períodos 1980-1970, 1991-1980 e 2000-1991.....	92
Tabela 16	Percentual de responsáveis pelos domicílios permanentes, por classe de renda, por distrito, no município de Angra dos Reis - 2000.....	93
Tabela 17	Média dos rendimentos nominais dos responsáveis pelos domicílios, por distrito,	97

	no município de Angra dos Reis - 1991 e 2000.....	
Tabela 18	Distribuição de Pessoas responsáveis pelo domicílio, por classe de instrução para o município de Angra dos Reis, por distritos - 2000.....	97
Tabela 19	Distribuição percentual de pessoas responsáveis por domicílio, por classe de anos de estudo para o município de Angra dos Reis, por distritos – 2000.....	98
Gráfico 1	Distribuição dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de instrução por classe de rendimento - Estado do Rio de Janeiro - Município de Angra dos Reis - Distritos - 2000.....	100
Gráfico 2	Distribuição dos responsáveis pelos domicílios por anos de estudos - Município de Angra dos Reis e distritos – 2000.....	101
Tabela 20	Forma de esgotamento sanitário para o município de Angra dos Reis e seus distritos – 2000.....	102
Tabela 21	Número de banheiros por domicílio para o município de Angra dos Reis - Percentual por Distrito – 2000.....	103
Figura 5	foto de satélite da Vila do Frade e seus entornos.....	104
Figura 6	Foto aérea da Vila do Frade em 1960.....	105
Tabela 22	IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para rede Estadual do Rio de Janeiro, Município de Angra dos Reis, E. E. Antonio Dias Lima e Almt. Roberto Montenegro e E. M. Cacique Cunhambebe – resultado publicado em 2008.....	120
Tabela 23	Estrutura funcional da creche municipal da Vila do Frade.....	121

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 LOCAL, REGIONAL E GLOBAL – ENFOQUES TEÓRICOS	14
3 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	38
3.1 A REGIÃO NO CONTEXTO DA COLÔNIA E INÍCIO DO SÉC. XX	39
3.1.1 O Apogeu	39
3.1.2 A decadência	43
3.2 A REGIÃO NO CONTEXTO DO SÉC. XX	45
3.2.1 A retomada - primeira metade	45
3.2.2 Crescimento populacional e dinamismo sócio-econômico-espacial – segunda metade do séc. XX	47
3.2.2.2 Angra dos Reis e o projeto brasileiro de energia nuclear	52
3.2.2.3 Angra dos Reis e sua principal “artéria” – Rodovia Rio-Santos	59
3.2.2.4 Angra dos Reis e as novas dinâmicas observadas na década de 1980.....	65
4 ANGRA DOS REIS: ASPECTOS GERAIS DA POPULAÇÃO E DO TERRITÓRIO.	73
4.1 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E DOS DOMICÍLIOS.....	74
4.2 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	77
4.3 ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	82
4.4 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA.....	86
4.4.1 Saneamento Básico	86
4.4.2 Outros: Saúde, transporte e atendimento bancário.	88
4.5 ANÁLISE INTRA-MUNICIPAL.....	89
4.5.1 Distribuição populacional por distritos	89
4.5.2 Rendimentos	93
4.5.3 Educação	97
4.5.4 Saneamento básico	101
5 UM OLHAR SOBRE A ESCALA LOCAL	104
5.1 ASPECTOS GERAIS E GEOGRÁFICOS DA VILA DO FRADE.....	106
5.2 IMIGRAÇÃO.....	109
5.3 SAÚDE.....	114
5.4 EDUCAÇÃO.....	118
5.5 DINÂMICA ECONÔMICA.....	122
5.6 TRANSPORTE.....	129
5.7 MEIO AMBIENTE.....	131
5.8 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE.....	134
5.9 INFRAESTRUTURA.....	137
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE A - ÍNDICE DAS ENTREVISTAS	151
APÊNDICE B – RELATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPO	152

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender o processo de configuração espacial no município de Angra dos Reis partindo do tripé explicativo Território, Economia e Migrações. Utilizando métodos de pesquisa que iniciam com a revisão bibliográfica com conseqüentes definições teórico-conceituais, passam pela reconstituição da história do território, avançam pelas bases de dados e séries temporais dos censos, anuários estatísticos, dos dados secundários até encontrar-se com informações e dados primários surgidos como resultado de pesquisa de campo num dos maiores aglomerados urbanos do município em tela, a Vila do Frade, localizado em Cunhambebe.

No capítulo I são apresentados os marcos teórico-conceituais do estudo bem como a problematização de seu objeto, ressaltando as dificuldades e importância da reconstrução dos fenômenos em distintas escalas de observação e análise.

No capítulo II enfocamos a esquematização dos fenômenos ocorridos na micro-região da Baía da Ilha Grande e, para tanto, nos apoiamos na história do território a partir da qual observamos a sucessão de fenômenos que configuram o processo de transformação do município de Angra dos Reis.

Ainda no capítulo II mostramos a transição da economia basicamente agrária do município de Angra dos Reis para uma economia industrial com novas formas de uso e ocupação do solo bem como o início do crescimento populacional .

No capítulo III, para um período mais recente – 1950 a 2000 – utilizamos informações e os dados disponíveis sobre Angra dos Reis e procuramos construir alguns indicadores que nos possibilitassem enxergar quais foram os principais resultados do processo histórico descrito no capítulo II .

Alguns resultados trazidos pela análise dos dados no capítulo III reforçaram nossa hipótese de que o processo de desenvolvimento pelo qual passou o município de Angra dos Reis não se deu sem desigualdades locais, configurando conhecidos processos de discriminação e crescentes vulnerabilidades, fenômenos que, como sabemos, são característicos dos recentes processos de urbanização em nossa sociedade e em outras sociedades latino-americanas e/ou de países emergentes

O Capítulo IV procura detalhar questões que fazem parte da realidade de um dos principais aglomerados urbanos do município de Angra dos Reis, a Vila do Frade, localizada no distrito de Cunhambebe, que no Censo 2000 mostrava uma população que correspondia a

39% da população residente total no município de Angra dos Reis. Aí realizou-se o levantamento qualitativo integrante desta pesquisa

Nossa hipótese era a de que naquela escala podia-se entender com mais propriedade que tipo de desigualdades o processo de desenvolvimento municipal ensejou e qual a intensidade dessas desigualdades no nível local .

O trabalho se encerra com indicação de possíveis caminhos para aprofundamento da pesquisa.

2 LOCAL, REGIONAL E GLOBAL – ENFOQUES TEÓRICOS

O desafio de estudar e entender processos ocorridos num determinado território nos motivou na construção desta pesquisa. As dificuldades em deixar de lado a fetichização, a personificação, do território são imensas, pois se tende a tratar os processos como um somatório de fenômenos ocorridos num determinado tempo, num determinado local, deixando de lado o que há realmente de especial nessa dinâmica: a relação entre agentes sociais, entre seres humanos, a dialética da construção histórica, portanto cotidiana e contínua, do espaço.

Para tratarmos da dinâmica territorial com a devida correção e coerência fizemos uma escolha metodológica que nos leva ao estudo dos objetos em múltiplas escalas. Entender o espaço constituído e configurado por uma interação de fenômenos passa pela necessidade de admitir que forças endógenas e exógenas fazem parte do equilíbrio do **jogo** na escala local e, portanto, não se podem negligenciar os vários poderes e suas hierarquias, nem mesmo a macroeconomia e os macroprocessos que, partindo de uma escala mais ampla, exercem influências nessa escala local e, logo, são partes constituintes da sua própria **natureza**, com ela interagindo e fazendo parte dos processos de configuração desse espaço.

Dessa forma, iniciamos com o estudo da micro-região da Baía da Ilha Grande, com especial atenção ao município de Angra dos Reis e seus distritos, para chegarmos à Praia do Frade a qual, neste trabalho, iremos chamar de Vila do Frade, localidade parte do distrito de Cunhambebe, segundo distrito de Angra dos Reis.

Além da dinâmica geográfica - trabalhar em diferentes escalas - mostraremos o desenvolvimento dos processos ao longo do tempo – perspectivas históricas. Para tanto buscaremos compreender o processo de desenvolvimento histórico da micro-região da Baía da Ilha Grande em suas dimensões territoriais, econômicas e populacionais.

O tripé explicativo que nos ajudará na aproximação de nosso objeto, consiste em compreender e explicitar as inter-relações entre território, atividade econômica e migrações no tempo e no espaço, mais especificamente no município de Angra dos Reis.

Além de trabalhar com a história da micro-região e as informações dos Censos, nossa pesquisa traz, através de estudo de campo realizado na Vila do Frade, dados primários que resultam em novas perguntas visto que possibilitam análises até então não experimentadas. Obtivemos, também, material iconográfico sobre o município e sobre a Vila. Faremos uso desse material, principalmente fotografias atuais e de períodos passados, como ferramental

auxiliar na explicitação de alguns fenômenos como, por exemplo, a expansão populacional e as formas de **divisão e ocupação** territorial.

O fato de termos morado na Vila do Frade entre o início dos anos setenta e meados dos anos oitenta e a freqüentarmos até os dias atuais, também nos motiva na construção deste trabalho. No período que fomos moradores do local testemunhamos vários acontecimentos que fizeram parte do processo de transformação daquele espaço. Essa experiência está presente neste trabalho como componente auxiliar na compreensão de nosso objeto, principalmente nas questões diretamente relacionadas à Vila.

Dessa forma, o esforço em nos desprendermos da idéia de processo como um somatório de fatores e, também, do território como sujeito, permite não perder de vista o que há de mais rico a ser analisado e compreendido: os agentes sociais e suas relações, sua história, sua formação, social e política. E ainda, ficamos livres para transitarmos por diferentes épocas e escalas e assim enxergar os acontecimentos atuais como uma interação de agentes cumprindo diferentes papéis nas múltiplas escalas e nas diferentes épocas.

Há interferências de fora para dentro, de cima para baixo, no processo de apropriação dos espaços aqui tratados. Portanto, forças endógenas participam ativamente das ações, mas não agem, de nenhuma forma, em nenhum momento, sozinhas e sim interagem, a todo momento e de várias maneiras, com forças exógenas que muitas vezes cumprem papéis determinantes, mas nunca hegemônicos. Existem, a todo tempo, múltiplos interesses em jogo e, portanto, será sempre necessário buscar o equilíbrio de forças.

É mister dizer que dependendo do momento em que se está retratando o processo aqui analisada, os papéis e a força de cada agente envolvido irá mudar. Se até meados dos anos setenta o Estado terá papel preponderante nas mudanças ocorridas e, no bojo do poder estatal, forças endógenas atuarão de forma contundente muitas vezes direcionando os caminhos do desenvolvimento, através de investimentos, interferências na legislação através da composição do poder político etc. o mesmo não se pode afirmar com a implantação da indústria do turismo a partir de meados dos anos setenta.

Embora o Estado tenha sido determinante também no processo de surgimento do turismo na região, não se pode negar que o empresariado local, representado principalmente pelos proprietários da terra, não teve influência em apontar novos caminhos para o desenvolvimento a partir de então, e dessa forma houve sim forças endógenas envolvidas diretamente nos novos rumos que iriam tomar toda aquela região, principalmente na definição dos setores que seriam preponderantes a partir de então, como o turismo.

Este trabalho permite identificar agentes, e suas respectivas ações, envolvidos no desenvolvimento do território, além de mostrar algumas conseqüências dessa dinâmica interativa. Veremos, tanto na teoria quanto na prática, que todo esse processo de transformação não se dá sem conflitos. A população historicamente constituída, por vezes, terá seus interesses subjugados devido o desequilíbrio de forças, cumprindo o papel apenas de aceitar imposições, mas não há hegemonia de poder, ao contrário, eles se chocam e dialogam o tempo todo num processo dialético.

Identifica-se o Estado, nas suas muitas formas de representação ao longo da história brasileira, como agente propulsor fundamental nas mudanças ocorridas no território aqui estudado. A partir do final dos anos cinquenta toda a micro-região da Baía da Ilha Grande fará parte do plano de metas do governo JK e passará a receber importantes plantas industriais, as quais veremos os detalhes no capítulo seguinte.

É exatamente a partir dos anos cinquenta que tem início o fenômeno do crescimento populacional no município de Angra dos Reis, fenômeno que ganhará maior destaque a partir dos anos setenta, principalmente quando comparamos as taxas de crescimento local com as taxas médias do Estado do Rio de Janeiro.

Esse crescimento destacado a partir dos anos setenta nos impulsionou de várias maneiras na determinação dos caminhos aqui percorridos. Por exemplo, a pesquisa de campo que fizemos partia da premissa que o aumento da população na Vila do Frade teria contribuído para deterioração na qualidade de vida local.

O resultado da pesquisa é apresentado na última parte deste trabalho e nos dá boas indicações de recalibragem de nossas hipóteses iniciais, porém, não as desmentem por completo. É possível ver que a Vila esteve no chamado **olho do furacão** dos processos de transformações pelos quais passou o município de Angra dos Reis.

Processos sociais dificilmente se movem numa única direção, isso quer dizer que nem só de perdas viveu a localidade em tela, ao contrário, alguns ganhos são percebidos, principalmente, por moradores mais antigos e por moradores que chamaremos em nosso trabalho de **imigrantes de primeira geração**.

Porém, mais importante que verificar se nossas hipóteses iniciais se sustentavam após as constatações permitidas pela pesquisa, são os novos caminhos encontrados, as novas hipóteses possíveis e a descoberta de fenômenos que não haviam sido captados em pesquisas anteriores, que sempre trabalharam em escalas mais amplas.

Os fenômenos ocorridos e explicitados em Angra dos Reis são de múltiplas faces e não são prerrogativa daquele território, ao contrário, fazem parte do modelo de

desenvolvimento experimentado em várias partes do Brasil e mesmo do mundo. Apoiamo-nos em três discussões teórico-conceituais que refletem nosso tema: **Modernidade, Modernização e Espaço; Múltiplas escalas; Reconfiguração territorial.**

Utilizamos fundamentalmente dois autores que fazem as apresentações e as críticas dessas teorias ligando-as de forma direta às transformações do espaço no município de Angra dos Reis: o economista Carlos Enrique Guanzioli e o geógrafo Rodolfo V. Bertonecello.

Esses autores se debruçaram sobre questões que ora são pertinentes aos nossos interesses no município de Angra dos Reis. Cada qual buscando responder a diferentes inquietações, mas, também, buscando compreender o papel dos agentes modeladores daquele espaço. Que papéis teriam atuado cada agente identificado e que conseqüências suas ações teriam resultado.

Os autores dialogam em suas respectivas abordagens, porém, enquanto Bertonecello (1992) vai abordar a **modernidade e o processo de modernização e espaço**, as diferentes faces desse processo, partindo da teoria mais geral para as especificidades do caso brasileiro, ou seja, apoiando-se numa discussão teórico-conceitual, Guanzioli (1983) utilizará metodologia apoiada na história e na pesquisa de campo para entender a configuração sócio-econômica da micro-região. Não negligenciando a teoria, este autor imprimiu um viés **prático** à sua pesquisa, mas abordou a **Teoria das Vantagens Comparativas** e a **Teoria da Base Econômica**, além de trazer importante discussão conceitual sobre **Região**. Bertonecello também utilizará a história da micro-região para compreender os fenômenos contemporâneos e é exatamente nessa coincidente opção metodológica onde os dois autores vão dialogar com maiores interseções.

Diferenças e coincidências metodológicas à parte, o que nos interessou no trabalho desses autores foram os objetos por eles definidos para responderem a inquietações sobre a ocupação do espaço no município de Angra dos Reis.

No centro do que nos traz Bertonecello está a identificação dos agentes envolvidos na dinâmica de ocupação do espaço angrense com seus respectivos papéis. Nesse sentido, o autor identifica, dentre outros, o Estado brasileiro como importante agente modelador do espaço em tela. O Estado, através dos seus múltiplos mecanismos de ação, atua como agente propulsor de mudanças. Obviamente, o papel desse agente não se encerra no território angrense, ao contrário, esse território será exposto a projetos estatais forjados fora de seu âmbito de poder, fazendo parte do projeto de desenvolvimento de toda uma região, o Sudeste brasileiro.

No Brasil, a modernização apresenta as feições típicas da América Latina: a modernização é autoritária (na medida que é imposta à sociedade), de cima para baixo, centralizada no governo nacional, conservadora (toda vez que permite às elites manter os seus privilégios). Caracteriza-se também pela presença marcante do Estado, e pelo papel central do território. (BERTONCELLO, 1992, p. 9)

O autor experimenta localizar o papel do Estado e suas inter-relações com o local e também o global:

No decorrer do processo de modernização capitalista, e no que diz respeito à variável espacial, duas tendências parecem destacar-se, especialmente a partir da década de trinta deste século. A primeira é a transformação do Estado num agente privilegiado na construção do espaço. A segunda é a intensificação dos fluxos a nível planetário que permite uma nova divisão internacional do trabalho tornando menos nítidas as especificidades dos lugares. Neste processo, o Estado tem um papel de destaque, através de uma ação que ao mesmo tempo que “constrói o espaço” constrói também as suas bases de legitimação. O Estado se transforma num agente privilegiado no processo de integração dos diferentes espaços, impondo a sua lógica aos diversos lugares, num processo de controle e homogeneização crescente. [...]. (BERTONCELLO, 1992, p. 16-17).

Porém, esse destacado papel modelador do Estado não o habilita a estar sozinho no processo de configuração do espaço, ao contrário, o sentido primeiro dessa atuação pode ser entendido como base à atuação de outros agentes.

Mas não só o Estado impõe o seu controle sobre o espaço. Os circuitos de poder econômico também vão subsumindo os diversos espaços às lógicas privilegiando alguns lugares ao tempo que outros são deixados de lado. Neste processo, as novas tecnologias levam a uma aparente dualidade espacial, que precisa ser analisada. [...]. A intervenção no espaço tem sido uma das principais tarefas e instrumentos de legitimação do Estado, já desde o seu aparecimento como Estado Moderno. A sua defesa e controle, o seu “alijamento” em função de criar condições para que os velhos espaços possam ser integrados aos novos processos, ou a provisão das infra-estruturas necessárias para o funcionamento do sistema, têm sido tarefas permanentes. (BERTONCELLO, 1992, p. 17).

Como se vê, não há nenhum descolamento entre o papel cumprido pelo Estado e o sistema de acumulação vigente, ao contrário, o Estado pavimenta o caminho no sentido de trazer condições para reprodução e acúmulo do capital. Para cumprir tal papel o Estado vai interagir com outros agentes e, desta forma, negocia com as instâncias regional e local, aliando-se aos interesses econômicos e aos proprietários das áreas de interesse para construção de equipamentos e disponibilização de infra-estrutura. (BERTONCELLO, 1992).

Toda essa configuração do espaço, porém, não se dá sem conflitos. Nem todos os agentes envolvidos nos processos têm seus interesses alinhados. A conflagração dos conflitos, não raro, se dá entre os interesses econômicos estabelecidos, portanto, à própria lógica de

acumulação, e o **espaço cotidiano** onde, em última instância, estão as populações historicamente constituídas.

A existência de um **território em conflito**, a partir das ações dos diferentes agentes e das confrontações dos diferentes interesses, coloca-se como **pano de fundo** para o enfraquecimento do poder estatal¹, pois os conflitos não se dão apenas por divergentes interesses locais ou mesmo regionais, mas se ampliam em escala planetária chocando-se comumente com os interesses das grandes corporações transnacionais que acabam por prescindir, mas não totalmente, do Estado no processo de reprodução do capital.

[...] o Estado perde poder de negociação (a corporação transnacional negocia diretamente com o local), ao tempo que se vê diminuída a sua base econômica, é exigido de cumprir novas funções, dando maiores incentivos para atrair capitais ao passo que não pode satisfazer às demandas sociais crescentes. [...]. (BERTONCELLO, 1992, p: 20).

Seja como for, as transformações surgidas com os processos de modernização, das quais o Estado atuou com presença incontestada, engendram novas formas de pedir da sociedade. Desta forma “A descentralização seria então um instrumento para a democratização dos processos sociais, o aumento da participação popular e a redução da injustiça social nas coletividades locais envolvidas”. (BERTONCELLO, 1992, p. 20)

Vê-se, principalmente a partir dos anos setenta, um crescente aumento em número e importância de movimentos sociais que começam a ser vistos e entendidos como alternativas de participação, porém

[...] É necessário reconhecer que a descentralização não é mais do que uma outra distribuição territorial da administração do poder no âmbito de um território nacional determinado. Que em si não irá mudar as bases políticas, econômicas ou ideológicas do poder, e que está determinada por fatores estruturais que se colocam a nível nacional e internacional. Isto impede assumir atitudes idealistas (mudar a sociedade pela descentralização), dando ênfase à composição e aos interesses da **sociedade local**. (BERTONCELLO, 1992, p. 21-22. grifo do autor).

Nota-se, portanto, certa ambigüidade do **poder local** como **agente** viabilizador de uma gestão descentralizada e democrática. Embora o autor não negue as possibilidades ensejadas

¹ O que chamamos de “enfraquecimento do poder estatal” na verdade deve ser entendido pelas novas composições de forças e logo pela própria dinâmica do processo que implica, inclusive, em mudanças estratégicas de interesses do Estado. É claro que sendo chamado a dialogar com o poder econômico nas múltiplas escalas e tendo como centro a nova lógica de acumulação capitalista que se experimenta a partir dos anos setenta, as barganhas que o Estado, principalmente dos países periféricos, “precisa” fazer nem sempre serão vantajosas a esse agente, ao contrário, vê-se, analisando a história recente, que muitas vezes as concessões são frequentemente feitas por parte do Estado mais do que os outros agentes econômicos envolvidos no processo. É provável, então, que a esse desequilíbrio alguns autores considerem “enfraquecimento do poder estatal”.

pela descentralização, no sentido em que poderia trazer maior participação dos movimentos sociais, assim, diretamente ou não, tornando relevante o papel atuante do poder local, ele, também, chama a atenção para a co-existência do poder central – Estado Nacional – mesmo numa estrutura de poder descentralizada e, desta forma, mostra as limitações dessa estrutura.

Bertha Becker coloca que o Estado a nível local é fundamental na reprodução do Estado a nível nacional, através de estratégias de diversificação dos conflitos, e de cooptação que asseguram a hegemonia ideológica (Becker, 1986: 54). Isto coloca o potencial de manipulação e a dependência a que o poder local está sujeito, expressando suas limitações. (BERTONCELLO, 1992, p. 22).

Quando inserimos a discussão da importância da escala local frente à perspectiva global de funcionamento do sistema, ou seja, o capital buscando sua reprodução através de configuração e reconfiguração de novos espaços, via nova divisão internacional do trabalho, da homogeneização do espaço local como contribuições para novas formas de acumulação capitalista, nessa confrontação entre o local e o global, vemos que

As grandes corporações espalham-se pelo mundo todo, estabelecendo circuitos de todo tipo (de bens, de tecnologias, financeiros e de poder) que pairam por cima até dos próprios Estados. Tem-se a sensação, cada vez maior, de que os lugares não importam nas suas especificidades, e são subsumidos na homogeneização imposta pelos grandes poderes. (BERTONCELLO, 1992, p. 23)

E ainda,

Assim, o poder se des-territorializa, os locais perdem o seu valor estratégico, já que tanto faz um lugar ou outro, ficando neles os custos da reprodução da população. Isto, tem uma dimensão política fundamental, no sentido de permitir aos poderes dominantes desentender-se das populações e de seus problemas. A referência ao planeta como a “aldeia global” diz respeito a esta questão, mostrando que a instantaneidade que as comunicações têm atingido levam (sic) à compressão do espaço da compressão (aceleração) do tempo. (BERTONCELLO, 1992, p. 24).

Em resumo, Bertoncello (1992) procura mostrar que a perda de legitimidade do Estado como principal agente modelador do espaço dá-se com a vinculação do local diretamente aos fluxos globais. Desta forma, o papel de intermediário que o Estado ocupou, deixa de ter importância nessa economia global e “Ao mesmo tempo, estabelece-se uma acirrada competição entre locais de escala similar para “serem escolhidos”, tendo as elites locais um papel importante na “adequação” destes locais aos requerimentos do capital internacional” (BERTONCELLO, 1992, p. 25).

Dessa maneira, a dinâmica de modernização da economia mundial tem efeitos profundos sobre o papel do Estado. O processo de centralização do poder, amplamente estabelecido no pós-guerra e que serviu como pavimento ao processo de reprodução do capital, perdurando até os anos setenta, deixou de ser hegemônico, cedendo lugar a novas formas de arranjo do poder, desta vez, aparentemente, menos centralizado. Porém, o que se vê, a partir do primeiro choque do petróleo, são novas composições de poder que darão sustentação a uma nova organização da produção. Esta nova forma tem na des-territorialidade sua principal forma de fragmentação do espaço, criando possibilidades de o espaço local ter algum poder atribuído, porém, em função da nova lógica de acumulação que abandona o modelo de produção fordista, assumindo um modelo de especialização flexível.

Alguns autores, porém, questionam a idéia que, no limite, nega, se não a existência, o poder das escalas intermediárias. Na seqüência desse capítulo apresentaremos a síntese de visão segunda a qual esse **pensamento único**, defendido, disseminado e aceito em muitos circuitos de tomada de decisão para os caminhos do desenvolvimento - além da academia através de inumeráveis autores - mostra **insuficiências, desvios e conseqüências nefastas da aplicação mecânica** do que é visto como modismo (BRANDÃO, 2007).

Não é nosso objetivo fazer uma discussão aprofundada do assunto, mas o fato é que o Estado do *Welfare State*, um Estado hegemônico que contribuiu decisivamente para o período de maior realização do sistema capitalista, os **trinta anos de ouro**, cedeu lugar às grandes corporações transnacionais que impuseram um padrão de acumulação onde nota-se certa contradição entre homogeneização e fragmentação do espaço. Com as novas tecnologias à disposição, é possível estreitar as barreiras de espaço-tempo com a maximização de todo o processo produtivo e logo de todo o sistema de acumulação e reprodução capitalista.

É possível ver estabelecida uma ligação entre o Estado Nacional e o processo que culmina na chamada **mundialização dos mercados**, pautada na teoria neoliberal. Ou seja, após fincar as bases para o desenvolvimento capitalista, o Estado retira-se do processo como principal agente, cedendo espaço para a **descentralização do poder**. Mas, como pondera Bertoncello, essa democratização do poder é passível de contestação quando vemos os grandes conglomerados empresariais estabelecerem as regras do circuito entre a produção e o consumo, muitas vezes, inclusive, tendo ingerência na legislação dos países, principalmente os periféricos, e logo no cotidiano das pessoas.

Parece, portanto, que há uma substituição de agentes no **posto central do poder**, portanto, é discutível tal descentralização, embora a escala local possa aparecer, diante desse

novo arranjo, com alguma autonomia e poder, mas de fato está servindo aos interesses do grande capital.

Embora o tema seja de fundamental importância para o momento, não é objetivo deste trabalho aprofundar-se na discussão atual que envolve nova forma de pensar o papel do Estado. Porém, não podemos deixar de reter o fato que, nas economias centrais, os Estados estão sendo chamados a regulamentar processos na intenção de socorrer e dar novo fôlego à reprodução do capital². A contradição é notória: o Estado mínimo requerido pelo neoliberalismo a partir dos anos setenta, é chamado a atuar de forma contundente, evitando assim uma grande quebradeira de instituições financeiras e grandes indústrias. Ao que parece, uma vez mais, o papel do Estado terá que ser reavaliado.

São muitos os exemplos de como a atuação do Estado foi determinante na configuração dos espaços aqui estudados. Enquanto o capítulo III mostra como foi essa atuação ao longo da história local, o capítulo IV nos permite **contabilizar** alguns resultados dessas ações.

Seja como for, a dinâmica dos processos ocorridos deixaram marcas, trouxeram conseqüências. Guanzioli explorou pormenorizadamente os conflitos ocorridos no município de Angra dos Reis a partir das instalações dos grandes projetos, dando ênfase à questão do uso e propriedade do solo. O autor faz exaustiva pesquisa quanto ao papel dos órgãos do Estado que atuaram, estabelecendo condições, na ocupação daquele espaço. Tal qual o fez Bertoncello, Guanzioli também perscruta o papel do Estado, porém, enfatizando os fatos que sua pesquisa revela. O autor, no entanto, não deixa de traçar considerações teóricas que ajudam a fundamentar algumas condições impostas à região angrense, por exemplo, a **vocação** para o turismo.

Subsidiado pela teoria das Vantagens Comparativas³, de origem neoclássica, o autor aborda o fator **Recursos Naturais** na composição do desenvolvimento de uma região, além,

² Os governos americano e europeus estão sendo levados a injetar trilhões de dólares no sistema financeiro para evitar quebradeira das instituições do setor e, portanto, a ruptura de toda estrutura do capitalismo financeiro. Mais ainda, na contramão de tudo que foi defendido pelo pensamento neoliberal, os governos estão comprando instituições financeiras quebradas, passando a acionistas majoritários e, em última instância, interferindo no funcionamento dos mercados. Além do sistema financeiro, importantes indústrias do setor automobilístico estão recebendo socorro financeiro dos governos, principalmente nos Estados Unidos.

³ Teoria formulada pelo economista inglês David Ricardo, publicada pela primeira vez em 1817 em sua obra intitulada *On The Principles of Political Economy and Taxation*. Em resumo trata-se de uma teoria que tem como base de sua formulação dizer que países onde o fator de produção Capital é mais abundante devem se especializar na produção e comércio de bens intensivos no fator Capital enquanto países onde o fator de produção abundante é a Força de Trabalho devem se especializar na produção e comércio de bens e produtos intensivos nesse fator de produção. O exemplo clássico apresentado pelo autor é o comércio de vinho e tecido entre Inglaterra e Portugal, onde o primeiro apresentaria menores custos na produção de tecidos enquanto o segundo levaria vantagem em produzir vinho.

como pressupõe a teoria, dos fatores **Trabalho e Capital**. Porém, de imediato nos expõe críticas ao modelo: “A principal crítica feita a esse modelo foi a de que o livre jogo do mercado não leva necessariamente ao equilíbrio dos preços dos fatores e que, portanto, este equilíbrio deveria ser buscado por meio de intervenção estatal.” (GUANZIROLI, 1983, p. 305).

E continua,

Na realidade, o problema central desta teoria reside no fato de considerar como dado fixo a distribuição dos fatores (naturais ou não) entre os diversos países e/ou regiões. Em outras palavras, **é a Natureza, em última instância, a responsável pelo crescimento, ou não, de uma região.** [...]. (GUANZIROLI, 1983, p. 305, grifo do autor).

A crítica do autor busca desmistificar o conceito de **vocação** que estaria implícito no modelo das Vantagens Comparativas.

[...] “Nossa crítica fundamental a este modelo concentra-se na limitada análise estrutural da unidade regional. Ela só é diferenciada pelo volume e tipo de recursos naturais que possui”. (Rofmam). Desse modo, vemos como o modelo das Vantagens Comparativas fundamenta o conceito de “vocação”, **slogan** preferido dos planejadores atuais. (GUANZIROLI, 1983, p. 306, grifo do autor).

A questão de atribuir ou não uma **vocação** a uma região ou área, quando estabelecida de fora para dentro, centra-se na possibilidade de se ter, ou não, lucro naquele espaço, ou seja, depende da demanda que se espera atender com tal atribuição.

A lógica seria a seguinte: como existe uma certa demanda, cujo atendimento produzirá grandes lucros (no caso de Angra, o turismo), aciona-se um sistema de “planejamento” que escolhe, dentro de uma área, certos recursos e despreza outros, para decidir, por exemplo, que a vocação de Angra dos Reis é o turismo. Por outro lado, sabemos que a Natureza, como Trabalho e o Capital, não é um dado fixo, isto é, alguma coisa pura e intocada, mas se apresenta de forma cada vez mais ou menos “produzida” pela ação dos homens. Angra dos Reis, não é mais ou menos bela do que a baía de Guanabara, porém dificilmente alguém dirá hoje que a “vocação” desta última é turística. [...]. (GUANZIROLI, 1983, p. 306).

Estabelecer uma **vocação** para uma área ou região significa dar prioridade a uma atividade, um cultivo etc. e tal fato, quando se dá de fora para dentro pode privilegiar alguns interesses em detrimento de outros e, portanto, pode causar conflitos e, nesse caso, demandará mediadores. No caso de Angra dos Reis, o que teria mudado entre o período em que tinha **vocação** portuária e o que a estabelece com **vocação** para o turismo é a divisão regional do trabalho. (GUANZIROLI, 1983). Ou seja, as antigas demandas pelos serviços do porto

deixaram de existir, por outro lado o fortalecimento do setor de serviços impulsionado pela atividade turística tomou espaço.

A construção do espaço se dá de acordo com os interesses dos agentes envolvidos no processo. Esses interesses podem ser representados ou defendidos por agentes públicos ou privados. Há diferentes formas de representar interesses, das mais incisivas às mais sutis. Por exemplo, “[...] o turista, como diz Lacoste, está impregnado de imagens impostas pelos meios de comunicação que o colocam numa posição de passividade, de contemplação”. (GUANZIROLI, 1983, p. 307). Desta forma, podemos dizer que uma praia não é mais ou menos bela do que outra, sua beleza intrínseca é a mesma. Porém, interesses especulativos da indústria imobiliária, por exemplo, vão **agregar** valor maior a determinadas praias e não a outras, fazendo com que a valorização dos terrenos ao redor daquelas praias escolhidas seja maior do que nas outras. Para o demandante, o turista, porém, é vendida a idéia de que a natureza privilegiou a beleza de uma praia e não de outra. Em suma estamos aqui tratando de estratégias de marketing.

A idéia de natureza produzida, e portanto “**não dada**”, destrói o principal argumento dos modelos de vantagens comparativas, que é o da escassez relativa dos fatores. Os chamados fatores são produzidos pelo trabalho do homem, sendo portanto abundantes ou escassos na medida em que a tecnologia, as preferências, e as necessidades dos homens os explorem ou os mantenham inativos. (GUANZIROLI, 1983, p. 307).

Dessa forma, a população local é mais uma variável, fator Trabalho, e será precificada de acordo com sua quantidade disponível. As composições políticas e econômicas da região seguirão firme na direção de consolidar projetos e ações executivas e legislativas que consubstanciassem aquele espaço como próprio, de fato, à sua vocação e, portanto, às exigências da natureza. (GUANZIROLI, 1983)

A teoria da base econômica⁴ é o segundo modelo neoclássico sobre o qual o autor irá fazer uma reflexão crítica. Seu argumento principal será a diferenciação entre setores de atividade:

Seu argumento central, porém continua sendo a diferenciação, dentro de uma economia regional, entre o que se conceitualiza como setor das atividades básicas e como setor das atividades não básicas. As atividades básicas de uma região seriam as que produzem bens e serviços para exportação e as não básicas as que geram bens e serviços para uso da população local. (GUANZIROLI, 1983, p. 308).

⁴ Teoria formulada nos anos cinquenta pelo economista da escola neoclássica, o americano Douglass Cecil North, prêmio Nobel de Economia de 1993.

O setor básico e o setor não básico, segundo o modelo, se equilibrariam. Sendo o primeiro multiplicador do emprego e renda no segundo. Com base nas vantagens comparativas, o modelo também aponta no sentido da especialização de um setor exportador. O emprego total (emprego do setor básico mais o emprego do setor não básico) acaba sendo função do multiplicador do emprego no setor básico, ou seja, quanto maior o emprego no setor básico maior será o emprego total.⁵

Em seu trabalho sobre a região de Angra dos Reis, porém, o autor encontrou a seguinte situação:

Nosso trabalho de pesquisa deixou claro como o desenvolvimento da atividade básica – em nosso caso, o turismo (do setor de serviços) – não só não colaborou para o aumento do emprego nos outros setores, em particular na agricultura, como – ao contrário – procurou e virtualmente conseguiu eliminar por completo este setor da economia angrense, provocando inflação de preços, importação de alimentos e expulsão de mão-de-obra. (GUANZIROLI, 1983, p. 309).

De fato, a partir dos anos setenta, o setor agrícola teve sua importância drasticamente reduzida naquela economia, como mostra a evolução do PIB local. Ou seja, a divisão inter-regional do trabalho, com conseqüente especialização de um setor básico exportador, o turismo, não surtiu o efeito preconizado pela teoria do valor básico na região em tela e, logo a **vocação** da região, para o turismo, proposto no caso da teoria das vantagens comparativas, é questionável. Esse resultado, o deslocamento de atividades, seria esperado dado que a indústria turística alavancou o preço da terra de tal forma, mesmo nos dias atuais, que seria inviável manter um setor agrícola competitivo.

O processo de especialização regional não se dá de forma pacífica, pois diferentes formas de entender o que é a **vocação**, para a qual será estruturado o setor básico, traz conflitos de várias ordens com os agentes envolvidos e, portanto, não seriam as leis do mercado que, em última instância, determinariam tal **vocação**. Deve-se dizer que o equilíbrio de poder entre as partes envolvidas no processo é desigual, ou seja, enquanto umas terão poder de negociação, outras apenas aceitarão as decisões.

Em Angra dos Reis, a teoria e a prática parecem seguir caminhos opostos. Observa-se uma inversão fundamental na ordem das causalidades

⁵ Em termos matemáticos teríamos a seguinte fórmula: $E = E_b + E_n$ ou $En = \alpha$ e $(0 < \alpha < 1)$, Substituindo, $E = \frac{1}{1-\alpha} E_b$ onde, E = emprego total; E_b = emprego setor básico; E_n = emprego não básico; $\frac{1}{1-\alpha} = k$ = multiplicador do emprego.

[...] Em vez de ser o processo de acumulação e reprodução do capital que transforma a região, são os atributos naturais da área que transforma o espaço, convertendo o capital imobiliário no **instrumento** de seu desenvolvimento. Segundo esta linha de pensamento, não é o capital imobiliário que produz uma nova região; é a própria “beleza” da área que determina a existência deste setor e o leva a expulsar os camponeses que a ocupavam. **Assim, acaba sendo a “beleza” de Angra dos Reis que expulsa os lavradores.** [...]. (GUANZIROLI, 1983, p. 311, grifo do autor).

De fato, não é difícil observar, nos dias atuais, o que constatou Guanziroli há quase 30 trinta anos, ou seja, o processo de ocupação do solo em Angra dos Reis e em toda a micro-região da Baía da Ilha Grande, após o período da instalação das grandes indústrias, ficou a cargo da indústria imobiliária. A valorização das terras ocorrido à época da construção da Rio-Santos não foi interrompido, ao contrário, segue firme e, obviamente, como consequência inviabiliza a permanência do pequeno produtor em suas terras. Porém, não foi apenas no continente que se deu a expulsão do homem de sua propriedade: há uma infinidade de ilhas que eram habitadas por famílias de pescadores até meados dos anos setenta. Essas famílias foram **obrigadas** a venderem suas posses, muitas vezes, por valores simbólicos se comparados ao que realmente poderiam valer.

É necessário precisar o conceito de **região** que, segundo o autor em tela, é adotado de forma superficial por parte da literatura econômica. Neste sentido, Guanziroli se apoiará em alguns autores os quais traremos uma síntese de suas idéias logo a seguir.

Autor	Idéia central
Roffman	As formações sociais são estruturas concretas, organizadas e caracterizadas por um modo de produção dominante, que conforma a essência de um complexo conjunto de modos subordinados de produção; O esquema conceitual formulado permite dizer que definitivamente, a região não tem personalidade em si mesma. Quer dizer, não pode-se apelar a ela, como se atuasse como uma entidade única e indiferenciada. Pelo contrário, num sistema de produção capitalista são principalmente seus agentes dominantes que determinam o comportamento econômico e social e, o que é fundamental, o modo de apropriação do excedente e a taxa de acumulação para a expansão das forças produtivas. (ROFFMAN, 1974, p. 42 apud GUANZIROLI, 1983).
Lipietz	Articulação geograficamente diferenciada do capitalismo

	com os modos pré-capitalista; (LIPIETZ apud MASSEY, 1981, p. 77).
D. Massey	... a estrutura social e econômica de qualquer área localizada é um resultado complexo da combinação dos papéis sucessivos desempenhados pela área localizada dentro da divisão nacional e internacional do trabalho; (MASSEY, 1981, p. 69).
Oliveira	Região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de luta de classe, onde o econômico e político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição... O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele as “regiões” são apenas espaços sócio-econômicos, onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância (OLIVEIRA, 1978, p. 29-30, grifo nosso).

Quadro 1: Região: alguns conceitos

Fonte: O autor (2009).

A idéia de delinear claramente o conceito de região enseja a possibilidade de se identificar os agentes envolvidos nos processos que ocorrem num determinado território, deixando-se assim de dar ao termo, região, o papel de protagonista, de sujeito. Indo além, “a região compõe-se de classes sociais que defendem interesses específicos em função de sua inserção no aparelho produtivo” (GUANZIROLI, 1983, p. iii). Ou seja, estamos falando de composições de forças e interesses humanos que, num processo interativo e dialético delineiam e configuram o espaço e, portanto, possibilitam caracterizar uma região, mas não como sujeito e sim como resultado de uma sucessão de fatores.

Há de se dizer, porém, que o setor de atividade preponderante é que, em última instância, comandará o processo de organização do espaço regional. As diferentes formas de reprodução do capital de cada setor irão imprimir formas distintas de configuração do espaço. No caso da região objeto de nosso estudo, o novo setor que se impõe, a indústria imobiliária, irá se deparar com um intrincado resultado histórico fruto da dinâmica dos processos ali

ocorridos, das interações dos diferentes agentes e da própria dialética do processo de desenvolvimento e caracterização regional.

Portanto, a divisão de um país ou território em regiões (região-sujeito) seria “uma forma de ocultar as verdadeiras e reais representações espaciais das relações econômicas e sociais desse país, com o objetivo de permitir às classes dominantes de “dominar” ou “reger”⁶ as outras classes”. (GUANZIROLI, 1983, p. 316).

Angra dos Reis é uma região que experimentou, ao longo de sua história, modelos de desenvolvimento que estiveram sempre atrelados ao Estado como principal agente modelador. A partir da segunda metade do século XX, a ação estatal irá se configurar no planejamento regional. Em síntese “o planejamento procura atingir o equilíbrio geral dos modelos das vantagens comparativas, que as leis de mercado e o comércio não obtiveram”. (GUANZIROLI, 1983, p. 318).

E ainda, se “por um lado, o planejamento permite abrir uma região para a entrada de novos investidores, viabilizando a obtenção de uma taxa de lucro média, por outro é responsável pelas mesmas contradições que o próprio capitalismo gera”. (GUANZIROLI, 1983, p. 319).

O capítulo III deste trabalho permite a visualização do aparelho estatal envolvido no planejamento daquela região e, logo, no deslocamento de **forças** historicamente constituídas para dar lugar a uma nova lógica de acumulação, trazendo ao cenário local agentes e interesses econômicos que passaram a dominar as ações com o suporte do **Estado planejador** e, desta forma, um novo espaço é constituído, não, como já dissemos, sem conflitos, mas de forma contínua, sem retrocessos. Setores da indústria e o setor turístico receberam total apoio do Estado para se instalarem na região de Angra dos Reis.

Com suas abordagens teóricas, os autores citados acima nos ajudaram a entender melhor os processos ocorridos na região em tela primeiramente identificando os principais agentes envolvidos na dinâmica local e, em seguida, mostrando que os interesses e ações desses agentes poderiam ser medidos segundo algumas proposições teóricas, por exemplo, a **vocação** de Angra dos Reis segundo suas **vantagens comparativas** e sua **base econômica** ancorada no turismo.

A discussão teórica mais retida que fazemos aqui é bastante oportuna para nos auxiliar na compreensão de processos similares que podem ocorrer em diferentes tempos e espaços e, neste sentido, nos amplia a visão permitindo a inserção em diferentes territórios.

⁶ Etimologicamente *região* quer dizer dominar, reger. Ver Lacoste, Yves *La geografia: un arma para la guerra in Elementos críticos* nº9, Editorial Anagrana, Barcelona, 1977, pág. 50-51

Como dissemos, apesar da defasagem de tempo entre nosso trabalho e os trabalhos dos dois autores trazidos acima, não há conflitos com as observações e estudos atuais - o que encontramos foram diferentes abordagens para o mesmo tema, ou seja, a dinâmica territorial e sua configuração espacial. Na verdade, a discussão feita por eles ajuda a entender um período da história no qual fenômenos de múltiplas faces delinearam o que ocorreria nas décadas de oitenta e noventa, principalmente, naquele espaço.

Nossa revisão bibliográfica foi extensa, não se resumindo aos autores citados até aqui. A discussão em torno da mundialização econômica, da territorialidade-desterritorialidade-reterritorialidade, tecnologia da informação que possibilita um estreitamento do tempo-espaço, as redes mundiais, o espaço local e o espaço global, homogeneização do espaço local, hegemonia do sistema financeiro capitalista, novas formas de reprodução do capital, o **enfraquecimento do** Estado nacional, os novos arranjos sociais, movimento de pessoas tanto internamente quanto externamente – migrações - as conseqüências dos caminhos do desenvolvimento econômico brasileiro nas metrópoles, a regionalização econômica, todos esses assuntos fizeram parte de nossas pesquisas bibliográficas e entendemos que são todos pertinentes à problemática que procuramos levantar neste trabalho.

Porém, não seria exequível para uma dissertação de mestrado a exploração desses assuntos na profundidade que merecem, portanto, a seguir, traçaremos uma síntese das idéias dos principais autores estudados, que contribuíram, diretamente ou não, para nossa melhor compreensão dos conceitos aqui utilizados.

Autor	Tema/Teoria	Eixo de análise e idéias-sínteses
Brandão	Globalização e Estado – as diferentes escalas	<p>Nenhum recorte espacial é natural, como querem os conservadores. As escalas são construções históricas, econômicas, culturais, políticas e sociais e, desse modo, devem ser vistas na formulação de políticas. [...]. (BRANDÃO, 2007, p. 33).</p> <p>[...] bastaria cumprir as “exigências” da globalização, desse novo imperialismo da “partilha dos lugares eleitos”, ajustando-se, adaptando-se e submetendo-se a essa inexorável “fatalidade”, para tornar-se um espaço receptivo e conquistador da confiança dos agentes econômicos mais poderosos. Negando completamente a natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação de riqueza, segundo esse “pensamento único” que invade o debate do desenvolvimento territorial, regional e local na atualidade, teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre local e o global. (BRANDÃO,</p>

		<p>2007, p. 35).</p> <p>Pretendo demonstrar as insuficiências, desvios e conseqüências nefastas da aplicação mecânica desse modismo, que ressalta os “microprocessos” e as microdecisões, na verdade defendendo uma agenda que nega cabalmente a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional. Na verdade, nega todas as questões estruturais e, assim, todas as escalas existentes entre o local e o global. (BRANDÃO, 2007, p. 36-37).</p>
Becker	Descentralização do poder - o poder local	<p>[...] é possível, contudo, considerando o lado da população, verificar alguns efeitos contraditórios na função do poder local: (a) ele garante a reprodução da força de trabalho através dos serviços, mas isso também representa ganhos para ela; (b) ele garante a legitimação do Estado usando a “participação” da comunidade, mas é mais aberto a pressões democráticas que podem influir na política através de lutas competitivas; (c) assim, o poder local é parte do aparelho de Estado, mas sua parte vulnerável, seu calcanhar de Aquiles, é a parte que pode ser usada para alcançar ganhos reais e para defender ganhos reais, isto é, mais capaz de um comportamento aleatório. (BECKER, 1986, p. 54-55 apud BERTONCELLO, 1992, p. 22-23).</p>
Santos	O espaço e o homem	<p>Quando a divisão do trabalho e a cooperação perversa por ela ocasionada se estendem à escala do planeta, o mundo como espaço se torna espaço global do capital. Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada [...] as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção. (SANTOS, 1977, p. 5).</p> <p>[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada – subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia [...] (SANTOS, 1978, p. 145).</p>
Oliveira	Dialética social configurando espaços	<p>uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de luta de classe, onde o econômico e político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição... O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele as “regiões” são apenas espaços sócio-econômicos, <u>onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais</u>, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância. (OLIVEIRA,</p>

		<p>1978, p. 29-30 apud GUANZIROLI, 1983, p. 313).</p> <p>O planejamento no sistema capitalista limita-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limita-se a repôr os pressupostos da produção capitalista; sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento no sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. (OLIVEIRA, 1978, p. 24 apud GUANZIROLI, 1983, p. 317).</p>
Haesbaert	Territorialidad e/ Desterritorialidade/ Reterritorialidade	<p>Mas este mesmo processo que, por um lado, produz redes que conectam os capitais com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação da elite planetária, por outro gera uma massa de despossuídos sem as menores condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus “circuitos de vida”. Essa massa “estrutural” de miseráveis, fruto em parte do novo padrão tecnológico imposto pelo capitalismo, fica totalmente marginalizada do processo de produção, formando assim verdadeiros aglomerados humanos – daí sugerimos o termo aglomerados de exclusão para os espaços ocupados por esses grupos – que muitas vezes, como indica Kurz (1992), não podem ser vistos nem mesmo na acepção marxista de exército industrial de reserva. (HAESBAERT, 2001, p. 166).</p> <p>Enquanto geógrafos, estamos preocupados em elucidar as questões atinentes à dimensão espacial e à territorialidade enquanto componentes indissociáveis da condição humana. Decretar uma desterritorialização “absoluta” ou o “fim dos territórios” seria paradoxal. A começar pelo simples fato de que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial”. (HAESBAERT, 2004, p. 20).</p> <p>Assim como a modernidade não pode ser definida sem sua contraface, o tradicional, a desterritorialização está indissociavelmente ligada com a (re)territorialização, pois na prática proliferam as interseções e as ambigüidades. Podemos afirmar que o que caracteriza o espaço moderno é, tomando por empréstimo o termo de LATOUR (1991) num contexto um pouco diferente, a hibridização e os ritmos acelerados que transpassam territorialização e desterritorialização. (HAESBAERT, 2001, p. 198).</p>

Harvey	Produção e consumo – capitalismo pós-moderno	<p>Acresce que as imagens se tornam, em certo sentido, mercadorias. Esse fenômeno levou Baudrillard (1981) a alegar que a análise marxiana da produção de mercadorias está ultrapassada, porque o capitalismo agora tem preocupação predominante com a produção de signos, imagens e sistema de signos, e não com as próprias mercadorias. A transição que ele indica é importante, se bem que não haja dificuldades sérias para entender a teoria da produção da mercadoria de Marx ao seu tratamento. Na realidade, os sistemas de produção e comercialização de imagens (tal como os mercados da terra, dos bens públicos ou da força de trabalho) de fato exibem algumas características especiais que precisam ser consideradas. O tempo de giro do consumo de certas imagens com certeza pode ser bem curto (perto do ideal do piscar de olhos que Marx viu como ótimo da perspectiva da circulação do capital). Do mesmo modo, muitas imagens podem ser vendidas em massa instantaneamente no espaço. Dadas as pressões de aceleração do tempo de giro (e de superação das barreiras espaciais), a mercadificação de imagens do tipo mais efêmero seria uma dádiva divina do ponto de vista da acumulação do capital, em particular quando outras vias de alívio do ponto de vista da acumulação parecem bloqueadas. A efemeridade e a comunicabilidade instantânea no espaço tornam-se virtudes a ser exploradas e apropriadas pelos capitalistas para os seus próprios fins. (HARVEY, 1989, p. 260).</p>
Benjamim	Crise global, capitalista e meio ambiente	<p>A história humana acumula uma sucessão de rupturas locais e regionais de equilíbrios estabelecidos pela natureza. Às vezes, houve readaptação; às vezes, civilizações se fragilizaram e até desapareceram. O que há de novo no mundo moderno é que o espaço dessa ruptura se alargou, passando a abarcar toda a terra. A crise deixou de ser localizada e parcial, como as do passado. Por sua abrangência é inédita, perigosa; [...]. (BENJAMIM, 1993, p. 10)</p> <p>As tendências da taxa de lucro não se formam dentro de cada empresa isoladamente. O desenvolvimento capitalista se faz, desde sempre, comprimindo a acumulação em alguns pontos para expandi-la em outros (Idéia shumpteriana da destruição criativa⁷). (BENJAMIM, 1993, p. 152).</p>

⁷ A abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção [...] servem de exemplo do mesmo processo de mutação industrial – se é que podemos usar esse termo biológico – que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. Este processo de destruição criativa é básico para se entender o capitalismo. É dele que se

		Os homens não produzem como seres biológicos, imersos num universo natural. Produzem dentro de uma ordem cultural, que é seu “ambiente”, historicamente constituído. As trocas que se estabelecem entre homem e natureza evoluem segundo a lógica de estruturas sociais que não são acessíveis à análise ecológica. (BENJAMIM, 1993, p. 159).
Sennett	A globalização e o mundo do trabalho	Os líderes empresariais e os jornalistas enfatizam o mercado global e o uso de novas tecnologias como as de características distintivas do capitalismo de nossa época. Isso é verdade, sim, mas não vê outra dimensão da mudança: novas maneiras de organizar o tempo, sobretudo o tempo de trabalho. (SENNETT, 1999, p. 21) Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho, e trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho. (SENNETT, 1999, p. 22).
Fiori	O enfraquecimento dos Estados nacionais	Portanto, o mínimo que se pode dizer é que, se os Estados morreram no fim do século XX, são eles mesmos que estão providenciando o funeral de alguns e o ressurgimento de outros, no início do século XXI. (FIORI, 2007, p. 79). Por isso, se há algum lugar no mundo – além da dramática decomposição de alguns quase-países africanos – onde se pode falar de Estados fracos ou fragilizados pelo processo de globalização financeira, é no território dos chamados mercados emergentes, em particular na América Latina. Nesses países, a aplicação uniforme das mesmas políticas e das mesmas reformas liberais desregulamentou seus mercados e abriu suas fronteiras econômicas, submetendo suas moedas e economias às decisões dos países centrais e dos agentes financeiros privados globais. (FIORI, 2007, p. 80). Uma elite econômica, cujo descompromisso nacional é legitimado por essa mesma intelectualidade e que nunca precisou lutar ao lado do seu próprio povo – como na Europa, na Ásia e também nos Estados Unidos – para assegurar a acumulação da sua riqueza e garantir a sua própria segurança, conseguindo ou preferindo refugiar-se nos circuitos financeiros internacionais e submeter-se à tutela estrangeira da potência dominante. (FIORI, 2007, p. 240).

Singer	Considerações teóricas sobre as migrações internas	<p>Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. (SINGER, 1973, p. 40).</p> <p>Convém sempre distinguir os motivos (individuais) para migrar das causas (estruturais) da migração. Os motivos se manifestam no quadro geral de condições sócio-econômicas que induzem a migrar. É óbvio que os motivos, embora subjetivos em parte, correspondem a características dos indivíduos: jovens podem ser mais propensos a migrar que velhos, alfabetizados mais que analfabetos, solteiros mais do que casados e assim por diante. O que importa é não esquecer que a determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se quiser, de classe. Dada determinadas circunstância, uma classe social é posta em movimento. Num segundo momento, condições objetivas e subjetivas determinam que membros desta classe migrarão antes e quais ficarão para trás. (SINGER, 1973, p. 52).</p> <p>Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo. Uma vez compreendidos o fluxo, as suas causas e fatores condicionantes, determinados movimentos que o compõem podem ser investigados isoladamente. A hipótese básica, no entanto, é que o fluxo determina os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daquele. (SINGER, 1973, p. 52).</p> <p>A área de origem de um fluxo migratório é aquela onde se deram transformações sócio-econômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar, desde que tais transformações já não sejam o resultado de outros movimentos migratórios concomitantes ou anteriores. (SINGER, 1973, p. 54).</p> <p>A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá freqüentemente</p>
--------	--	--

		mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos. (SINGER, 1973, p. 55)
Pires Neto e Ajara	A dinâmica de ocupação do espaço	<p>Contemporaneamente, as práticas espaciais se definem sob os reflexos de uma sociedade cada vez mais dinâmica. Inserido em um contexto de capitalismo global com novas formas de acumulação de capital e da nova economia de mercado, o mundo atual tornou-se dependente da velocidade de circulação dos fluxos – pessoas, mercadorias, serviços, capital e informação – diante da necessidade de atender a interdependência entre os mercados. (PIRES NETO; AJARA, 2005).</p> <p>A distribuição espacial desses trabalhadores reproduz um processo de segregação sócio-espacial pautado, de um lado, na ocupação dos espaços pouco valorizados por parte das camadas sociais desfavorecidas que se agrupam em bairros pobres e favelas e, de outro, uma ocupação movida pelos mecanismos de auto-segregação das classes de maior poder aquisitivo, a exemplo dos condomínios de luxo em áreas valorizadas. (PIRES NETO; AJARA, 2005).</p>
Brito	Fluxos migratórios	<p>Além das trajetórias dominantes (NE e MG para Rio e São Paulo), existam outras chamadas de secundárias, que se organizavam geralmente entre estados vizinhos e se constituíam muitas vezes em uma etapa das trajetórias dominantes. Poderiam ser chamadas também de “circuitos migratórios regionais”. (BRITO, 2005)</p> <p>O padrão migratório, como modo de articulação entre as trajetórias e a dinâmica da economia e da sociedade, tem que ter flexibilidade para se adaptar às novas necessidades desta dinâmica, realinhando as suas trajetórias. Mas, como as trajetórias são caminhos estruturais e têm, portanto, uma dimensão social e cultural, uma certa inércia pode mantê-las, mesmo que as condições objetivas da economia já não precisem tanto da força de trabalho que transita por elas. (BRITO, 2000)</p> <p>Mas a dimensão social da crise tem sido mais aguda nos grandes centros urbanos, onde as dificuldades de emprego se aliam a insuficiência da infraestrutura e à ineficiência na oferta de alguns serviços básicos, como saúde, saneamento e moradia. O mercado imobiliário tem reforçado os mecanismos de exclusão social, colaborando para a intensificação da segregação social e espacial da população mais pobre. As fronteiras entre os diferentes grupos sociais se refletem no espaço urbano, fragmentando a cidade e tornando o espaço público um local de conflito.</p>

		(BRITO, 2000)
Patarra	Características migratórias	Há consenso entre os especialistas sobre a constatação de que, a partir dos anos 80, ocorrem acentuadas transformações, nos volumes, fluxos e características do movimento migratório no Brasil, sintetizados num menor crescimento das metrópoles, numa maior predominância de migrações a curta distância e intra-regionais e uma incidência acentuada de migrações de retorno – sugerindo uma circularidade de movimentos -, na tendência a um crescimento das cidades de porte médio e na configuração generalizada de periferias no entorno dos centros urbanos maiores, nas distintas regiões do país. (PATARRA, 2003)
Lago	Fatores de segregação sócio-espaciais metropolitanos	Através de uma análise fatorial por correspondência, utilizando-se os perfis sócio-ocupacionais das 219 áreas em que foi desagregada a metrópole, chegou-se a oito tipos socio-espaciais: superior, médio superior, médio, médio inferior, operário, popular operário, popular, popular periférico. A escala espacial é outro fator relevante nesse tipo de estudo, através do qual se pode relacionar distância física e distância social. (LAGO, 2000) Proletarização: a queda na participação do operariado e o aumento do proletariado ou do sub-proletariado. (LAGO, 2000) Essa combinação de lógicas de integração urbana numa sociedade crescentemente desigual resultou num padrão de estruturação espacial segregador e reprodutor, na esfera do consumo, das desigualdades de classe. A literatura dos anos 70 e 80 destacou o caráter dual de tal padrão, denominado então centro-periferia, marcado pela distância física e social entre as classes. (LAGO, 2000)
Ribeiro	Exclusão e mobilidade social	Não é desprezível o papel desse sistema (clientelismo e patronagem) de reciprocidade na explicação do fato de termos tido um processo urbano marcado, ao mesmo tempo, pela desigualdade e pela pobreza, mas também pela mobilidade social. Entre as razões desse bloqueio encontra-se o quadro de profundas desigualdades sócio-espaciais. (RIBEIRO, 2000) Tenement city: cidade dos cortiços ocupada por trabalhadores de baixa renda exercendo empregos irregulares com baixa remuneração, com pouca segurança e nenhuma chance de mobilidade social. (VAN KEMPEN; MARCUSE, 1997). O que caracteriza a lógica da segregação é que ela se organiza por um misto de mercado e de normas institucionais. (RIBEIRO, 2000)

Quadro 2: Síntese das idéias – autores utilizados

Fonte: O autor (2009)

Com a exposição feita neste capítulo passaremos a explorar um pouco dos registros históricos sobre a micro-região da Baía da Ilha Grande, assim como os dados secundários disponíveis para análises e os dados primários que nossa pesquisa oferece. Tal exercício exploratório segue-se mais tangível a partir das discussões teórico-conceituais sobre as quais nos debruçamos nesta parte do trabalho e, nesse sentido, esperamos ter contribuído com o leitor para uma melhor compreensão a respeito do que estamos tratando como objeto do nosso estudo.

3 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Este capítulo percorrerá cinco séculos de história através de fenômenos que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social de toda uma região, além de sua expansão demográfica. Buscamos assim compreender a atual fase de desenvolvimento da micro-região⁸ da Baía da Ilha Grande, com especial atenção ao município de Angra dos Reis, sua dinâmica de ocupação e transformação espacial.

Portanto, questões referentes ao uso e ocupação do solo, às transformações no mercado de trabalho, o nascimento da indústria na região e o advento do turismo e suas externalidades, serão visitadas na tentativa de seguirmos adiante pautados pelas dimensões das transformações territoriais, econômicas e populacionais. No âmbito da geopolítica olharemos os fatos desde os pontos de interesse da metrópole portuguesa até os interesses do estado nacional brasileiro, passando, portanto, por diferentes fases da organização político-administrativas do país.

Desta forma, o capítulo é estruturado levando-se em consideração cada uma dessas fases de ocupação e desenvolvimento da região onde já em meados do século XVI têm-se registros de atividades econômicas. Sem perder de vista a escala regional e sua inserção em dimensões maiores como o Estado do Rio de Janeiro, o Brasil e o mundo.

Recorrer ao passado, à história, para se entender o presente, o contemporâneo, é prática científica de difundido uso. Em ciências sociais geralmente usa-se essa postura metodológica: a busca de fatos históricos, a compreensão desses fatos e as relações que eles podem ter com fenômenos atuais, ajudam a compreender e a **reconstruir** o presente. É com esse pensamento que passamos a apresentar a história da micro-região da Baía da Ilha Grande.

⁸ Neste capítulo, por vezes daremos o tratamento de **região** e, por outras, de **micro-região** à Baía da Ilha Grande, dependendo do período histórico que estivermos retratando, dado que a classificação **micro-região** é, historicamente, recente.

3.1 A REGIÃO NO CONTEXTO DA COLÔNIA E INÍCIO DO SÉC. XX

3.1.1 O Apogeu

Segundo frei Vicente de Salvador é a Martin Afonso que devemos a denominação de baía de Angra dos Reis, por haver ele ali aportado em 6 de janeiro de 1531. De acordo porém com exposição que acima fizemos, onde o nome de “baía de reis” já aparece no portulano de Canério, somos compelidos a admitir a data de 1504 para a descoberta e o batismo dessa sala por Gonçalo Coelho. (LAMEGO, 1964, p. 235).

A importância histórica da região da Baía da Ilha Grande data do início do ciclo colonial brasileiro. Região próxima à Serra do Mar que forma uma costa rochosa recortada com diversas reentrâncias e pontões. Sua escassez de áreas planas constituiu, de início, um sério impedimento à sua colonização, mas há relatos documentais de tentativas de se fixar no local já em meados do século XVI:

na sesmaria da Ilha Grande, em 1559, em terra firme e a uma légua da cidade atual, em frente a ilha da Jibóia, surge o primeiro agrupamento, em breve a paróquia dos Santos Reis Magos da Ilha Grande, elevada à categoria de vila por carta régia de 6 de janeiro de 1608. (LAMEGO, 1964, p. 240).

A Baía da Ilha Grande logo foi percebida por oferecer condições marítimas propícias às atividades portuárias da colônia e, dessa forma, teve fundamental importância no escoamento de vários produtos coloniais, como vamos detalhar mais adiante, ora escoando esses produtos para o Rio de Janeiro, ora direto à metrópole.

A necessidade da coroa portuguesa em fazer a defesa da colônia e transportar à Metrópole a riqueza nela encontrada, vai intervir de forma incontestada na ocupação do espaço colonial e caracterizará num primeiro momento o surgimento de vilas portuárias e embriões de cidades aqui no território Fluminense, particularmente em seu litoral, como foi o caso do Rio de Janeiro e Cabo Frio e também Angra dos Reis. (RAHY, 1999 apud MARAFON et al., 2005).

Foi a atividade portuária, portanto, a primeira a ter relevância na região. Nesse contexto histórico, deve-se destacar a importância que Parati ganhou como local de escoamento do ouro que descia das Gerais.

A região da Baía da Ilha Grande foi ocupada e se desenvolveu em muitas fases que foram do apogeu ao declínio. A primeira atividade no local, da qual se tem registros, foi a

cana-de-açúcar, apoiada pela logística do porto de Angra dos Reis. A exploração da cana se deu ao longo dos séculos XVII e XVIII. No decorrer desses séculos a área foi incorporada à lavoura canavieira que se expandiu pelas planícies litorâneas. Em 1794, o Recuento de Pizarro⁹ somava 14 engenhos de açúcar e 91 engenhos de aguardente. (LAMEGO, 1964)

A atividade canavieira já apresentava uma forte demanda sobre a mão-de-obra escrava – a atividade cafeeira no século XVIII e primeira metade do século XIX foi mais intensa no uso dessa mão-de-obra - e, portanto, o comércio escravista logo foi percebido como uma importante atividade econômica, tendo mais uma vez o porto de Angra como porta de entrada de escravos e saída da produção regional. Mesmo sendo o porto a principal porta de contato da região com outras localidades, haviam ligações com o Vale do Paraíba, de onde descia a produção que se somava à local: Barra Mansa e Resende são duas localidades que fizeram parte desse processo de expansão e interiorização, característicos do ciclo do ouro e, a partir do século XVIII, do café.

Apesar de ter sido responsável por desenvolver e fomentar a atividade econômica na região, o plantio da cana-de-açúcar era caracteristicamente uma atividade mais pujante no nordeste do Brasil, principalmente Pernambuco e Bahia o que, à época, davam aos centros nordestinos maior importância para a coroa do que o sudeste brasileiro.

Tal situação mudou com o ciclo da mineração. A descoberta e exploração de ouro nas Gerais trouxeram, como consequência quase imediata, a mudança da capital da colônia para a cidade do Rio de Janeiro em 1763. Desta forma, o eixo econômico da colônia foi deslocado para o Sudeste.

As condições geográficas da região da Baía da Ilha Grande, se por um lado favoreciam à navegação e o povoamento em sua área insular, por outro dificultava o processo de interiorização devido à proximidade com a Serra do Mar, ou seja, obstáculos geográficos impactavam a exploração da região em sua parte continental. Com o ciclo do ouro, o obstáculo da Serra do Mar teve que ser vencido:

O povoamento do litoral do Sul Fluminense nos fornece alguns exemplos do quadro mencionado acima. Se a transposição da Serra do Mar foi em determinado momento posta em segundo plano, resultando na concentração de população junto ao litoral, nas vilas de Angra dos Reis e Parati, com a descoberta de ouro nas Minas Gerais e a necessidade de escoamento desse metal precioso, a Serra do Mar deixou de ser obstáculo através da utilização do caminho indígena que ligava a vila de Parati ao Caminho dos Paulistas, fornecendo uma rota de escoamento, conforme demonstrado no mapa 4 (MARAFON AT ALLI, 2005, p. 27).

⁹ Pizarro e Araujo, Jose de Souza Azevedo: memórias históricas do Rio de Janeiro - 1820

O ciclo do ouro possibilitou novas ligações da região às regiões mais remotas, como as Minas Gerais e o Planalto, dividindo assim, com o porto, a comunicação com alguns outros pontos da colônia. O desbravamento da Serra do Mar e a busca por caminhos que levaram às Minas fizeram parte de uma lógica de colonização do espaço Fluminense a qual Caio Prado Jr. chamou de “colonização de sentido” onde o “sentido” era “defender e exportar”:

A organização espacial do território Fluminense durante o período colonial foi condicionado por uma lógica que atendia a interesses externos, sendo, desta forma, o território organizado a partir de duas funções: exportar e defender. (MARAFON AT ALLI, 2005).

Depois da cana, do gado e do ouro, a atividade cafeeira foi fundamental para o entendimento da ocupação do território Fluminense – de fato, a atividade cafeeira é fundamental para se entender o processo de ocupação da própria região Sudeste brasileira e de todo o desenvolvimento econômico desta região a partir do século XIX. Além do próprio plantio do fruto atividades correlatas ocorreram no período, sendo a principal delas o comércio de escravos. A infraestrutura a dar suporte, tanto para a circulação do café quanto de escravos, era basicamente portuária e nesse cenário se destacava o porto de Angra dos Reis entre outros.

A lavoura cafeeira, em grande escala, organizou-se a partir das seguintes características: grandes fazendas, desbravamento da mata, aproveitamento da fertilidade natural dos solos, disponibilidade de capital no início da exploração (basicamente de origem comercial) e trabalho escravo. Ela gerou um circuito de atividade que afetou profundamente a estrutura espacial da área: grandes fazendas de café ou de gado, caminhos e portos se espalharam na região. Nesse circuito, o porto de Angra passou a ter uma importância fundamental, seja como receptor de mão-de-obra escrava que ingressava na região, seja como porto de embarque de café produzido não só no local quanto no interior. (BERTONCELLO, 1992, p. 48).

Com a atividade cafeeira tomando espaço na economia fluminense, houve algumas (re) definições na região da Baía da Ilha Grande. Uma das definições a ser destacada talvez seja a perda de importância de Parati em relação a Angra dos Reis. Devido ao esgotamento do ciclo do ouro, onde o principal ponto de saída do metal precioso foi Parati e, com a ascensão do café, o porto de Angra tomou seu lugar como principal porta de escoamento, chegando a ser considerado o segundo maior porto do Brasil Meridional (MAGALHÃES apud LAMEGO, 1964, p. 242), beneficiando-se do melhor caminho para atravessar a Serra do Mar, via Rio Claro e o Vale do Rio Pirai.

A intensa atividade com o negócio do café movimentou a economia fluminense de tal monta¹⁰ que houve necessidade de se redefinir a infra-estrutura, principalmente de transporte, para garantir que a produção saísse dos locais de plantio para os locais de escoamento: os portos. Nesse sentido, novos caminhos, tantos fluviais quanto terrestres tiveram que ser abertos, o que possibilitou o aparecimento de pequenos povoados, de apoio à atividade, que serviam de entrepostos.

O território fluminense como um todo e a região da Baía da Ilha Grande, Angra dos Reis em particular, experimentaram, então, um longo período de desenvolvimento econômico com conseqüentes definições e redefinições nos seus espaços segundo a dinâmica econômica apresentada.

Ao focarmos a região da Baía de Ilha Grande, observamos que sua importância econômica deu-se com força no período que vai do início da colonização ao final do império, ou seja, da atividade canavieira, do ouro, gado, escravos até chegarmos ao café, toda a região foi privilegiada no que diz respeito à dinâmica econômica. Por exemplo, as ligações com outras regiões e localidades foram fundamentais para a economia local. Os novos caminhos encontrados através da Serra do Mar que deram acesso às Minas Gerais e mesmo ao Planalto, as ligações com o Vale do Paraíba, ou seja, a interiorização no território, tudo isso pode ser, e é, tido como de grande importância para região em tela.

Angra dos Reis através de seu porto desempenhou papel de extrema relevância em todo esse processo histórico e foi a atividade portuária que fez da cidade um grande pólo comercial fluminense, sendo, portanto, inegável a importância tanto da cidade quanto da região na dinâmica do desenvolvimento regional fluminense.

Porém, toda a importância aludida acima estava centrada na atividade portuária, o porto era o ponto gravitacional da economia angrense e dependia, portanto, de produtos que por ele entrassem e por ele saíssem, tínhamos, então, uma atividade meio e não uma atividade fim. E foi quando os produtos que entravam e saíam pelo porto de Angra dos Reis começaram a escassear que veio, então, o início de um período de grandes dificuldades para região: “Porto importador de escravos, sem escravos, e exportador, apenas, da produção local são razões para decadência, Angra tem então suas funções paulatinamente reduzidas [...]”. (BERTONCELLO, 1992, p. 49).

¹⁰ Em 1840, para uma receita total da província de 844 contos, o café contribui com 500. Em 1844 a relação é de 555 contos para 947 e em 1850 de 678 para 1.200. (LAMEGO, 1964, p. 246)

3.1.2 A decadência

Todos esses pequenos embarcadouros rapidamente voltaram à insignificância primitiva, salvando-se apenas Angra. Mas é uma cidade apenas sobrevivida de uma economia arruinada. Tenta ela ainda resistir com os próprios cafezais de sua Ilha Grande que ainda em 1887 rendem 1.600 contos. Para quem teve em mãos a produção serra acima de três Províncias, o que lhe restava de recursos próprios era muita fome. E Angra viu assim desabarem os telhados e os assoalhos de seus armazéns, abandonarem-na os homens de negócios com os seus capitais, aproarem mar afora os seus vapores e subirem serra acima para sempre, as numerosas tropas que a alimentavam fartamente. (LAMEGO, 1964, p. 246).

Como visto acima, a função portuária da cidade de Angra dos Reis é que lhe garantia a importância econômica, como estratégia de escoamento de toda uma região que se interligava a outras aumentando assim a relevância logística do porto angrense. Foram ciclos econômicos de diferentes atividades, é certo, mas o desenvolvimento era sustentado por uma produção que, no geral, não se dava a nível local e que, portanto, era dependente da produção de outras áreas.

Vários fatores contribuíram para o declínio da economia na região. Certamente a crise no negócio com o café pode ser entendida como o pilar central a ruir em toda essa dinâmica, mas, paralelamente, o fim do tráfico negreiro é tido por alguns autores como o de fundamental contribuição para as dificuldades que foram enfrentadas:

No momento do seu apogeu, em meados do século XIX, a região angrense produzia entre cinco e dez por cento do total do café da província. Mas o declínio que atingiu a cafeicultura fluminense também se fez sentir aqui. O paulatino esgotamento dos solos, as limitações físicas que impediam a expansão às novas áreas e a crescente dificuldade em obter mão-de-obra escrava, foram elementos que propiciaram este declínio. Contudo, o golpe final é dado pela abolição. Com esta, a estrutura cafeeira local definitivamente desmorona. (BERTONCELLO, 1992, p. 49).

Podemos citar, porém, alguns outros fatores importantes no cenário de dificuldades pelo qual a região passou no final do século XIX e primeiros anos do século XX. Um exemplo importante que podemos sublinhar é a construção da estrada de ferro Pedro II em 1864, que ligou São Paulo ao Rio de Janeiro diretamente pelo Vale do Paraíba, por onde passou a escoar a produção entre os dois estados, tirando assim o Porto de Angra dos Reis do circuito de escoamento da produção. Portanto, é importante reter que o afastamento do Porto de Angra do circuito do transporte de mercadorias contribuiu sobremaneira para as dificuldades enfrentadas nesse período.

Vemos, então, que fatores se somam e se complementam como possibilidades explicativas para a chamada “decadência” da região. Porém, o fim do ciclo cafeeiro deixou heranças que perduraram até os dias atuais. Tal fim, juntamente com a abolição da escravidão, desestruturou os grandes fazendeiros produtores de café que deixaram suas terras e seguiram para outras regiões em busca de novos negócios. Os negros libertos ocuparam as terras deixadas para trás, porém, não como proprietários, mas sim como **ocupantes de fato**, ou seja, posseiros. Nessas terras ocupadas desenvolveram uma agricultura de subsistência, o que contribuiu para a conformação de uma estrutura camponesa quase autônoma, mas com bases bastante precárias. Devemos ressaltar o fato de que a posse da terra continuou com o grande fazendeiro do café, apenas o uso da terra era feito pelos libertos. Tal condição trouxe situação de dependência desses posseiros para com os senhores da terra e também para com os comerciantes com os quais eles transacionavam o pequeno excedente de suas lavouras. (BERTONCELLO, 1992).

Os escravos que se estabeleceram nas terras abandonadas pelos cafeicultores permaneceram nessas posses até a valorização turística da área, quando então irá se consumir a definitiva expropriação. (BERTONCELLO, 1992)

Vários são os sinais dos problemas enfrentados na região. Dados demográficos nos dão importante testemunho para o entendimento dos fatos ocorridos: entre os anos de 1872 e 1890 a população passa de 21.833 habitantes para 18.468. (LAMEGO, 1964, p. 247). É provável que essa diminuição não tenha sido ainda mais acentuada pelas dificuldades de deslocamento dos recém libertos.

Há de se ressaltar, porém, que nem todos os autores estudiosos dessa região e dessa época concordam em denominar como decadente o período experimentado entre o final do século XIX e início do século XX. Guanziroli (1983), por exemplo, entende que o fim do ciclo do café, juntamente com a abolição dos escravos, trouxe à região uma nova dinâmica comercial e produtiva. O autor considera que novos agentes e elementos ganham lugar na evolução sócio-espacial local, ele dirá:

A chamada “decadência” na verdade garantiu o fortalecimento das condições de reprodução de grupos locais que anteriormente viviam à margem da gestão do território regional. Ao longo da primeira metade do século XX, novos agentes e elementos surgem na formação sócio-espacial não mais atrelados ao sistema de objetos voltados para a atividade portuária. A progressiva expansão da bananicultura e o fortalecimento da atividade pesqueira são dois destes “novos” elementos no cenário regional. (MARAFON et al., 2005, p. 49)..

A primeira metade do século XX trouxe, então, novas possibilidades para um novo ciclo de atividades locais. Sinais de retomada foram percebidos a partir dos anos vinte.

A seguir olharemos como se deu a reinserção de Angra dos Reis e micro-região no cenário comercial regional e mesmo nacional.

3.2 A REGIÃO NO CONTEXTO DO SÉC. XX

3.2.1 A retomada - primeira metade

Para começar, a progressiva expansão da bananicultura a partir das décadas de vinte e trinta, irá recolocar a produção agropecuária da região no fluxo de comercialização. O cultivo da banana se expande em função do aumento do consumo, tornando-se um produto de fácil comercialização. As terras abandonadas pelo café passam agora a ser aproveitadas para a bananicultura, que cultivada nas encostas das montanhas por pequenos produtores com mão-de-obra familiar e utilizando tecnologia rudimentar (explorando basicamente a fertilidade do solo) provocam o rápido esgotamento do solo, exigindo, dessa forma, uma permanente rotação das terras. (BERTONCELLO, 1992, p. 51).

Embora a cultura da banana seja rudimentar e nenhuma técnica seja desenvolvida para aumentar sua produtividade, devido ao fácil cultivo a produção cresce chegando a 1.262.000 de cachos em 1950, caindo para 755.000 em 1970 e voltando a subir em 1985 para 1.224.000. Outro fator a ser destacado em relação à bananicultura é que nenhuma indústria se desenvolveu com o negócio. (BERTONCELLO, 1992).

A atividade pesqueira também ganhou destaque nesse cenário de retomada das atividades comerciais angrenses, pois, Já mostrava potencialidade mesmo nos tempos da colônia e foi bastante relevante no volume de pescado produzido e na quantidade da mão-de-obra local utilizada. Ao contrário da banana, a pesca desenvolveu alguma indústria ao seu redor e, no caso da região em tela, a Ilha Grande concentrou a indústria pesqueira.

Segundo Souza (1986), em 1946 o município de Angra dos Reis contribuía com 25% da produção pesqueira do Estado. Cabe destacar que a pesca é uma atividade impulsionada basicamente por membros da comunidade local, ocupando assim um contingente importante de mão-de-obra. (MARAFON et al., 2005, p. 53).

Em 1928, chegou a Angra dos Reis a estrada de ferro Oeste de Minas, que liga Minas Gerais ao porto angrense, passando por Barra Mansa. Este empreendimento foi viabilizado graças aos interesses dos mineiros em atingir uma saída para o mar que não fosse por Santos ou Rio de Janeiro e também pelos interesses de homens de negócios estabelecidos em Angra dos Reis. Com essa nova ligação com o exterior o porto ganhou nova importância, mas para cumprir novamente um papel que outrora foi fundamental para a região, foi necessário um reaparelhamento do mesmo. Em 1930 as obras do porto foram completadas e um novo cais foi o principal resultado dessa reforma.

A dinâmica de transporte ligando Angra dos Reis a outras localidades ganhou ainda mais força com a construção da primeira rodovia ligando Angra ao exterior: em meados da década de 1940, seguindo praticamente o mesmo traçado da ferrovia Oeste de Minas, a ligação rodoviária foi estabelecida revitalizando a função comercial e portuária angrense. O porto passou assim a escoar a produção mineira e a receber, principalmente, o trigo importado e o sal.

A primeira metade do século XX nos mostra uma região com população predominantemente rural¹¹. Em 1940, 63,5% da população era rural (11.800 hab.). Em 1950 esse percentual passou para 66,3% (13.877 hab.) da população, começando a declinar somente a partir de 1960 quando passou a ter 53,5% (15.393 hab.) da população nessa condição¹². A população total para as três décadas, 1940, 1950 e 1960, são, respectivamente, 18.553, 20.929 e 28.773. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 1981. SECPLAN-FIDERJ). Esses números já nos permitem observar que entre os anos de 1940 e 1960 houve um salto considerável no número de habitantes da região, como iremos detalhar mais adiante na pesquisa.

Em 1952 passou a funcionar em Angra dos Reis o Colégio Naval, estabelecimento da Marinha de Guerra brasileira que originalmente foi criado para ser a Escola Naval, passando a ser uma Escola de Grumetes. Essas instalações datam inicialmente de 1914 e quando se estabeleceu como Colégio Naval em 1952 trouxe movimentação urbana à cidade.

Passada a difícil fase do declínio da atividade cafeeira com suas conseqüências para a região, o final da primeira metade do século XX não deixou dúvidas de que o ressurgimento de Angra dos Reis, e da região, como pólo comercial e de escoamento e recebimento de produtos, foi mais uma vez restabelecido. Quer tenha sido impulsionada pela bananicultura,

¹¹ É preciso lembrar porém, que o conceito de população urbana e população rural somente foi inserido no Censo demográfico de 1940 e que foi instituído pelo Decreto-Lei 311 de 7 de março de 1938.

¹² A população brasileira, em seu conjunto, passa a ter predominância urbana só a partir de 1970.

pela pesca, ou pelas novas ligações, rodoviárias e ferroviárias, a dinâmica sócio-espacial ganhou força e a segunda metade do século confirmou tal dinâmica como veremos a seguir.

3.2.2 Crescimento populacional e dinamismo sócio-econômico-espacial – segunda metade do séc. XX

Se o fim da primeira metade do século XX não deixou dúvidas quanto à reestruturação da economia e do espaço angrense, o cenário para esse início de segunda metade do século trouxe novos desafios para a região. O CENSO de 1950 nos mostra uma população muito próxima à população existente em 1872, porém, é necessário olharmos algumas características dessa população para entendermos como o dinamismo trazido com o transporte e reestruturação do porto pôde ser sustentado nos anos seguintes a 1950.

Como já demonstrado acima, em 1950, 66,3 por cento da população vivia em área rural. Também é possível ver que apenas 9,6 por cento da população possuía algum curso completo de educação e 55,6 por cento da população com idade de cinco ou mais anos não sabia ler nem escrever. (BERTONCELLO, 1992).

A agropecuária era a atividade econômica de maior relevância, basicamente com a bananicultura e a pesca, e absorvia a maior quantidade de mão-de-obra. A atividade na indústria, pelos dados disponíveis do CENSO de 1950, mostrava-se irrelevante sendo a incipiente indústria da pesca a única a aparecer, porém, com mínima participação.

A agropecuária da época conviveu com situações importantes em relação à posse da terra:

No que diz respeito à agropecuária, cabe salientar várias questões. A primeira refere-se ao nível de concentração das áreas entre os estabelecimentos; [...] 76 por cento da área em exploração concentra-se apenas em cinco por cento os estabelecimentos, sendo que 52 por cento destes possuem somente um por cento da área: trata-se da típica concentração da terra em grandes latifúndios. [...]. Em síntese, grandes propriedades coexistem com pequenas, que em sua maior parte encontram-se sob condições legalmente irregulares, com um número elevado de 'posseiros'. (BERTONCELLO, 1992, p. 55).

O início dos anos cinquenta foi de baixo dinamismo econômico no que diz respeito à produção local. A agricultura era basicamente de subsistência, a banana era a única produção comercializada. A exploração e ocupação da terra se davam basicamente por ex-escravos das antigas fazendas de café.

Porém, se por um lado a produção local não foi suficiente para alavancar a economia angrése, as atividades portuárias, mais uma vez, cumpriram importante papel na região. Angra dos Reis, no início dos anos cinquenta era um município ligado a outros estados e auxiliou, através do porto, no escoamento da produção exterior, principalmente de Minas Gerais.

Quanto à presença da União, Bertonecello (1992) observou: “A presença da Escola Naval na cidade reforça a função portuária e de comunicação. Se o prestígio de dita Escola projeta o local a nível nacional, impõe também a presença da União”. A presença da União, porém, não ficou circunscrita à cidade de Angra dos Reis. Mais adiante iremos mostrar que tal importância tornou o território local em território de interesse nacional e que atraiu, portanto, presença mais ostensiva por parte de agentes da União. De fato, a região foi palco de grandes projetos do desenvolvimento brasileiro como iremos ver a seguir.

3.2.2.1 Angra dos Reis e desenvolvimento industrial

Angra dos Reis mais uma vez viu-se intrinsecamente ligada a projetos em escala que suplantam a local, como o foi desde os tempos coloniais. O desenrolar dos anos cinquenta, e os anos seguintes, recolocam a região no caminho dos interesses nacionais. Seguindo o Plano de Metas do governo JK (1956-1961), Angra foi escolhida para acolher planta importante do desenvolvimento industrial brasileiro: o Estaleiro Verolme.

Foi uma nova fase do dinamismo econômico angrése, agora com o desenvolvimento da indústria naval em seu território. Porém é importante sublinhar que mais uma vez o processo não se deu impulsionado por forças da economia local, mas sim exógenas a ela.

As indústrias citadas não são produto do processo de acumulação da própria região, e tanto sua oferta quanto sua demanda estarão orientadas para outras regiões. Por esse motivo, são essas outras regiões que redefinem, de alguma forma, os limites da “região” Angra dos Reis, seus circuitos de acumulação e de comercialização, e também sua composição de classes e o caráter. Gera-se assim, através dessa interferência externa, uma nova região. (GUANZIROLI, 1983, p. 41).

Os condicionantes para a escolha da Baía de Ilha Grande, mais precisamente da planície de Jacuacanga, distrito de Angra dos Reis, para receber uma indústria de tamanho porte, foram de várias ordens. Ordem logística: a proximidade com o insumo básico para fabricação de navios, o aço, que se encontrava no município vizinho, Volta Redonda, na

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por onde o acesso era possível através da estrada de ferro Oeste de Minas; ordem geográfica: a reentrância da planície de Jacuacanga, com águas calmas e protegidas, necessitando, porém, de uma drenagem no fundo para que se atingisse a profundidade ideal para navegação de embarcações de grandes calados; ordem político-institucional: a existência no município da Marinha de Guerra do Brasil, representada pelo Colégio Naval, que garantia tanto a segurança do investimento quanto a demanda da produção daquela indústria, pois a marinha, de guerra e mercante, seriam os maiores compradores da produção do estaleiro, ao menos nos anos iniciais.

Devemos ressaltar que os recursos para o desenvolvimento da indústria no Brasil foram provenientes dos países capitalistas mais desenvolvidos numa conjuntura de grande liquidez internacional. Não entraremos aqui nos pormenores dessa conjuntura, porém, o processo de exportação de capitais por parte desses países, para regiões menos desenvolvidas como a América Latina, ficou conhecido como “desenvolvimentismo”.¹³

O governo brasileiro concedeu vários incentivos para facilitar a instalação da indústria naval no país. Incentivos fiscais, cambiais e creditícios, entre outros. O Rio de Janeiro acolheu boa parte das plantas da indústria naval. Além da Verolme, que era de um grupo holandês chamado Rijn Schelde Verolme Machinefabriek em Scheepswerven, grupo esse que se instalou em Angra dos Reis através do estaleiro Verolme, outras quatro companhias faziam parte dessa indústria: Companhia de Comércio e Navegação, a Ishikawajima do Brasil, a EMAC e a Indústria Reunidas Caneco S. A.

Em contrapartida às facilidades oferecidas pelo Estado brasileiro, algumas exigências foram feitas: capacidade de produção de 200.000 t/ano; nacionalização progressiva; emprego de tecnologia moderna; adestramento de mão-de-obra e técnicos brasileiros; atendimento das solicitações da Marinha de Guerra do Brasil.

Dentro desse contexto institucional, a 30 de março de 1959 instalou-se o estaleiro Verolme na planície de Jacuacanga, no município de Angra dos Reis. O primeiro contrato assinado pela companhia data de 1969. Há registros de que até o ano de 1981 haviam sido construídos 55 navios de grande porte, chegando o estaleiro a figurar como o principal produtor naval no Brasil em termos de tonelagem.

¹³ Termo consagrado na literatura econômica. Postula: *Política econômica baseada no crescimento da produção industrial e da infra-estrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia e conseqüente aumento do consumo. Foi aplicado essencialmente em modelos econômicos capitalistas, como no Brasil no governo JK e governos militares e também na Espanha (franquismo).* <http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimentismo>

Obviamente, investimento de tamanho vulto interferiu profundamente na vida do município. Vários foram os aspectos que sofreram impactos, mas talvez os mais importantes para nosso estudo tenham sido as transformações no mercado de trabalho local e no uso do solo. Quanto ao primeiro aspecto que queremos destacar temos:

Em relação à mão-de-obra ocupada, as informações obtidas na empresa e em outras fontes coincidem ao afirmar que aproximadamente 4.000 operários foram absorvidos entre a população local. Para capacitar esse pessoal, a empresa apoiou a construção, por meio de um convênio firmado com Furnas, Petrobrás, o governo estadual e a prefeitura, de um Centro Regional de Educação e Trabalho em Angra dos Reis, em que forma os operários e os técnicos que estas empresas necessitam. Junto às instalações da empresa foram construídas vilas para servir de alojamento ao pessoal ocupado no estaleiro, sendo que os diretores, gerentes e chefes ocupam casas individuais e os operários, alojamentos coletivos. (GUANZIROLI, 1983, p. 47).

O número de empregados sai de 3.071 em 1971 e passa a 5.853 em 1980. (GUANZIROLI, 1983, p. 50). Porém, os anos oitenta foram recessivos para a economia mundial e as economias periféricas sofreram fortes impactos negativos por conta da crise. O estaleiro por volta de 1983 apresentava uma capacidade ociosa de cerca de 40 por cento e não conseguia demanda suficiente para operar essa capacidade. Ao longo dos anos seguintes a 1983, com o acirramento da crise mundial, o estaleiro iniciou um processo de desmonte, demitindo milhares de operários até fechar as portas no início dos anos noventa. Estava configurada assim, a crise não só do estaleiro Verolme como de toda a indústria naval fluminense.

Quanto ao uso do solo, o terreno ocupado pela Verolme, cedido pela União sob regime de aforamento, cobria uma superfície inicial de 15.200.000 m². Portanto, do ponto de vista físico, uma ampla área plana do município voltou-se ao uso industrial.

O estaleiro Verolme foi, portanto, um marco na história moderna da micro-região da Baía da Ilha Grande e do município de Angra dos Reis em particular. Se antes de sua implantação e funcionamento, o mercado de trabalho vivia de atividades agropecuárias e da incipiente indústria da pesca, a partir dele observou-se mudanças profundas nesse mercado, com qualificação de mão-de-obra local e atração de mão-de-obra de outras regiões do estado do Rio de Janeiro. O crescimento populacional observado entre 1940 e 1970 é bastante significativo, passando de pouco mais de 18 mil habitantes em 1940 para pouco mais de 40 mil habitantes em 1970 e, certamente, o desenvolvimento da indústria na região deve ser visto como um importante fator de atração populacional.

Embora o mercado de trabalho tenha sofrido transformações relevantes com a implantação do estaleiro Verolme, a atividade fim do estaleiro passava à margem da

economia local, pois tanto o insumo básico para produção, o aço, quanto o resultado dessa produção, navios, plataformas etc. não eram nem produzidos e nem consumidos pela economia angrense, sendo o aço, como já dissemos, proveniente da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e a produção demandada no restante do território nacional e internacional.

Seja como for, o processo de desenvolvimento regional não parou com o Verolme. Seguiremos mostrando os grandes projetos que ao longo dos anos setenta e oitenta impactaram a vida na micro-região da Baía da Ilha Grande.

Após a implantação do estaleiro Verolme, a região recebeu um novo e audacioso projeto, em termos de engenharia de obra: o Terminal da Baía de Ilha Grande – TEBIG. Com investimentos da ordem de dois bilhões de Cruzeiros, esse projeto foi realizado com recursos da Petrobrás. Com o aumento do consumo de derivados no país, o terminal da Baía da Guanabara começou a apresentar gargalos operacionais. Foi necessária, então, a construção de um novo terminal que desafogasse a demanda do terminal carioca.

Em 1974 começou a ser construído o TEBIG que tinha como finalidade permitir o transbordo de óleo de grandes petroleiros para petroleiros de menor porte, além de abastecer as refinarias de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e Gabriel Passos, em Minas Gerais. O desafio no plano da engenharia não era pequeno:

Os trabalhos de preparação e construção do terminal implicaram na retificação do curso de três rios e o movimento de grandes quantidades de terra (7.000.000 m³) para aterrar certas zonas e para drenar canais profundos (25ms) de acesso para os navios. (GUANZIROLI, 1983, p. 52).

Em 1977 foi inaugurado o TEBIG. A magnitude dessa obra deu continuidade à transformação pela qual passava a região na segunda metade do século passado. Além das mudanças paisagísticas ocorridas com a implantação do terminal questões relacionadas ao uso do solo, como ocorrido com o estaleiro, e novas ligações com outras localidades, como Duque de Caxias e Gabriel Passos, são tidos também como resultados desse investimento. Mas uma vez fica claro o caráter trans-territorial do desenvolvimento do município de Angra dos Reis, onde o impacto dos projetos instalados localmente suplanta a escala local tomando uma dimensão primeiro micro-regional, passando aos limites do estado do Rio de Janeiro até atingir o restante do território nacional.

Dados da prefeitura local para 1990 davam conta que 900 trabalhadores trabalhavam no terminal, sendo que nem todos eram empregados diretamente pela Petrobrás que se

utilizava de contratação de mão-de-obra através de empreiteiras. Foi construída uma vila, para funcionários da Petrobrás, com 272 casas bem à margem da BR-101 – Rodovia Rio-Santos.

Há de se destacar a preocupação ecológica que permeia esse projeto, pois ele foi implantado numa das mais belas paisagens naturais do litoral brasileiro e os riscos à natureza teriam que ser minimizados e/ou neutralizados. Para tanto foram implantados modernos sistemas de dutos, equipamentos de última geração da indústria do petróleo e um sistema de lavagem de tanques dos navios que evitava qualquer vazamento de óleo na baía. Ainda assim, ao longo desses 32 anos de funcionamento acidentes ocorreram no local e o meio ambiente foi exposto a riscos, como podemos ver em reportagem do Jornal do Brasil a qual transcrevemos trecho abaixo.

A extensão do acidente ambiental que atingiu Angra dos Reis sábado à noite foi maior do que anunciou a Petrobras, segundo órgãos do governo e ambientalistas, embora os danos ainda não tenham sido calculados. O vazamento de óleo da plataforma Tebig, na Baía de Ilha Grande, após incêndio em obras de manutenção do terminal, formou uma mancha de pelo menos 2km e a fuligem do incêndio encobriu casas, barcos e praias da região. (ECOLOGISTAS..., 2002).

A despeito dos riscos envolvendo um projeto como o TEBIG, o município de Angra dos Reis, na segunda metade do século XX, sempre esteve envolvido com polêmicas em torno dos projetos pensados e efetivamente implantados na área. O projeto de geração de energia atômica brasileiro, com a instalação da Central Nuclear de Angra, talvez tenha sido o que causou as maiores discussões. Por esse motivo vamos tratar esse importante empreendimento num tópico à parte.

3.2.2.2 Angra dos Reis e o projeto brasileiro de energia nuclear

Angra dos Reis foi transformada em Zona de Segurança Nacional, pelo governo militar, no ano de 1969. Uma das conseqüências dessa transformação foi que o prefeito do município seria escolhido, a partir de então, pelo presidente da república. Isso significou uma interferência direta no poder público local pelo poder central.

No bojo dessas mudanças e no decorrer dos primeiros anos do governo militar no Brasil, era forjado o projeto de modernização brasileira que contemplava o avanço científico-tecnológico do país. A questão energética se colocava na pauta do dia no início dos anos

setenta, principalmente com a crise do petróleo. Era necessário encontrar alternativas energéticas que pudessem sustentar o crescimento econômico pelo qual o país passava.

Nesse contexto se desenvolveu o projeto atômico brasileiro, que visava, entre outras metas, à produção de energia nuclear para fins pacíficos, embora, nesse período, a Argentina houvesse anunciado êxito em desenvolver tecnologia para produção de armas atômicas. Alguns autores colocam uma impossibilidade de se entender o projeto atômico brasileiro descolado do projeto argentino. (BERTONCELLO, 1992)

Em 1956 já havia sido criado o marco institucional do projeto com a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN. Em 1959 foi formulado pela CNEN, com colaboração de institutos de pesquisas através de convênios, o “projeto Mambucaba” para a construção de um reator nacional. Com o golpe de 1964, não se abandonou a idéia do projeto, porém, o objetivo de se desenvolver tecnologia dentro do próprio país foi abandonado, e assim, transferiu-se a FURNAS a responsabilidade de compra de um reator nuclear, que à época só poderia ser fornecido pelos Estados Unidos.

Foram muitas as razões para se escolher a micro-região da Baía de Ilha Grande como local propício à instalação do projeto, algumas delas foram as mesmas de projetos anteriores, como o estaleiro Verolme, por exemplo: O fato de a região abrigar importante instituição militar, o Colégio Naval; por ser o local escolhido uma reentrância bem protegida na costa litorânea. A abundância em águas para o sistema de resfriamento do reator também foi considerado na decisão. Porém, a localização do projeto entre os três maiores centros consumidores de energia do país, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, foi seguramente a principal razão a ter sido levada em conta na escolha da área.

De início, a população local esteve a favor da implantação do projeto. Somente alguns anos mais tarde movimentos contrários surgiram, principalmente depois de notícias de acidentes com usinas desse tipo nos Estados Unidos e na Europa e com o **relaxamento** do regime ditatorial. Algumas controvérsias vieram à tona após o início das obras. Uma das que mais se popularizou foi a de que estudos geológicos davam conta que o local escolhido para a implantação do projeto tinha uma formação rochosa instável, eram rochas que estavam em processo de decomposição. Isso poderia trazer o risco de, no futuro, o terreno ceder e haver um afundamento das usinas. O local exato onde as usinas foram erguidas chama-se Itaorna, nome que em Tupi Guarani significaria **pedras podres**.

Controvérsias a parte, em 1972 teve início à construção da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto e à primeira das três usinas que faziam parte do projeto: Angra I. A construção

durou oito anos e a inauguração foi em 1985 com a comercialização de energia para região Sudeste. A capacidade de geração de Angra I é de 626 MW de potência.

Dois distritos formam o entorno do projeto, Cunhambebe e Mambucaba. Foram eles a sofrerem os impactos locais mais diretos do investimento. Estima-se que foram contratados para a construção de Angra I por volta de 10.000 operários. (BERTONCELLO, 1992). Portanto, o crescimento da população da área teria sido um dos principais impactos. Numa rápida abordagem, podemos citar números sobre a população que saltou de 40.276 em 1970 para 60.998 em 1980, um crescimento percentual da ordem de 51,4 por cento para o período, sendo que os dois distritos citados têm taxa de crescimento no período de 6 por cento para Cunhambebe e 14 por cento para Mambucaba (IBGE, 1980).

A contratação de pessoal para as obras dá lugar a um forte fluxo migratório, além de deslocar camponeses para o projeto (camponeses que ao mesmo tempo estavam sendo expulsos das terras por sua valorização turística). O alojamento e a manutenção deste pessoal representam um problema que é resolvido, em parte pelo órgão executor através da construção de vilas operárias dentro do seu território. O resto do pessoal passa a residir nas periferias da cidade em barracos precários. (BERTONCELO, 1992, p. 91).

Foram construídas vilas operárias com diferentes características. Um exemplo é a Vila do Perequê onde viviam, de um lado da rodovia Rio-santos, os operários menos qualificados, geralmente empregados na construção civil e, de outro, funcionários com alta qualificação, com *status* empregatício mais elevado: engenheiros, altos administradores, gerentes, empregados de Furnas (atualmente da Eletronuclear), CNEN e outras estatais coligadas. Estes últimos tinham sua vila residencial junto à praia, numa bela paisagem, com praças e jardins elaborados em projetos específicos para aquele local. Tratamento estético bem diferente da parte onde seus vizinhos, os chamados **peões de obra** e suas famílias, habitavam. A vila do Perequê fica a aproximadamente sete km do parque nuclear.

Outra vila construída foi a de Praia Brava, distante dois km de onde estão as usinas. Essa vila, assim como parte da Vila do Perequê, foi destinada aos funcionários dos altos e médios escalões. Praia Brava tem contornos de uma pequena cidade com características urbanas, porém encravada entre o mar e a montanha, a praia e a Mata Atlântica. Sua infraestrutura comporta escolas, hospital, supermercados, clubes, áreas de lazer bem equipadas, cinema etc. É totalmente provida de água tratada e esgotamento sanitário, além de uma segurança privilegiada 24 horas por dia com guaritas de controle de entrada e saída de pessoal.

Essas duas vilas citadas acima apareceram como demanda da construção das usinas para abrigarem funcionários e operários, trabalhadores mais e menos qualificados. Suas estruturas se diferenciam de acordo com o status de quem irá ocupá-las. O surgimento dessas vilas também está inserido na discussão sobre o uso do solo naquele território sob o poder e influência direta dos responsáveis pelo projeto, como também foi o caso do estaleiro Verolme e das vilas erguidas para abrigarem seus empregados.

Estas vilas possuem toda a infra-estrutura de comércio, educação, saúde e lazer para o pessoal da empresa que pode assim ter uma vida completamente independente da cidade, o que contribui para aumentar a sensação entre os cidadãos angrenses de inteira separação entre o funcionamento da usina e a vida do município. (PINGUELLI; HESLER, 1984, p. 45 apud BERTONCELO, 1993, p. 92).

Os equipamentos aludidos na citação acima não cabem às vilas que abrigam o operariado de baixa qualificação.

Um pouco mais adiante, direção Rio de Janeiro, a 15 km das usinas, está a vila do Frade. Esta vila já existia mesmo antes das usinas e era habitada por pescadores e pequenos agricultores que viviam do cultivo de pequenas culturas e do extrativo da banana, como boa parte da população da região até o aparecimento da indústria. A vila do Frade foi talvez a localidade que sofreu os maiores impactos do projeto em tela. O capítulo V será todo dedicado ao estudo dos fenômenos ali ocorridos.

Um projeto dessa magnitude – o custo de Angra I foi de 3 bilhões de dólares e orçamento total do programa nuclear está previsto em 30 bilhões de dólares - tem momentos distintos em sua implantação e, dessa forma, vai impactar o espaço onde se instala, mais ou menos intensamente de acordo com cada um desses momentos. Não é intenção para este capítulo explorar teoricamente as questões relacionadas ao gigantismo do projeto em tela, pois tal tratamento foi sublinhado no capítulo anterior. Aqui, queremos mostrar que a fase inicial de construção da planta foi intensiva em mão-de-obra, principalmente pouco qualificada, que atuou nas obras de construção civil. A contratação desses operários é de caráter temporário: tão logo termine a fase de construção ela é quase totalmente dispensada.

Portanto, o espaço local sofre profundas alterações ao receber um projeto dessa magnitude e, então, antes de pormenorizar essas alterações locais, gostaríamos de resumir aporte teórico trazido por Bertoncello (1992) no que diz respeito a magnitudes de projetos do tipo em tela.

A magnitude da obra faz com que ela possa ser enquadrada na categoria de “grandes projetos” possuidores de uma lógica própria de organização. Diversos autores têm abordado o estudo destes empreendimentos; dentre eles, destacamos os aportes de Gustavo Lins Ribeiro. Este autor define os “grandes projetos” como totalidades discretas (organizadas por uma lógica particular, mesmo que inseridos em uma lógica maior, fonte das suas características estruturais), e recorrentes (possuidoras de semelhanças entre elas que justificam a sua colocação numa categoria única). (RIBEIRO, 1987, p. 7 apud BERTONCELLO, 1992, p. 89).

O que nos chamou a atenção nessa tipologia feita por Ribeiro (RIBEIRO, 1987 apud BERTONCELLO, 1992), no que tange à dimensão de projetos e sua caracterização a partir daí, foi como o conceito elaborado se encaixa nas questões observadas na implementação dos projetos das usinas nucleares brasileiras. Por exemplo, para Ribeiro existem três dimensões interrelacionadas que caracterizam grandes projetos: o gigantismo, o isolamento e o caráter temporário. Não vamos entrar em detalhes quanto às três dimensões propostas pelo autor, porém, avançando um pouco mais nos conceitos por ele propostos, Bertoncello (1992) dirá que.

O isolamento diz respeito ao local de implantação, facilitando o estabelecimento de um “território controlado” (BECKER, 1988b). Sob jurisdição (legal, política e administrativa) direta do órgão executor. Complementares deste território controlado, criam-se territórios vinculados aos empreendimentos, mas não sob o seu controle, que não interessa ao órgão executor. Assim, junto às obras existem uma série de equipamentos e infra-estrutura que, pela sua importância, fazem parte do território controlado; a partir dos limites das obras, coexistem diversos tipos de instalações “espontâneas” que escapam do controle e também da responsabilidade do órgão executor, sendo geralmente “terra de ninguém” campo dos conflitos mais diversos. (BERTONCELLO, 1992, p. 89, grifo do autor).

É interessante notar essa dimensão do projeto, pois se olharmos o território onde foram construídas as usinas, iremos nos deparar com uma realidade que segue quase literalmente a descrição teórica de fenômenos trazidos quando de implantações de **grandes projetos**. Ou seja, no território sob controle direto do **órgão executor**, como a vila de Praia Brava, toda a infra-estrutura necessária foi provida. Porém, a quinze km dali, a partir dos limites das obras, a antes bucólica Vila do Frade teve que arcar com todos os ônus do crescimento não planejado, tornando-se uma espécie de **terra de ninguém**.

Uma dinâmica própria foi desencadeada na região, pois no auge das obras o efeito multiplicador fez crescer alguns setores da economia local, o comércio principalmente. O mercado de trabalho local sofre, mais uma vez, fortes impactos e, também uma vez mais, o uso do solo sofrerá transformações. A atração de mão-de-obra operária é sentida quando observamos números dos Censos de 1970 e 1980. O aumento da população levou a maiores demandas por moradia, saúde, segurança, escolas etc. Um grande número de trabalhadores

imigrantes chegou ao local trazendo suas famílias. Era necessário, portanto, investimentos na infra-estrutura, o que de fato não ocorreu. Boa parte das famílias de imigrantes se instalou na vila do Frade e outra no Perequê. Profundas transformações ocorreram no modo de vida da população daquelas áreas, principalmente na Vila do Frade.

Com o término da primeira fase de implantação do projeto, que é o da construção das plantas, a massa operária inicialmente contratada, é quase integralmente dispensada.

Neste sentido, de acordo com informações obtidas na Central Nuclear, em visita efetuada durante o mês de junho de 1982, Angra I ocuparia atualmente 780 pessoas na produção e 360 na administração. Em sua maior parte vindos de outras cidades, devido ao alto nível técnico requerido. As outras duas usinas, que ainda estão na fase de construção, ocupam temporariamente um número de operários desqualificados que oscilam entre 3.700 e 10.000. (GUANZIROLI, 1983, p. 56).

Nem sempre os operários eram dispensados por terminarem as obras, muitas vezes o que havia era falta de recursos para continuar o projeto. Por exemplo, em 1990, depois de uma década de extrema dificuldade para a economia brasileira, com alto endividamento externo e com inflação explosiva que beirou, segundo alguns economistas, e de fato entrou, segundo outros, a hiper-inflação, os recursos ficaram escassos. Angra I e II que em 1982 chegaram a empregar entre 3.700 e 10.000 operários, em 1990, em ritmos quase parados, empregavam entre dois mil e três mil operários. Em 1992 Angra I operava com apenas mil funcionários.

Nem toda a oferta de mão-de-obra de baixa qualificação era de trabalhadores imigrantes, a população local, que à época era de predomínio rural, também se ofereceu para o trabalho de construção das plantas.

Aparentemente, pelos dados expostos, parte da população angrense, inclusive alguns camponeses pobres, são absorvidos momentaneamente nos trabalhos de construção das plantas e, posteriormente, quando as obras são concluídas, são demitidos, passando novamente a engrossar a oferta disponível no mercado de trabalho. (GUANZIROLI, 1983, p. 56)

Mais uma vez, é interessante notar que o município angrense acolheu um projeto vultoso, mas que não era intrínseco à economia local.

[...]. Na medida em que a obra teve um caráter de “enclave” no local só se montavam as partes que, com diversos graus de elaboração, eram fabricadas em outros lugares. Os efeitos no comércio local foram muito limitados, assim como a vida econômica geral do município. (BERTONCELO, 1992, p. 92).

Ou seja, não se desenvolveu nenhum tipo de indústria paralela à indústria nuclear ali instalada - como aconteceu no caso do parque industrial automotivo, em São Paulo, por exemplo, onde indústrias auxiliares à indústria principal foram fomentadas, como a de auto peças. Mais uma vez os insumos básicos para produção daquela indústria, o urânio enriquecido, não era um produto local e o resultado da produção dessa energia, ou seja, a própria energia nuclear, não era consumida localmente. Diferentemente do que aconteceu com a instalação do estaleiro Verolme, onde foram criados centros de treinamento e adestramento de mão-de-obra, Furnas e suas coligadas, não ofertaram nenhum treinamento de mão-de-obra.

Embora devamos concordar com Bertoncetto (1992) na citação feita acima, é necessário fazer as devidas ponderações: se por um lado não se desenvolveu nenhum tipo de indústria paralela, como dissemos acima - mesmo serviços especializados que pudessem ser utilizados na usina, como serviço de segurança, por exemplo, onde toda a mão-de-obra era treinada na cidade do Rio de Janeiro - por outro, a massa de salários gerada pelo pagamento dos operários durante mais de uma década trouxe algum dinamismo ao pequeno comércio local. Viu-se expandir por toda parte um comércio diversificado, porém de pequeno porte, principalmente o da construção civil. No final da década de 1970 e durante a de 1980, houve um “boom” de construção de pequenas moradias para abrigar as famílias de imigrantes que chegavam para o trabalho e também de casas e condomínios de veranistas que com o acesso pela Rio-Santos começavam a “invadir” o local. No capítulo V abordaremos alguns aspectos desse fluxo.

Porém, as moradias populares foram sendo erguidas sem nenhum planejamento. O processo de favelização pelo qual Angra dos Reis vem passando nas últimas décadas tem início nos anos de 1980 e é certamente composto, em seu conjunto de causas, pela forte imigração ocorrida na região nos anos de 1970 e à completa anarquia na estruturação do espaço urbano. O número de habitações foi crescendo ano a ano sem, no entanto, se observar investimento em infra-estrutura que acompanhasse esse crescimento. Somente a partir dos anos noventa o Plano Diretor do município deu mostra de alguma preocupação com o ordenamento espacial, ao menos para construções modestas.

Angra dos Reis continuou seu processo de integração inter-regional. Suas ligações que já haviam se estabelecido pelo mar, pela estrada de ferro, pelas trilhas que cortavam a Serra do Mar, pela navegação fluvial, agora se daria também pelos cabos de alta tensão que levam energia para as indústrias do Sudeste brasileiro. Mas o município ainda carecia de uma ligação terrestre que possibilitasse o acesso mais facilitado ao seu território. As estradas existentes que ligavam a micro-região a outras localidades eram compostas por trechos

entrecortados, mas ainda assim eram tidas como as mais seguras para o transporte. Guanzioli (1983) nos traz a tese de que seria infinitamente menos custoso, do que construir uma nova rodovia, fazer o complemento de todo sistema de transporte existente entre a micro-região da Baía de Ilha Grande e os territórios vizinhos:

O sistema viário existente, se bem que precário em muitos aspectos, era bastante eficiente, servindo às populações dos diversos pontos, seja por via terrestre (caminhos, estradas asfaltadas, estradas de ferro) ou por via marítima. Por outro lado, realizando alguns investimentos nessas vias – certamente montante muito menor do que os gastos para construir a Rio-Santos – poder-se-ia ter conjugado e complementado todo o conjunto viário num sistema mais de acordo com as reais necessidades da região. (GUANZIOLI, 1983, p. 77).

Seja como for, o projeto de construção do trecho da BR-101, ligando o Rio de Janeiro à cidade de Santos pelo litoral, foi levado a cabo e a estrada foi construída. A seguir daremos atenção a esse projeto na região da Baía da Ilha Grande.

3.2.2.3 Angra dos Reis e sua principal “artéria” – Rodovia Rio-Santos

As mudanças sofridas pelo município de Angra dos Reis, com a chegada da indústria, foram apenas parte de um processo de transformação que ainda teria capítulos importantes. Toda dinâmica sócio-econômico-demográfica ocorrida com a implantação dos grandes projetos, já citados acima, ainda iria passar por inflexões mais acentuadas. A construção da rodovia Rio-Santos confirma isso.

Não foi somente a construção da rodovia, em si, que trouxe impactos: o estudo feito sobre a necessidade de construir a estrada trouxe uma perspectiva de desenvolvimento que mudaria radicalmente o perfil daquela região e os impactos de tal estudo se fizeram sentir mesmo antes das obras começarem, principalmente no que tange a questões de valorização das terras, especulações fundiárias. De fato, já com o projeto de construção, a rodovia Rio-Santos começou a alavancar uma poderosa indústria em Angra dos Reis e região, a indústria imobiliária.

Diante de muitas razões para construir uma rodovia que, além de tudo, fortalecesse a integração do território brasileiro, o governo começou os estudos para o projeto de construção da rodovia Rio-Santos. Uma vez terminada as obras, essa rodovia iria dar continuidade à comunicação das regiões litorâneas do país.

Porém, antes de prosseguirmos, achamos necessário dizer que a opção do Brasil pelo transporte rodoviário em detrimento ao ferroviário, num país de extensão continental como é o caso, é intrínseco ao processo de desenvolvimento industrial pelo qual o país fez sua escolha. Nos anos de 1950, com a abertura da economia ao capital estrangeiro, associado à burguesia industrial brasileira, ficou determinado o caráter predominantemente rodoviário que teria a matriz de transporte nacional.

É necessário ressaltar esse aspecto histórico do desenvolvimento do país para se entender, por exemplo, o motivo de termos uma ligação rodoviária, e não ferroviária, ligando dois extremos do país, Natal, no Rio Grande do Norte, a Osório, no Rio Grande do Sul. O trecho da rodovia em tela, entre Rio e Santos, tem 536 km.

Já no ano de 1968 o governo, através do DNER, encomendou à empresa de consultoria SONDOTÉCNICA, estudos de viabilidade técnico-econômica da obra. Em 1971, atualizando o primeiro estudo com os dados do Censo de 1970, um segundo relatório foi preparado pela mesma empresa. Este segundo estudo levou em conta tanto o crescimento demográfico da região quanto o desenvolvimento de setores econômicos como a indústria e o turismo. (GUANZIROLI, 1983)

De todos os objetivos enunciados, o incentivo à indústria turística e a necessidade de se fornecer vias de comunicação para os distritos industriais aparecem como os determinantes na bibliografia consultada. A revista do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) faz referências aos aspectos turísticos da seguinte forma: “A construção de hotéis, clubes, restaurantes e similares de infra-estrutura de turismo, ao lado da preservação da natureza e dos pontos considerados históricos, darão ao litoral uma feição apropriada para receber a crescente onda de turistas brasileiros e estrangeiros. (GANZIROLI, 1983, p. 75).

Os relatórios preparados pela SONDOTÉCNICA demonstraram, através de estudos, as razões pelas quais seria da maior importância a estrada para a região. Tais estudos apresentavam déficits na agricultura, como no caso da produção do arroz e do feijão que foi considerada pelo relatório da consultora como inexistente, mas que apareciam como parte da produção local nos censos de 1950 e 1970. Apresentavam, também, superávits gigantescos, como no caso da banana onde os relatórios davam conta de uma produção de 10.670.000 de cachos quando na realidade a produção não passaria muito de 1.000.000 de cachos. A estimativa de crescimento populacional da região também ficou superestimada em 25% e o potencial turístico previsto pela consultora, levando-se em conta apenas o eixo Rio-São Paulo, seria de 16 milhões de turista com relevante poder econômico e natural vocação ao lazer, um otimismo um tanto providencial. Até a indústria pesqueira foi tida como “artesanal”,

necessitando de financiamento por parte do governo para o seu desenvolvimento. Todas essas razões apresentadas nos relatórios serviriam para consubstanciar os argumentos em favor da construção da estrada.

A ideologia que permeia o discurso dos relatórios é a da “modernização” que, como veremos mais adiante, ao invés de desenvolver a estrutura produtiva da região, acabou transformando os municípios do litoral sul fluminense em paraísos da especulação imobiliária. (GUANZIROLI, 1983, p. 86).

O autor argumenta que todas essas projeções feitas, tanto para mais quanto para menos do que os números e valores observados na realidade, tinham a única finalidade de demonstrar a necessidade da construção de uma via de acesso que permitisse tanto um abastecimento mais eficiente de produtos para região como um melhor escoamento da produção local.

É interessante a contribuição de Guanziroli (1983) para entendermos os principais interesses encerrados na construção da rodovia. Todavia, não devemos achar que apenas interesses das grandes construtoras estavam em jogo a favor do projeto.

Interesses “nacionais” e interesses das grandes empreiteiras, mas também os interesses locais têm participação na construção da rodovia. As possibilidades de valorização das terras locais, do comércio, e as enormes possibilidades que o aproveitamento turístico pode trazer, mobilizam os interesses locais, gerando uma opinião amplamente favorável à implantação da rodovia. [...]. (BERTONCELLO, 1992, p. 68).

Há consenso entre vários autores sobre as principais motivações para a construção da rodovia: fomentar o turismo seria uma delas. Se analisarmos os relatórios da consultora SONDOTÉCNICA¹⁴ não restará muitas dúvidas sobre tais motivações. Previa-se, além da construção da rodovia, múltiplos incentivos para o setor turístico, como iremos ver. Ou seja, buscou-se desenvolver uma atividade econômica não em função de sua própria lógica de acumulação, mas sim com recursos exógenos a ele, majoritariamente recursos do Estado brasileiro através da infra-estrutura e dos incentivos oferecidos.

Porém, o mais interessante dessa avaliação é a afirmação de que, para promover o turismo e a hotelaria, é necessário fornecer previamente a infra-estrutura, isto é, construir a estrada, e depois, como se não fosse suficiente, ainda oferecer subsídios e incentivos fiscais. Não vemos assim surgir um ramo da produção (ou serviços) em função de sua própria lógica de acumulação e da intervenção no mercado concorrencial; pelo contrário, esse ramo surge totalmente beneficiado pela infra-estrutura e pelos subsídios e incentivos que o Estado lhe oferece. (GUANZIROLI, 1983, p. 89).

¹⁴ A esse respeito ver Guanziroli (1983) que faz um exaustivo trabalho de análise dos relatórios que certificaram a necessidade de construção da rodovia Rio-Santos e propõe os que seriam os reais interesses envolvidos.

O financiamento para construção da estrada, que tinha um orçamento inicial de Cr\$ 700.000.000, previa que 40 por cento seriam financiados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e os outros 60 por cento pelo que era chamado no relatório da SONDOTÉCNICA de **recursos exógenos** (Fundo Rodoviário Nacional, orçamentos especiais e contribuições diretas) e **recursos endógenos** (Utilização de terras públicas da área, por arrendamento ou exploração de alguns de seus recursos naturais, cobrança de contribuição de melhoria às propriedades beneficiadas pela construção da estrada, criação de bens intangíveis de comercialização imediata, utilização de fundos temporários; pedágio). (GUANZIROLI, 1983).

Para que o traçado da rodovia seguisse o projeto original foi necessário fazer expropriações de terras em vários trechos. Todo um arcabouço jurídico foi montado para viabilizar não só as expropriações necessárias como a obtenção dos chamados fundos endógenos.

Por mais contraditório que pareça, o processo de valorização das terras para fins especulativos que deu origem à execução da Rio-Santos teve seu ponto de apoio num dispositivo jurídico que visava exatamente o oposto: a reforma agrária. A região de influência direta, foco de tensão social por causa dos intermináveis e ainda hoje não resolvidos conflitos pela posse da terra, foi declarada área de prioridade para os fins da reforma agrária, ficando sujeita à intervenção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). (GUANZIROLI, 1983, p. 92).

Ficou a cargo do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) promover as desapropriações necessárias ao andamento do projeto de construção da rodovia, garantindo seu traçado. As atribuições dadas ao IBRA, porém, trouxeram resultados bastante controversos.¹⁵

Em resumo, amparada pelos relatórios que ficaram a cargo da consultora SONDOTÉCNICA, que dedicou amplo espaço a demonstrar os benefícios que a construção da estrada traria ao desenvolvimento turístico-hoteleiro, nasceu uma indústria turística totalmente subsidiada pelo Estado. (GUANZIROLI, 1983).

A necessidade de nos determos um pouco mais neste projeto (BR-101 – Rodovia Rio-Santos), dá-se pela profundidade das mudanças que a construção dessa rodovia trouxe à região sul fluminense, em especial para o município de Angra dos Reis.

¹⁵ Guanzirolí faz uma notável apreciação dos resultados das ações do IBRA na região por onde a rodovia é construída, principalmente no trecho que passa pela região objeto de nossa pesquisa. A esse respeito ver GUANZIROLI, 1983: 92-97.

O processo de acumulação capitalista pode ser profundamente afetado pelas condições de desenvolvimento das comunicações e dos transportes. As condições relativas de competitividade de toda uma região podem ser alteradas em relação à outra pelo fato de ter um melhor sistema viário e de comunicação. Essas mudanças podem afetar alguns ramos de atividade e até mesmo regiões inteiras. No caso em tela o que se viu foi uma profunda mudança na relação de posse da terra nas regiões de abrangência da rodovia. A valorização das terras, área de influência da estrada, teve como consequência importante, a troca de mãos de latifúndios que antes estavam em poder de empresários e comerciantes locais. Através de uma dinâmica indústria imobiliária, que durante os anos setenta e oitenta, e em menores proporções até os dias atuais, praticou intensa especulação no mercado imobiliário local, essas terras passaram a donos ligados a indústria do turismo. Na maior parte delas tomaram lugar luxuosos complexos turísticos e condomínios para uma elevada classe econômica. Trataremos das implicações que o desenvolvimento do turismo tem para a região de Angra dos Reis na continuidade deste trabalho.

Hoje, se percorrermos a estrada Rio-Santos será fácil notar as transformações por ela engendradas nos espaços envolvidos. Uma estrada que rasgou ao meio uma região deixando, de um lado, as verdes montanhas com sua Mata Atlântica quase intocada e, do outro, as verdes águas do litoral sul fluminense, recortado por complexos hoteleiros e condomínios de alto luxo frequentados por milionários cariocas e paulistas, brasileiros afortunados de todas as partes do Brasil e estrangeiros de várias partes do mundo.

O processo de ocupação das áreas nobres, terras planas geralmente próximas ao litoral, empurrou a população local, menos abastada, para as encostas dos morros da região, deixando essa população vulnerável a todo tipo de intempéries. Condomínios de classe média também já sofreram com os deslizamentos da estrada, porém, danos maiores e mais frequentes são sofridos pela população de baixa renda que se vê obrigada a ocupar terrenos precários.

No dia 09/12/2002, mais um gigantesco deslizamento deixou pelo menos 50 mortos e mais de 1.500 famílias desabrigadas nos bairros de Japuíba e Areial, distantes cinco km da sede do município. Por ocasião desse deslizamento, a rodovia Rio-Santos ficou bloqueada, fato bastante corriqueiro nos períodos chuvosos por onde passa a rodovia. (PREFEITURA..., 2002).

De fato, o que se pode observar em relação à ocupação do espaço no município de Angra dos Reis é, por um lado, um processo de favelização que muito se aproxima do padrão ocorrido nas periferias das grandes cidades, conhecido como centro-periferia (LAGO, 2000)

e, por outro, o domínio de grandes grupos ligados à especulação imobiliária e à indústria do turismo e lazer.

Angra apresenta alguma especificidade em relação aos empreendimentos turísticos: os complexos hoteleiros e os grandes condomínios têm estrutura própria, podendo na maioria das vezes prescindirem do convívio com os habitantes locais, pois tais complexos são dotados de toda infra-estrutura e se isolam dos demais aglomerados habitacionais através de forte segurança privada e verdadeiras fortalezas físicas representadas por muros, canais etc. Padrão muito parecido ao ocorrido na Barra da Tijuca, bairro carioca onde cidadãos de níveis de renda elevados se isolam em condomínios fechados onde desfrutam de completa infra-estrutura.

A Rio-Santos margeia o litoral na maior parte de seu traçado. Notícias de desabamentos em praticamente toda a extensão da rodovia são bastante comuns. Tragédias de todos os tipos e dimensões já ocorreram na região de Angra dos Reis por conta de deslizamentos na estrada. Um dos mais graves ocorreu em meados dos anos de 1980 e soterrou um laboratório de análise nuclear da Eletronuclear. Junto com o laboratório também foram soterrados vários barcos que se encontravam ancorados numa pequena marina e, também, um restaurante que servia ao local. Todo esse desastre aconteceu a menos de dois km do parque nuclear e até hoje não foi esclarecido à população se algum material radiativo foi soterrado junto com o laboratório. A área é aberta ao público e por ele se acessa a uma das mais belas praias da localidade que é bastante freqüentada.

Angra dos Reis e toda a região da Baía da Ilha Grande passaram por muitas mudanças ao longo dos cinco séculos de história aqui remontados. A região, que até 1940 era predominantemente agrária, tem, a partir daí, transformações importantes. Como exemplo o seu mercado de trabalho e o uso do solo.

Um indicador que certamente nos auxilia a enxergar as mudanças na força de trabalho é a mão-de-obra ocupada por atividade econômica. Por exemplo, a indústria de transformação em 1950 ocupava 19 por cento da mão-de-obra, basicamente a indústria da pesca. Em 1970 essa indústria já ocupava 24,6 por cento dos trabalhadores, principalmente na indústria naval através do estaleiro Verolme. Enquanto isso, o setor de serviços ocupava respectivamente 2,1 e 4,3 por cento nesse período. (CENSO 1950 E 1970).

Em 1980 segundo dados do CENSO, o setor de serviços ocupava 34 por cento da população acima de dez anos de idade e a indústria de transformação 19,2 por cento. Esses percentuais mudaram com os números do Censo de 1991 e mais ainda com os dados trazidos

pelo Censo 2000. Exemplo é o pessoal ocupado em atividades ligadas a serviços imobiliários que chega a 16 por cento do total em 2000.

Faremos uma análise mais apurada dos dados expostos acima no capítulo IV. Veremos que, a partir de 1980, novas mudanças ocorreram no mercado de trabalho angréense e dessa vez o fator que impulsionou tais mudanças foi o crescimento da indústria do turismo, a qual passaremos a analisar com maiores detalhes no tópico a seguir onde olharemos, conjuntamente, a dinâmica sócio-econômica do município nos anos 1980.

3.2.2.4 Angra dos Reis e as novas dinâmicas observadas na década de 1980

No início da década de 1980, Angra dos Reis já contava com um parque industrial naval, a indústria nuclear estava em processo de construção e ainda na primeira metade da década a primeira das três usinas projetadas estaria terminada, a BR-101, trecho Rio-Santos, foi concluída. O mercado de trabalho atingiu um dinamismo que lhe conferia características próprias e bem distintas das que tinha ao final da primeira metade do século. Como vimos acima, a mão-de-obra ocupada deixou de ser majoritariamente agrária e passou a ser dividida entre indústria e serviços.

Outro aspecto de fundamental importância para o entendimento dos fenômenos ocorridos no território angréense é o uso do solo. Região que teve suas terras ocupadas por escravos após o fim da escravidão, libertos que se tornaram posseiros no solo exaurido pelo café, preterido pelos grandes proprietários e que, ao longo do século passado, sofreu fortes transformações tanto no seu uso quanto na sua ocupação.

O fim do ciclo do café na região iniciou um processo de transformação de vários fatores. A banana ganhou espaço e ocupou, juntamente com a pesca, grande parte da mão-de-obra local. Em seguida, com a instalação da indústria naval, houve um recrutamento da força de trabalho local feito pela indústria, treinando e capacitando operários para a lida no setor industrial. Vimos que a área onde a indústria naval foi instalada ocupa vasta área plana¹⁶ e vimos também que em seu entorno foram construídas vilas operárias para acomodar os trabalhadores. Chamamos a atenção ainda para o crescimento populacional que ocorreu entre 1940 e 1970 e logo vimos que esse crescimento não perdeu o ritmo nas décadas seguintes.

¹⁶ A área inicial do parque naval da Verolme tinha 15.200.000 m².

A implantação das usinas nucleares trouxe à região milhares de trabalhadores, muitos trazendo suas famílias e se instalando de forma definitiva nas localidades vizinhas às obras. O CENSO de 1970 mostra que Angra dos Reis tem 10.320 pessoas não naturais do município, procedentes de todas as unidades da federação, da Pará ao Rio grande do Sul. A grande maioria, porém, era proveniente do próprio estado do Rio de Janeiro e Guanabara, com aproximadamente 49 por cento e 26 por cento do total respectivamente, seguidos de Minas Gerais com 9 por cento e São Paulo com 7 por cento do total.

Como já dissemos, na etapa de execução do projeto, algumas vilas foram construídas para abrigar operários, técnicos, engenheiros etc. e suas respectivas famílias. Essas novas vilas têm características próprias e diferem das antigas vilas, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura.

No tópico anterior, procuramos mostrar a importância da rodovia Rio-Santos no processo de transformação aqui sublinhado. De todos os grandes projetos recebidos pelo município de Angra dos Reis, a rodovia é o que tem trazido maior impacto de longo prazo à região.

A construção da rodovia permite acesso facilitado à região. Numa paisagem natural deslumbrante, situada entre dois dos maiores pólos urbanos do país, Rio e São Paulo, pensa-se a inequívoca vocação turística de Angra dos Reis. Seja como for, o aparecimento e crescimento de atividade voltada ao turismo e ao lazer é observado de forma contundente nos anos oitenta. A seguir abordaremos o processo de desenvolvimento da indústria do turismo.

Imaginar que o desenvolvimento turístico em Angra dos Reis é um processo natural e voluntário seria um equívoco. Na verdade, a questão turística no Brasil foi institucionalizada já ao final dos anos sessenta pelo governo militar. Criou-se a EMBRATUR¹⁷ (Empresa Brasileira de Turismo) e o CNTUR (Conselho Nacional de Turismo), ambos órgãos executores e reguladores da atividade no país. De fato, Angra dos Reis fazia parte dos planos do governo militar para a reforma agrária, é o que continha o Decreto nº 70.986 de 16 de agosto de 1972, assinado pelo Gal. Emílio Médice, então o general presidente do Brasil. Este decreto declarava também como áreas prioritárias à reforma agrária Itaguaí, Mangaratiba e Paraty.

Porém, menos de seis meses depois do decreto citado acima ter sido publicado, a resolução nº 413 da CNTUR de 6 de fevereiro de 1973, pelas atribuições que a ela (CNTUR) foram conferidas pelo decreto 71.791 de 31 de janeiro de 1973, assinado pelo mesmo

¹⁷ A respeito do papel da EMBRATUR no processo de desenvolvimento turístico no Brasil, em geral, e em Angra dos Reis, em particular, ver trabalho de BERTONCELLO, 1992: 71-78.

presidente Médici, considerava como Zona Prioritária de Interesse Turístico a faixa litorânea compreendida entre o mar e uma linha imaginária medida horizontalmente para a parte da terra, até 1 km após o eixo da rodovia BR-101, no trecho situado entre as localidades de Mangaratiba (RJ) e Bertioga (SP)...

A partir de então, submetido às diretrizes da EMBRATUR também ficou o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pois, não deveria haver conflitos de interesses entre os dois órgãos, EMBRATUR e INCRA, quanto à destinação das propriedades. Ou seja, caso o INCRA estabelecesse que determinada área servisse a fins da reforma agrária e esta mesma área fizesse parte do potencial turístico estabelecido pela EMBRATUR, em instância final a decisão caberia a esta última. Na prática o funcionamento desses acordos entre os dois órgãos se estabeleceu através de convênio operacional firmado entre as partes. O INCRA não efetivaria regularização dominial de áreas sem prévia consulta à EMBRATUR quanto à sua destinação para aproveitamento turístico. (Artigo 5º do convênio firmado entre o INCRA e a EMBRATUR).

Para quem conhece o litoral de Angra dos Reis, com os encantos de suas paisagens a beira mar, com belas praias, suas 365 ilhas, suas águas verdes e bem temperadas e a verde Mata Atlântica que encobre suas montanhas, provavelmente concorda com a exploração do turismo que se faz na região. Porém, o povo local nunca foi ouvido em relação à questão. Ou seja, foi exatamente uma sentença dada ao município: região de alto potencial turístico. E foi exatamente a EMBRATUR, através de todas as regulamentações e projetos de financiamento e subsídios aos empresários do setor a executar tal sentença.

Todas as áreas que margeiam o litoral Rio-Santos, afastadas ou não do mar, dotadas ou não de praia, são áreas turísticas. A discriminação em categorias, proposta acima, tem por fim exclusivo servir ao cálculo do potencial turístico do litoral, e não ao zoneamento do litoral em zonas turísticas e não turísticas. (EMBRATUR, 1972 apud BERTONCELLO, 1992, p. 75).

E ainda,

[...] a densidade de banhistas possibilitada pela praia, isto é, a qualidade da praia e do local é diretamente proporcional ao nível de rendimentos da clientela turística a ser atendida: uma fraca densidade de ocupação corresponde à clientela de nível elevado e vice-versa. (EMBRATUR, 1972 apud BERTONCELLO, 1992, p. 75).

Este último trecho citado dá bem a dimensão do caráter segregacionista do projeto encomendado pela EMBRATUR a uma empresa estrangeira de consultoria, a SCET Internacional. Este estudo recebeu o nome de projeto TURIS e seu principal objetivo era o

desenvolvimento turístico do **litoral Rio-Santos**. Dentre as propostas incluídas no projeto está a classificação das praias segundo a densidade de turistas por metro quadrado. Neste sentido chegou-se à divisão em três categorias de praia: 25 m² por banhistas seria a praia classificada como de **Turismo de qualidade**; 10 m² por banhista receberia a classificação de Turismo **médio** e 5 m² por banhista seria a praia considerada para o **turismo econômico**¹⁸.

A definição do tipo de empreendimento que se poderia instalar e em que local tal empreendimento poderia ser erguido eram também papéis da EMBRATUR. As esferas estaduais e municipais de poder poderiam regulamentar o setor desde que antes apresentassem à EMBRATUR o tipo de regras que estariam impondo. Neste sentido muito mais propunham do que legislavam.

Existia um órgão estadual para o desenvolvimento turístico chamado FLUMITUR, que havia encomendado um estudo à consultora TECNOPLAN, o projeto foi chamado de **Programa Básico de Desenvolvimento Turístico de Angra dos Reis – PBDT**. A FLUMITUR, porém, logo teve que se submeter às regras da EMBRATUR e o **PBDT** foi logo deixado de lado. Aqui, novamente, se pode notar que as transformações pelas quais passaram a região são fruto de decisões em escalas que ultrapassam à escala local. Mais uma vez componentes exógenas à economia e sociedade local são incorporadas, trazidas pela dinâmica em curso.

À EMBRATUR cabia dar todas as diretrizes concernentes às questões ligadas ao turismo da região. O financiamento dos projetos aprovados podia chegar a até 70 por cento do total com vantagens que iam desde as baixas taxas de juros até aos prazos elásticos de pagamento. Desta forma, um a um, foram surgindo o que é hoje um dos melhores e mais bem equipados parques da indústria do turismo no Brasil. São dezenas de hotéis, condomínios, marinas, portos equipados com equipamentos de alta tecnologia etc. Toda essa estrutura foi montada e desenvolvida visando turistas e proprietários veranistas com elevado nível de renda.

O desenvolvimento turístico na micro-região da Baía de Ilha Grande é escrito em muitos episódios, dos principais deles é o que trata dos conflitos ocorridos na região por questões da posse da terra. Ao longo deste capítulo temos chamado a atenção para as questões relacionadas ao uso do solo e à posse da terra em Angra dos Reis. Com a chegada dos empreendimentos turísticos à região, tais questões foram exacerbadas e vários conflitos eclodiram e eclodem até os dias atuais. Sendo a maior parte das terras ocupadas por posseiros,

¹⁸ Ver Projeto TURIS.

num processo histórico já descrito aqui, foi necessário que a indústria turística e imobiliária fizesse uso de diversos mecanismos de desocupação de muitas áreas.

Carlos Guanziroli (1983) em seu trabalho intitulado **Contribuição à Reflexão Sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional. O Caso de Angra dos Reis** faz um estudo de caso, inclusive utilizando-se de pesquisa de campo, sobre a Fazenda Santa Rita, localizada onde hoje está instalado o condomínio Porto Marina Bracuhy que ocupa uma área de 200 hectares, umas das maiores e mais importantes estruturas portuárias de Angra dos Reis e região. O autor dedicou mais de cem páginas ao levantamento histórico da propriedade e conta passo a passo todas as nuances dos conflitos ocorridos desde que o patriarca da família Breves, José de Souza Breves, barão do café, antes de morrer, deixar para seus escravos e agregados, dado a iminência da abolição, metade da fazenda Santa Rita de Bracuhy, até os conflitos mais recentes ocorridos nos anos oitenta, quando foi usado inclusive o expediente da violência¹⁹. O trabalho de Guanziroli mostra um caso clássico de conflito naquela região.

Devemos destacar ainda, a respeito dessa localidade de Santa Rita, que há atualmente uma reserva que abriga índios Guaranis à margem direita da rodovia em direção a Paraty. A reserva é vizinha ao empreendimento e também foi motivo de vários conflitos. Há também uma comunidade quilombola, remanescente dos escravos da Fazenda Santa Rita. Esta comunidade foi a que mais sofreu com as disputas fundiárias na localidade, chegando a ser **confinada** numa pequena área no interior da mata. Visitamos essa comunidade por ocasião de nosso trabalho de campo na Vila do Frade. Entrevistamos o mais antigo representante da comunidade. Não nos foi permitido gravar a entrevista, mas ouvimos muitas histórias sobre os acontecimentos vividos pela comunidade. Atualmente está em curso uma pesquisa antropológica para saber exatamente a história daquele povo, quantos são, qual é a área de direito deles entre outras respostas.

A três km do Porto Marina Bracuhy está a Fazenda Grataú. Trata-se, como é possível ver no local que fica às margens da Rio-Santos, de um latifúndio de terras planas que começa à beira do mar e se estende serra acima. Provida com lagos e um riacho que corta suas terras, a fazenda conta ainda com construções que, pela arquitetura, datam do século XIX. Nela não se vê mais do que algumas poucas cabeças de gado e nenhum tipo de lavoura. Porém, em reportagem de Peltier (2008), ficamos sabendo que um novo empreendimento turístico parece estar surgindo em Angra dos Reis, veja abaixo:

¹⁹ Para maiores detalhes a respeito dos conflitos envolvendo posseiros e “proprietários legais” da Fazenda Santa Rita de Bracuhy, ver GUANZIROLI *Contribuição à Reflexão Sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional. O Caso de Angra dos Reis*, 1983: 113-234.

Promessa de paraíso: Angra dos Reis vai receber o maior empreendimento imobiliário e turístico da história do Estado do Rio de Janeiro. O investimento, situado na Fazenda Grataú, terá 12 vezes o tamanho do Frade e será bancado por um consórcio formado por três grupos de origem inglesa, alemã e nacional, que exerceu a opção de compra do terreno, no final de janeiro. Com 2km de frente para o mar e 25 milhões de metros quadrados, o complexo será inspirado no resort Lyford Cay, das Bahamas, e terá hotel, condomínio, dois campos de golfe, canais, marina e trilhas ecológicas. Grana preta: Para se ter uma idéia do gigantismo do negócio, o valor inicial do investimento em infra-estrutura é de US\$ 42 milhões. O grupo de investidores está sendo representado no Brasil pelos escritórios Barbosa, Müssnich & Aragão e Nélio Machado e conta, ainda, com a consultoria de Célio Barbieri. (PELTIER, 2008)

Este empreendimento fica a menos de 1 km da Vila do Frade. A três km da Fazenda Grataú está o empreendimento turístico mais antigos da região, o Porto Frade Golf Resort, ou, simplesmente, Hotel do Frade, que faz parte do grupo Frade Hotéis que também é dono, dentre outros empreendimentos turísticos, do Porto Belo, localizado às margens da Rio-Santos em Mangaratiba e da Pousada Dom João em Paraty. O Hotel do Frade começou a ser construídos em meados da década de 1970 paralelamente à construção de Angra I e da rodovia. O empresário responsável e dono do empreendimento, Carlos Borges, morto no começo da década de 2000, beneficiou-se do projeto Turis da EMBRATUR e, como pioneiro da atividade na região prosperou de tal forma que o empreendimento conta hoje, como nos informa a própria propaganda do complexo, com dezenas de milhões de m² de área de lazer.

O Frade oferece um incomparável complexo de lazer em uma área de 170 milhões de m². (HOTEL..., 2009).

Completa infra-estrutura de turismo e lazer foi montada, oferecendo ainda luxuosos condomínios com mansões milionárias de políticos e empresários de todas as partes do Brasil e do mundo. Sua área começa às margens do mar e se estende ao pé do Pico do Frade, que faz parte da Serra da Bocaina. Em seus domínios encontram-se rios, cachoeiras, uma larga faixa de mata Atlântica. Foi construído um campo de Golfe que ocupa a margem direita da rodovia, direção Paraty. Na construção da rodovia Rio-Santos o local onde é hoje o campo de golfe do hotel recebeu uma vila temporária para trabalhadores que trabalhavam na construção da rodovia e suas famílias. Ainda no mesmo local viviam inúmeras famílias de posseiros. Esse empreendimento ocupa mão-de-obra da Vila do Frade.

O grupo hoteleiro, Frade Hotéis, também foi dono do primeiro condomínio de alta renda da região, o condomínio Porto Galo, localizado a poucos quilômetros do centro de Angra dos Reis. Este condomínio tem características bastante peculiares, pois, apesar de mansões e propriedades de alto luxo, existe uma população local morando na área.

Obviamente há subdivisões de áreas dentro do condomínio, ou seja, existem sub-condomínios onde estão abrigados os proprietários de nível elevado de renda.

As terras em que hoje se localiza o condomínio Portugal, abrigavam na década de 60 uma fazenda produtora de banana, Fazenda Itapinhoacanga. Hoje, um condomínio totalmente estruturado, 1.000 hectares de terras divididos em Glebas de B a M, com aproximadamente 600 casas alto suficientes (PORTO..., 2009)

Outra característica deste condomínio é que sua área, ao contrário do Hotel do Frade Golf Resort, do Porto Marina Bracuhy e da Fazenda Grataú, é acidentada e, inclusive um teleférico é utilizado para levar os proprietários das partes mais altas do empreendimento até à praia.

De imediato o que nos chama a atenção nesses empreendimentos destacados acima é o gigantismo de suas áreas. Numa região onde a questão da terra é tão complexa, onde a falta de espaço para a expansão segura das comunidades locais é o que impera, é realmente impressionante o poder que a indústria do turismo conseguiu conquistar na região, sendo hoje uma das maiores, se não a maior, proprietária de terras planas no município de Angra dos Reis.

É interessante olhar para as diretrizes constituintes do projeto TURIS, elaborado há mais de 30 anos, e ver como, de fato, se desenvolveu o turismo na região onde o projeto teve influência. Olhando particularmente para o caso do município angrense a construção dos equipamentos turísticos seguiu muito de perto o modelo proposto pelo projeto em tela. O exemplo mais característico de tal afirmação é a segregação sócio-espacial facilmente verificada no município quando observamos os grandes empreendimentos turísticos, ou seja, a idéia de categorizar as praias, como expusemos acima, parece ter sido seguida à risca: turistas de baixa renda, assim como a população local, não freqüentam as praias destinadas aos freqüentadores de elevado nível de renda.

Na prática isso é observado em todos os empreendimentos de alto luxo e, como já dissemos antes, os **muros** que dividem essas realidades sociais são muitas vezes barreiras físicas construídas, seguranças armados etc. como também barreiras naturais utilizadas como **barreiras de segregação**²⁰.

Porém, é interessante pensar a respeito do método que estabelece valores intrínsecos de beleza às diferentes praias, ou seja, o que faz com que determinada praia seja tomada como

²⁰ O que estamos aqui chamando “barreiras de segregação” são os mecanismos de isolamento do convívio social entre classes ocupantes de um mesmo território. Estas “barreiras”, na verdade, são mais um elemento de fragmentação desse território e de definição de espaços.

praia de categoria A, B ou C? Certamente, a atividade exercida pelo homem tem a capacidade de transformar o espaço e então, a percepção de beleza é subjetiva e é apreendida ao longo do tempo pela cultura dominante naquele espaço, naquele território. De fato, o processo que irá permitir essa categorização do projeto TURIS passa pela questão da renda fundiária: as praias mais **belas** serão aquelas onde o valor da terra será maior e o valor da terra será mais elevado não pela beleza intrínseca das praias, mas pela exclusividade do uso que se fará dela.

4 ANGRA DOS REIS: ASPECTOS GERAIS DA POPULAÇÃO E DO TERRITÓRIO.

MAPA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS COM DISTRIBUIÇÃO DOS DISTRITOS E BAIRROS

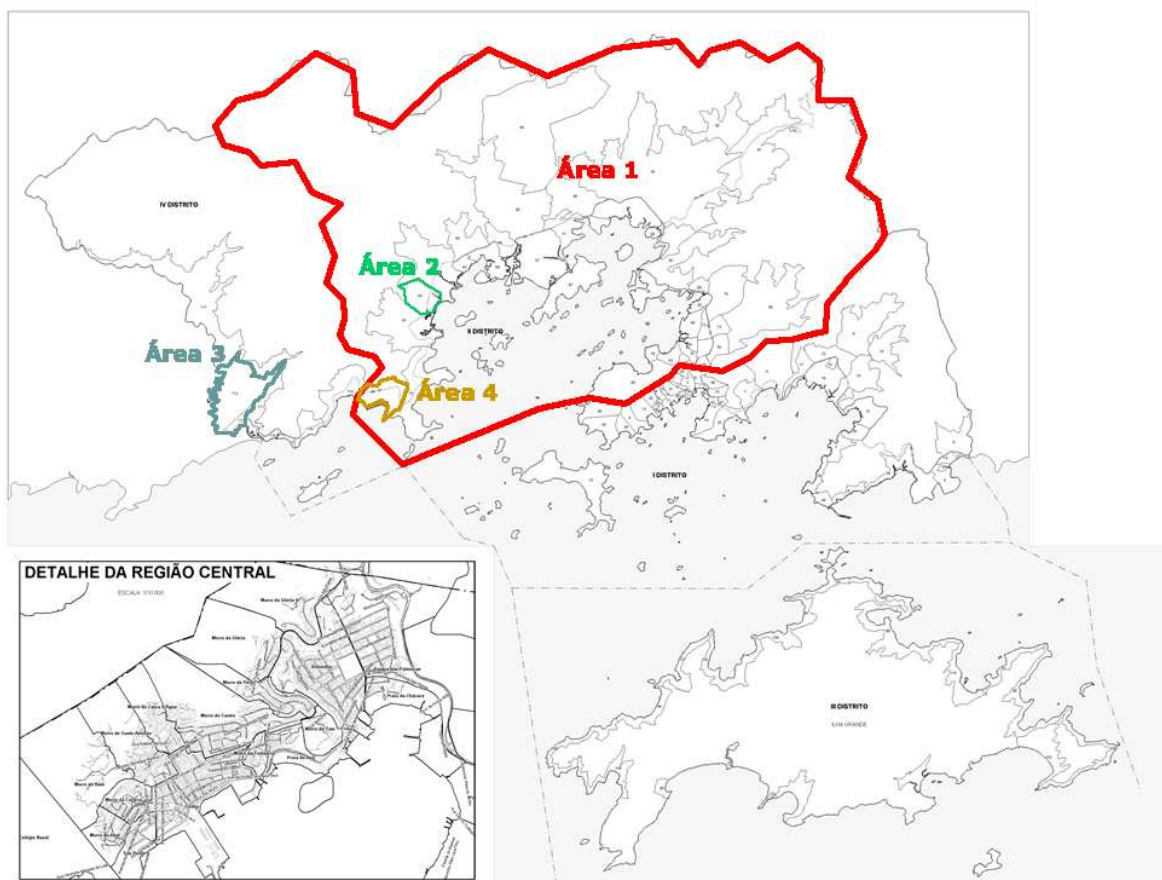


Imagem 1: Mapa do Município De Angra dos Reis

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Angra dos Reis

Área 1 – Distrito de Cunhambebe

Área 2 – Vila do Frade

Área 3 – Vila do Perequê (Mambucaba)

Área 4 – Parque nuclear

Neste capítulo passamos a apresentar e analisar alguns dados mais recentes referentes ao município de Angra dos Reis. Mais precisamente o período pós-setenta, com ênfase nos dados do censo 2000.

O IBGE não disponibiliza algumas informações quando o universo pesquisado permite a identificação do informante. Para o Censo 2000 os distritos de Abrãa, Praia de Araçatiba e Mambucaba apresentam esse problema para alguns dados. Além disso, enfrentamos a questão da defasagem de alguns dados, visto que o último Censo foi há quase uma década.

Para **compensar** esses problemas, ao menos em alguns aspectos, nossa pesquisa procura trazer, tanto quanto sejam possíveis, dados primários que possam enriquecer as análises e contribuir para atualizar algumas informações sobre o município.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E DOS DOMICÍLIOS

Pela lei municipal 270/L.O., de 15 de abril de 1993, o município de Angra dos Reis é composto por quatro distritos: Angra dos Reis, Ilha Grande, Cunhambebe (Figura 1, área 1) e Mambucaba. Porém, o IBGE considera, para efeitos do Censo, a divisão do município em seis distritos: Abraão e Praia de Araçatiba (Ilha Grande) e Jacuecanga (pela lei exposta acima passou a ser considerado como parte do distrito de Angra dos Reis). Procuramos seguir a divisão estabelecida para os Censos do IBGE.

O último Censo mostrou uma população total de 119.247 habitantes: Abraão (2.072 hab.); Angra dos Reis (33.270 hab.); Cunhambebe (46.654 hab.); Jacuecanga (20.450 hab.); Mambucaba (14.177 hab.); Praia de Araçatiba (2.624 hab.). Do total da população, 96% viviam em áreas urbanas, 50,3% eram do sexo masculino e 49,7% eram do sexo feminino. (**Censo IBGE, 2000**). Pela contagem da população feita em 2007 pelo IBGE o município apresentava-se com uma população de 149.395 habitantes.

O número de domicílios era de 32.721. Deste total 65% eram domicílios particulares em situação de ocupados. Com relação aos domicílios não ocupados, 60% eram de uso ocasional, sua maioria usada como segunda residência. Destes, 36% estavam vagos, o que pode ser explicado pelo fato do município ter o turismo como uma de suas principais atividades econômicas, ou seja, existe sazonalidade na ocupação de parte dos domicílios do município. (**IBGE, 2000**)

Em comparação com o Estado do Rio de Janeiro (14.391.282 hab.), a população de Angra dos Reis representava menos de 1% do total da população estadual. (**IBGE, 2000**). A curva etária do município não diferia, radicalmente, do desenho da curva do estado, embora o topo da pirâmide do estado revele um percentual maior da população idosa quando comparado ao topo da pirâmide etária municipal, como podemos comparar nas figuras 1 e 2.

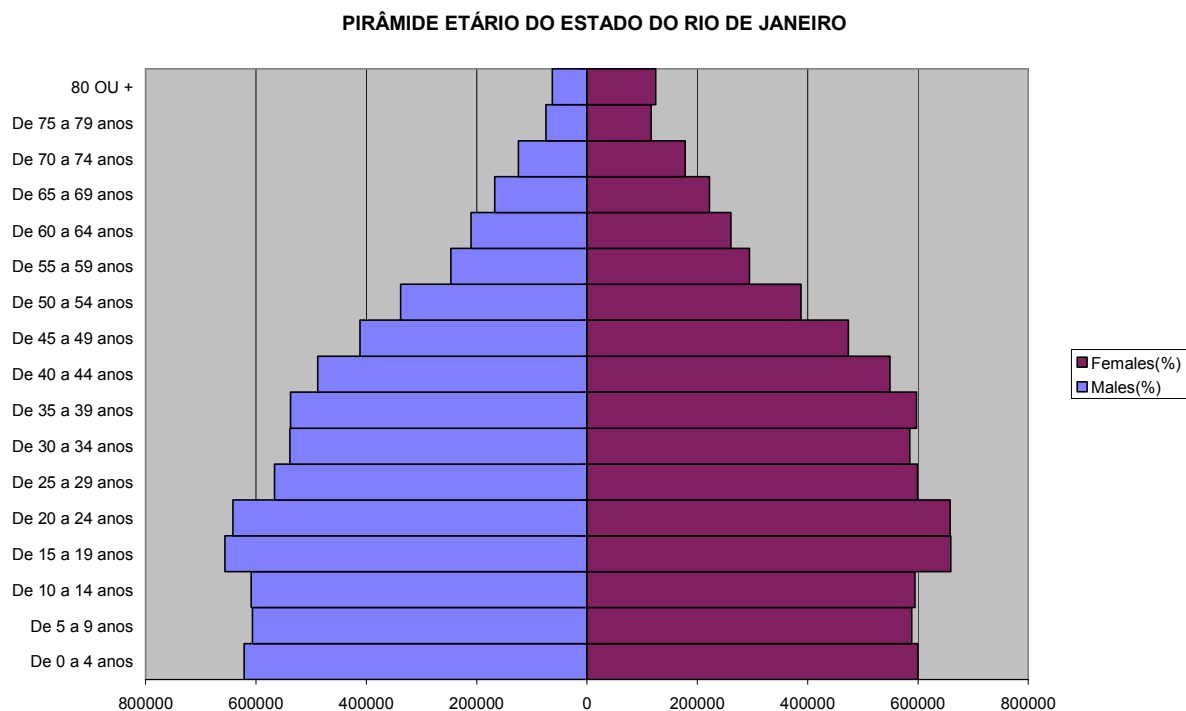


Figura 1: Distribuição populacional por faixas etárias do Estado do Rio de Janeiro - 2000
Fonte: IBGE (2000).

A estrutura etária, tanto do estado quanto do município, revela que a maior parte dessas populações estava em idade ativa. Esta situação significa que a **razão de dependência** da população diminuiu devido à maioria estar em idade ativa, ou seja, há menos crianças e idosos e mais adolescentes e adultos, desta forma, teoricamente, há mais pessoas trabalhando para sustentar um número menor de pessoas que estão fora da idade de trabalho e, portanto a **razão de dependência** é menor.

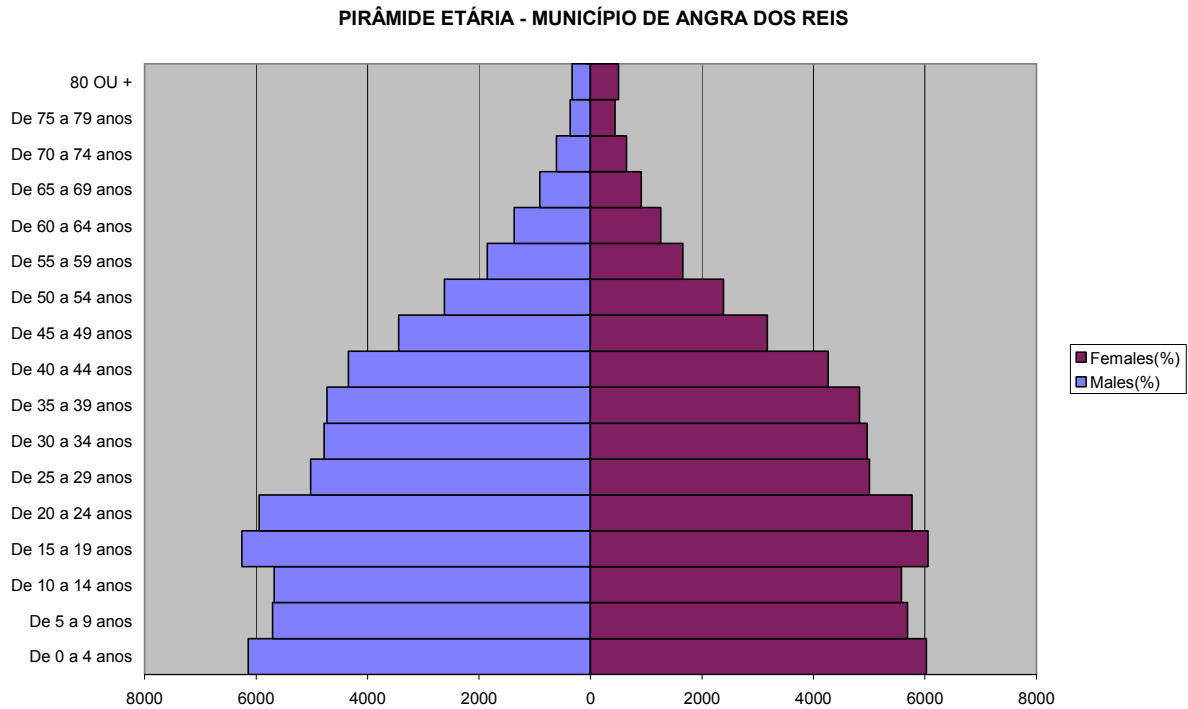


Figura 2: Distribuição populacional por faixas etárias do município de Angra dos Reis - 2000
Fonte: IBGE (2000).

Desde os anos cinquenta o município de Angra dos Reis tem apresentado taxas de crescimento populacional em contínua elevação. No capítulo III procuramos mostrar alguns fatores que influenciaram na atração de população para a micro-região da Baía da Ilha Grande. A pesquisa revelou que além desse crescimento ter sido contínuo ao longo desses cinquenta anos (1950 – 2000) ele foi desigual dentro do próprio município e mostra uma curva mais acentuada a partir dos anos oitenta, principalmente quando comparamos com a média do crescimento do Estado do Rio de Janeiro.

A Tabela 1 abaixo mostra as diferenças das taxas de crescimento do estado e município nos períodos 1980-1991 e 1991-2000.

Tabela 1: Taxa de crescimento da população residente nos períodos 1980-1991 e 1991-200, para o Estado do Rio de Janeiro e município de Angra dos Reis - 1980, 1991 e 2000.

	PERÍODOS			
	1980 - 1991		1991 - 2000	
Escalas	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Taxas	1,15	3,62	1,3	3,75

Fonte: IBGE (1980; 1991; 2000).

A Tabela 1 confirma o que dissemos acima, ou seja, as taxas de crescimento do município mostram-se mais que o dobro da média estadual.²¹

Em comparação com a população do estado, para os mesmos anos, ressaltamos o fato de a média de idade no município ser menor do que a do estado; a idade média masculina ser maior que a idade média feminina – ficando praticamente igual para o Censo de 2000 – situação contrária à do estado onde a relação é inversa para os três Censos e, ainda, a prevalência de um número maior de homens em relação às mulheres, situação oposta à média estadual, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição da população residente por sexo e média de idade para o Estado do Rio de Janeiro e para o município de Angra dos Reis - 1980, 1991 e 2000

	1980				1991				2000			
	ESTADO		MUNICÍPIO		ESTADO		MUNICÍPIO		ESTADO		MUNICÍPIO	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
POP TOTAL	5.630.956	5.863.981	33.300	28.050	6.177.601	6.630.105	43.512	42.059	6.900.335	7.490.947	60.089	59.158
Idade média	27,91	29,24	26,55	25,47	28,18	30,05	25,66	25,27	29,83	32,12	27,45	27,52

Fonte: IBGE, Censo (1980; 1991; 2000).

4.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes do município de Angra dos Reis representava (R\$ MIL 3.495.349,50) um pouco mais de 1% do total do Produto do Estado do Rio de Janeiro (R\$ MILHÕES 275.363) para o ano de 2006. Porém, se compararmos o PIB per capita do município (R\$ 24.250) e do estado (R\$ 17.695) para o ano de 2006, o primeiro é 37% maior do que o segundo. IBGE e a sua Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais.

A composição do PIB municipal no período entre 2002 e 2006, apresenta o setor de serviços como o de maior valor agregado, seguido pela indústria que, no ano de 2006, supera levemente o setor secundário, ficando a agricultura com o terceiro maior valor (**Tabela 1**).

²¹ Os números absolutos da população municipal para os Censos de 1980, 1991 e 2000, são 61.350, 85.571 e 119.247 respectivamente.

A partir dos anos oitenta a indústria turística e imobiliária se firmou na região passando a ter grande importância para a economia local. Em 2004 uma publicação do SEBRAERJ intitulada **arranjos locais – Perfil das concentrações das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro** informava o número de 98 estabelecimentos hoteleiros no município. Além desses estabelecimentos, toda uma rede de serviços gira em torno do turismo. Uma das principais atividades ligadas ao setor é a imobiliária que movimentava o negócio de compra e venda da terra e imóveis, gerando arrecadação de impostos para os cofres municipais²².

O setor industrial tem seus principais gêneros em **material de transporte** (46,6%), **demais gêneros** (43,2%) - O setor de máquinas e equipamentos tem uma forte representação na indústria de transformação no que se refere a este gênero (35,4%) – e **produtos alimentares** (9,7%). O estaleiro BRASFELS tem importante participação no resultado da indústria no município de Angra dos Reis com a construção de plataformas e outros equipamentos marítimos, embora a produção de navios tenha sofrido forte retração naquela indústria a partir da retomada do crescimento do setor naval no Estado do Rio de Janeiro em 2000²³.

Ainda em relação ao PIB industrial, a tabela 3 mostra um forte crescimento no período analisado, o que pode ser explicado, ao menos em parte, pelo recebimento de royalties do petróleo²⁴. Angra dos Reis apesar de não ser um município produtor, recebe *royalties* por armazenagem e abastecimento (transporte) do óleo, o que causa impacto indireto na contabilidade do PIB industrial²⁵.

²² De janeiro de 2001 a setembro de 2008 a arrecadação municipal com o ITBI – Imposto sobre Transações de Bens Imóveis – representou 1,56% do total dos impostos arrecadados no período. (**Secretaria Municipal de Fazenda, Gerência de Tributos Mobiliários do Município de Angra dos Reis**)

²³ Em conversas mantidas com alguns operários do estaleiro, por ocasião de nossa visita ao município para pesquisa de campo na Vila do Frade, ouvimos de alguns deles que a política de produção da empresa responsável pelo estaleiro tem dado prioridade à construção de plataformas e embarcações menores. Tal política centra-se no menor tempo de produção dessas encomendas em relação à construção de navios de maior porte. Como consequência direta dessa política para os operários, está o contrato temporário de trabalho que dura, geralmente, o tempo de execução de um projeto, ocorrendo as dispensas logo em seguida. À época de nossa visita, setembro de 2008, dois mil operários estavam sendo dispensados. Infelizmente não tivemos tempo para conversar com as lideranças sindicais dos metalúrgicos locais para apurarmos esses fatos, mas deixamos aqui a proposta de averiguação futura.

²⁴ O município recebeu entre janeiro de 2001 e setembro de 2008 R\$159 milhões em royalties. Este recebimento representou 16% da receita total com arrecadação no período analisado e teve um crescimento anual médio no período de 152%. Dos impostos arrecadados ou repassados ao município os royalties ficam atrás apenas da cota do ICMS que representou 56% da receita total com impostos no período em tela. (**Secretaria Municipal de Fazenda, Gerência de Tributos Mobiliários do Município de Angra dos Reis**).

²⁵ O impacto é indireto porque não são exatamente os valores recebidos de royalties que entram na contagem do PIB, mas sim a produção de petróleo que é, de fato, um rateio feito entre a produção total de petróleo por todos os municípios que recebem royalties, sendo a **produção** por município função dos valores recebidos dos royalties. Ex.: Se Angra dos Reis recebe 3% dos royalties totais pagos no Estado do Rio de Janeiro, será esta a

Tabela 3: Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita*, para o município de Angra dos Reis - 2003-2006

SETORES/ANOS	2002	2003	2004	2005	2006	VAR 2006/2002
AGROPECUÁRIA	8.758,58	10.109,99	11.539,99	12.419,44	16.285,46	86%
INDÚSTRIA	469.993,02	549.571,51	829.846,56	849.856,14	1.241.288,29	164%
SERVIÇOS	803.160,67	829.986,01	1.051.930,39	1.076.980,88	1.222.304,61	52%
IMPOSTOS ²⁶	147.666,60	91.152,81	604.858,20	1.697.083,00	1.015.471,00	588%
PIB (R\$ MIL)	1.429.578,89	1.480.830,32	2.498.175,12	3.636.339,55	3.495.349,50	145%
PIB PER CAPTA (R\$)	11.089	11.157	18.298	25.910	24.250	119%

Fonte: IBGE (2000)

É interessante notar que apesar de representar menos de 1% do PIB total, o setor primário cresceu mais do que o setor de serviços, que representa 40% desse PIB, no período observado (Tabela 3). De fato, como resultado das transformações ocorridas no município em tela a partir da segunda metade do século XX, apresentadas no capítulo III, a agricultura perdeu espaço na economia local, principalmente a partir dos anos setenta com a chegada da indústria do turismo e lazer e o mercado imobiliário. Porém, nos últimos anos tem surgido na região o cultivo de ostras, *coquilles Saint jaques*, mariscos de vários tipos, entre outras culturas, nas chamadas fazendas marinhas. É a atividade da maricultura. É provável que esse tipo de atividade esteja causando impacto no setor primário contribuindo para melhorar sua posição no PIB total, como é possível ver na Tabela 3²⁷.

participação relativa no rateio da produção do óleo e será essa produção rateada que **umentará** os valores do PIB da indústria. A respeito dos problemas causados pela metodologia de distribuição e contabilidade dos royalties do petróleo ver artigo de Serra, Rodrigo V., 2005 – *Produto Ilusório Bruto – Ranking do PIB entre municípios produtores de petróleo pode dar margem a interpretações equivocadas sobre a distribuição da riqueza*. Pág. 2, 3 e 4 do Boletim de Difusão de Informações e Promoção do Debate sobre a Distribuição dos Royalties do Petróleo. Campos dos Goytacazes/RJ, Ano III – Nº10 – Dezembro de 2005.

²⁶ “O valor dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios, por município, é calculado somando-se ao valor dos impostos sobre produtos a parcela referente aos subsídios. Ressalta-se que o valor dos subsídios é sempre negativo. O valor dos subsídios é repartido entre os municípios, segundo estrutura do valor adicionado total cuja fonte é o próprio PIB dos Municípios. O valor dos subsídios é sempre negativo. Os impostos sobre produtos nas Contas Regionais abrangem as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Os impostos federais compreendem: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Imposto de Importação - II; Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; e outros impostos. A repartição dos impostos federais é realizada pela estrutura obtida com os dados por município provenientes da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda. A estrutura da COFINS é usada para repartir os outros impostos federais sobre produtos. Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.” (IBGE – **Nota metodológicas sobre cálculo dos impostos no PIB municipal**)

²⁷ Só no ano passado foram colhidas 18 mil dúzias de coquilles Saint Jacques das fazendas marinhas instaladas na Baía da Ilha Grande em Angra dos Reis. Ao todo, são 28 fazendas de maricultura plantadas em diversos pontos da baía. Nelas, além do coquilles, se cultivam ostras e mexilhão. A produção do coquilles é a maior, já que o animal se adaptou muito bem às águas da Ilha Grande. Mas a produção de ostras e de mexilhão, apesar de

A População Economicamente Ativa (PEA)²⁸ do município de Angra dos Reis era de 54.517 pessoas, ou seja, 46% do total da população (Censo 2000) estavam potencialmente prontas para atender à demanda dos setores produtivos da economia angrése.

Na tabela 4, se somarmos os percentuais referentes às atividades ligadas a Serviços, como por exemplo, **Comércio (17,1%), Alojamento e Alimentação (8,94%), Transporte, Armazenagem e Comunicação (6,62%), Atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas (6,06%,)** teremos aproximadamente 38% do total do pessoal ocupado nessas atividades, enquanto a agricultura ocupa 3,97% e a indústria 24,7%. Mesmo esses percentuais sendo informações do Censo 2000, ainda quando a indústria era o setor que representava o maior valor agregado no PIB municipal, o setor de serviços já era o que ocupava a maior parte da mão-de-obra naquele mercado de trabalho. Isso se explica, provavelmente, pelo peso da atividade turística no município.

Na mesma tabela também vemos o setor de **Construção** ocupando 15% da mão-de-obra, o que deve se justificar pelo surgimento constante de novos empreendimentos hoteleiros, condomínios de alta classe e outras construções ligadas à atividade do turismo e do lazer. Por outro lado, a atividade pesqueira, que foi grande empregadora até meados do século passado, como vimos no capítulo III, aparece com 2,36% da ocupação em 2000. É provável, porém, que essa participação tenha aumentado devido à atividade da maricultura, que tem se mostrado em expansão no município, uma vez que se considere tal atividade como pesqueira, embora os mariscos sejam **plantados**, e não pescados, nas fazendas marinhas.

Tabela 4: Pessoal ocupado nas unidades locais de Angra dos Reis, por grupo de atividade – 2000

Setor atividade	Nº de pessoas ocupadas	Percentual
Total do pessoal ocupado – unidade locais	40.860	100,0
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	6.58	1,61%
Pesca	965	2,36%
Indústrias extrativas	178	0,44%
Indústrias de transformação	2.719	6,65%
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1.212	2,97%
Construção	6.187	15,14%
Comércio / reparação veículos automotores	7.001	17,13%
Alojamento e alimentação	3.654	8,94%

ser considerada menor, por não estarem em seu habitat natural, também gera rendas extras para os pescadores e ilhéus. Foram colhidas 3 mil dúzias de ostras e 10 toneladas de mexilhão no ano passado. (**Prefeitura Municipal de Angra dos Reis**)

²⁸ A PEA é a soma da **população ocupada e população desocupada**.

Transporte, armazenagem e comunicações	2.704	6,62%
Intermediação financeira	220	0,54%
Atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas	2.475	6,06%
Administração pública, defesa e seguridade social	2137,27	5,23%
Educação	2.152	5,27%
Saúde e serviços sociais	1.177	2,88%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1.665	4,08
Serviços domésticos	5.752	14,08

Fonte: IBGE (2000).

Ainda comparando alguns dados do município de Angra dos Reis com dados do Estado do Rio de Janeiro, na Tabela 5 vemos o rendimento nominal em salários mínimos dos chefes de família nas duas escalas propostas.

Tabela 5: Distribuição percentual dos chefes de domicílio por classe de rendimento nominal em Salários Mínimos* para o Estado do Rio de Janeiro e para o município de Angra dos Reis – 2000

Escalas	Total de responsáveis de domicílios	Classes de rendimento em Salário Mínimo				
		Até 1 SM	Mais de 1 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Sem rendimento
Estadual	4.253.763	14,81%	45,99%	16,93%	13,16%	9,11%
Municipal	32.721	12,88%	49,26%	16,41%	7,52%	13,92%

*Salário Mínimo(SM):R\$151,00.

Fonte: IBGE (2000).

A lógica do desenvolvimento econômico do município de Angra dos Reis privilegiou o setor de turismo e imobiliário, como já mostramos. Por consequência, a dinâmica econômica do município passa a depender do nível de atividade desses setores, principalmente após os problemas no setor naval a partir do início da década de noventa.

A tabela 5 sugere uma economia municipal em dificuldades para criar renda, pois, a classe de rendimento **mais de 10 SM** e a **sem rendimento** apresentam diferenças significativas na comparação com a média do estado. Esse quadro também sugere concentração de renda, embora não indique os setores nos quais a renda estaria concentrada.

De fato, na comparação entre município e estado, a concentração de renda, medida pelo índice de GINI²⁹, é, respectivamente, 0,550 e 0,500. Esta diferença no índice de GINI parece encontrar respaldo nos dados apresentados na tabela 5, mesmo não sendo conclusivos.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano – PNUD, para o ano 2000, o primeiro quintil mais pobre do município em tela ficava com apenas 2,31% da renda total enquanto o quintil mais rico ficava com 42,65% dessa renda. O padrão de distribuição no município segue de perto o padrão de distribuição brasileiro, como indica extensa literatura sobre a questão distributiva no Brasil.

As colocações acima não esgotam o assunto: há defasagem de quase uma década nessas medidas de rendimentos, portanto, o dinamismo econômico da década corrente pode ter alterado as relações econômicas tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto no município de Angra dos Reis.

O recebimento de royalties talvez seja um forte fator de mudança tanto na economia do estado quanto do município e, é provável, que os setores ligados à indústria do petróleo possam estar sendo privilegiados e como consequência pode estar havendo concentração de renda nesses setores.

O surgimento da atividade da maricultura no município de Angra dos Reis também deve ser levado em conta quando pensamos em alterações na dinâmica econômica local, pois essa atividade tem criado emprego e renda para muitas das antigas famílias que viviam da pesca, por exemplo, através da criação de cooperativas. É possível que este tipo de iniciativa ajude a alterar o quadro apresentado pela tabela 5 quanto à renda dos chefes de domicílio.

4.3 ASPECTOS EDUCACIONAIS

O município de Angra dos Reis conta com 64 unidades municipais de ensino, sendo 4 creches, 59 escolas e um Centro de Ensino Superior, Tecnológico e Profissionalizante. Há ainda 7 creches conveniadas. A secretaria de educação não disponibilizou o número de alunos matriculados no Centro de Ensino Superior, porém, para uma população estimada em

²⁹ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

146.857, pela contagem da população do IBGE-2007, sendo que desse total 14% podem ser considerado em idade escolar de profissionalização – entre 15 e 29 anos.³⁰ São 20.041 pessoas nesta classe de idade. Essa relação propõe desequilíbrio entre oferta e potencial procura por esse seguimento de ensino.

A necessidade de treinamento de mão-de-obra – a demanda exercida pela atividade turística é um exemplo - não havia, até início desta década, treinamento específico para capacitar trabalhadores para atender demandas já identificadas. É provável que atividades diversas necessitem de mão-de-obra especializada, por exemplo o de reparações de embarcações.

Em relação a creches, pré-escola e ao ensino fundamental, a tabela 6³¹ mostra o número de profissionais atuando junto a essas unidades de ensino do município, distribuídos por funções e tipo de regime contratual: são 1.982 profissionais distribuídos como mostra a tabela abaixo.

Tabela 6: Equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, distribuídas pelas respectivas áreas de atuação e regime contratual - 2009

Área de atuação	Número de profissionais
Professores de 1º Segmento	500
Professores de 2º Segmento	410
Pedagogos	95
Orientador Educacional	60
Supervisores Educacionais	21
Auxiliar de Recreação	64
Merendeiras	287
Estatutários	131
Terceirizados	156
Auxiliares de Zeladoria	168
Zeladores	90

Fonte: Secretaria Municipal de Educação do município de Angra dos Reis

A tabela 7 mostra a distribuição dos alunos por seguimento de ensino. São 23.577 alunos matriculados no ensino público municipal em Angra dos Reis. A contagem da população de 2007 mostra que o número da população local com idade entre 1 e 15 anos, ou seja, em idade de atendimento escolar provido pelo município, é de 38.695 habitantes. A rede

³⁰ Escolhemos estabelecer essa faixa etária para facilitar os cálculos.

³¹ A tabela 3.4 tem função informativa neste capítulo e não induz nenhum tipo de análise por não contarmos com parâmetros de comparação dos números apresentados.

estadual de ensino tem 6.766 alunos no ensino fundamental e a rede privada 2.585 alunos (**Secretaria Municipal de Educação: Censo Escolar 2009**). Juntos, município, estado e rede privada somam 32.928 matrículas, o que representa 85% da população em idade escolar – creche, pré-escola, ensino fundamental – matriculada, sendo que o município acolhe 61% desse universo. Portanto, o município mostra um padrão abaixo do encontrado para a média de matrículas do Estado do Rio de Janeiro. Nos seguimentos **Pré-escola** e **Creche** o número de alunos matriculados representa 34% do total da população com idade entre 1 e 4 anos. Ou seja, essa relação mostra que há uma demanda potencial por esses segmentos de ensino que não é totalmente atendida pela rede pública municipal.³²

Tabela 7: Número de alunos por seguimento escolar na rede pública municipal de ensino do município de Angra dos Reis - 2009

Seguimento de ensino	Número de alunos
Alunos no 1º Segmento (1º ao 5º ano de escolaridade)	12.679
Alunos no 2º Segmento (6º ao 9º ano de escolaridade)	5.464
Alunos na Educação Infantil (Pré-escola)	1.300
Alunos na Educação Infantil (Creche)	566
Creche Conveniadas	1.279
Alunos na Educação Especial	146
Alunos no Regular Noturno	2.143

Fonte: Secretaria Municipal de Educação do município de Angra dos Reis

O Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB), coloca o município de Angra dos Reis na seguinte situação em relação ao Brasil e ao Estado do Rio de Janeiro: Tabela 8.

Tabela 8: Classificação do IDEB para Brasil, Estado do Rio de Janeiro e município de Angra dos Reis no ensino fundamental da rede pública³³ – 2005 e 2007

Ensino Fundamental	2005			2007		
	Brasil	Estado	Município	Brasil	Estado	Município
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,8	4,2	3,9	4,2	4,5	3,8

³² Embora estejamos comparando anos diferentes, ou seja, as informações de número de matrículas da Secretaria Municipal de Educação são para o ano de 2009 enquanto os números da contagem da população do IBGE são para o ano de 2007. Porém, não acreditamos que esta abordagem nos afaste de forma relevante da realidade atual.

³³ Comparamos apenas o IDEB do ensino fundamental por ser este o seguimento que por lei deve ser atendido pelo poder público municipal, ficando os outros seguimentos a cargo de estados e do governo federal.

Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,5	3,8	3,8	3,7	3,5
-----------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Ministério da Educação (2009).

Ou seja, o índice no município declina nos dois anos avaliados, 2005 e 2007, tanto em relação ao próprio município, quanto em relação à média nacional e à média do Estado do Rio de Janeiro.

A Tabela 9 mostra o indicador de **anos de instrução dos chefes de famílias** para estado e município. Esse indicador é importante para ajudar a entender o nível de renda do indivíduo, pois, a literatura mostra que a educação é uma boa *proxi* de renda.

Tabela 9: Percentual de responsáveis pelo domicílios, em relação ao total de responsáveis pelos domicílios, por anos de estudos, para o Estado do Rio de Janeiro e para o município de Angra dos Reis - 2000

Escala	Total de chefes de famílias	Anos de Instrução				
		Sem Instrução	1 a 7 anos	8 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinado
		Percentual em relação ao total dos responsáveis pelos domicílios				
Estadual	4.253.763	8,17%	44,78%	36,42%	10,46%	0,17%
Municipal	32.721	10,80%	55,06%	29,45%	4,55%	0,14%

Fonte: IBGE (2000).

O município de Angra dos Reis conta com apenas uma universidade pública, um campus avançado da Universidade Federal Fluminense, que oferece o curso de graduação e pós-graduação em Pedagogia. Não temos informação quanto ao número de universidades privadas no município, porém, as informações do INEP,³⁴ para o ano de 2004, para matrículas em cursos superiores da rede privada no município em tela mostram 251 alunos matriculados nesse tipo estabelecimento.

Seria necessário estudar mais de perto o nível de emprego local para o seguimento dos trabalhadores com curso superior, dessa maneira poderíamos entender o que é causa e o que é consequência - falta de demanda ou falta de oferta por mão-de-obra de nível superior – para o baixo percentual de chefes de família na faixa com 15 anos ou mais de ensino.

³⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, ligado ao Ministério da Educação.

A tabela 9 mostra ainda que mais da metade dos responsáveis pelos domicílios angrenses estão na classe de **1 a 7 anos de instrução**, o que significa que o município de Angra dos Reis não tem cumprido o papel constitucional de oferecer, no mínimo, 8 anos de estudo aos seus cidadãos.³⁵

4.4 ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA

A introdução deste tópico requer um breve preâmbulo que nos ajudará na compreensão de alguns desequilíbrios que serão observados no desenvolvimento do trabalho.

Obviamente o tamanho de uma população deve sempre ser levado em conta nas análises e comparações, pois estudar populações de diferentes tamanhos requer cuidados maiores do que nos estudos de populações homogêneas em termos quantitativos. Porém, não existe nenhuma lei social que estabeleça que divisões territoriais com populações majoritárias em quantidade devam, necessariamente, apresentar os piores indicadores. Dessa forma, quanto mais se conhece o processo de formação da população estudada mais se pode dizer a respeito dela, **independente** dos diferenciais quantitativos de sua composição.

4.4.1 Saneamento Básico

Segundo informações do censo 2000, dos domicílios do município 96% encontravam-se em áreas urbanas, enquanto 97,7% dos domicílios do estado apresentavam essa situação. Ou seja, não há diferenças relevantes nessa comparação. (IBGE, 2000).

O município de Angra dos Reis apresenta números ligeiramente melhores que os números do Estado do Rio de Janeiro para **abastecimento de água e coleta de lixo**, como mostra a tabela 10. A maior diferença está na situação do lixo coletado, onde o município apresenta cobertura 12% maior que a média do estado.

³⁵ Artigo 208 da Constituição Federal, Inciso I: *ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso em idade própria.*

O Ensino Fundamental completo tem duração de no mínimo 8 anos.

Tabela 10: Percentual dos domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água e situação do lixo no Estado do Rio de Janeiro e no município de Angra dos Reis - 2000

Escalas	Total de domicílios	Percentual em relação ao total de domicílios				
		Forma de abastecimento de água			Situação do lixo por domicílio	
		Rede geral	Outros	Não canalizada	Coletado	Outros
Estadual	4.253.763	83%	14%	3%	84%	16%
Municipal	32.721	87%	12%	1%	96%	14%

Fonte: IBGE (2000).

A Tabela 11 mostra comparações quanto a forma de esgotamento sanitário, existem algumas diferenças que, porém, não se acentuam a ponto de fazer com que o município afaste-se da média estadual, embora, devam ser destacadas.

Tabela 11: Forma de esgotamento sanitário nos domicílios do Estado do Rio de Janeiro e do município de Angra dos Reis - 2000

Esgotamento sanitário, forma	Estado	Município
Total de domicílios	4.253.763	32.721
Domicílio sem banheiro e sanitário	1%	1%
Rede geral de esgoto ou pluvial	63%	48%
Fossa séptica	22%	30%
Fossa rudimentar	5%	10%
Vala	6%	8%
Rio, lago ou mar	3%	2%
Outro escoadouro	1%	1%

Fonte: IBGE (2000).

O percentual de domicílios sem banheiro e sanitário é o mesmo para município e estado, porém, o uso de fossa séptica e rudimentar apresenta diferenças consideráveis. De fato, é comum encontrar vilas no município angrense que ainda utilizam o sistema de esgotamento por fossas devido à ausência de rede de coleta e tratamento de esgoto.

Os percentuais de domicílios que utilizam o sistema de fossas, séptica e rudimentar, nos anos sessenta e setenta comparados à situação em 2000, mostram que 30, 40 anos depois as mudanças foram tênues, na verdade, aumentou o uso de fossas sépticas tanto em relação a

1960 quanto a 1970 e, o uso de fossas rudimentares aumentou em relação a 1960 e diminuiu em relação a 1970, ou seja, o município não avançou muito na implantação de sistemas eficientes de coleta e tratamento de esgoto. A tabela abaixo mostra os percentuais para 1960 e 1970.

Tabela 12: Número e percentual de domicílios que utilizavam sistema de fossas com forma de esgotamento no município de Angra dos Reis - 1960 e 1970

Tipo	1960		1970	
	Nº de Domicílios	%	Nº de Domicílios	%
Fossa séptica	570	13%	1050	15%
Fossa rudimentar	321	7%	1.247	18%

Fonte: IBGE (1960; 1970).

O município de Angra dos Reis ainda convive com sistemas precários de esgotamento apesar de ser território ser quase todo em área urbana. Entre outras consequências o problema afeta o meio ambiente, poluindo rios e praias.

4.4.2 Outros: Saúde, transporte e atendimento bancário.

O município de Angra dos Reis conta com dois hospitais públicos que atendem pelo SUS. Um deles, a Santa Casa de Misericórdia, de fato, é uma entidade filantrópica que tem convênio com a prefeitura e com o Ministério da Saúde e está localizado na sede do município. O segundo, Fundação Eletronuclear de Assistência Médica – Hospital de Praia Brava – fica localizado na vila residencial de Praia Brava e é, de fato, uma fundação mantida pela Eletronuclear, como o próprio nome já propõe. Existe uma unidade hospitalar que está sendo construída na localidade de Japuiba que será o primeiro hospital realmente municipal.

O município conta ainda com postos de saúde espalhados pelos bairros, porém não obtivemos o número exato desses postos.

A principal via de acesso ao município é a Rodovia Mário Covas – BR-101. Além da BR-101 existem inúmeras ligações secundárias tanto rodoviárias, quanto ferroviária e marítimas. A Estrada de Ferro Oeste de Minas, que permite a ligação por esse modal entre o

município de Angra e Barra Mansa é uma dessas ligações. Atualmente é pouco utilizada, ao contrário dos tempos em que o porto tinha maior destaque na economia angrense.

Existe um sistema de transporte marítimo que liga Angra dos Reis à Ilha Grande através de embarcações do tipo das que fazem a ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

O sistema de transporte rodoviário conta com uma empresa que tem o monopólio do transporte intra-municipal. Iremos explorar com mais detalhes essa situação no capítulo V. Além do transporte interno, algumas empresas fazem a ligação inter-municipal e interestadual.

O município conta com 9 bancos operando em seu território, a maior parte com agências concentradas na sede do município. (IBGE, 2004). Apesar de representar 39% da população do município, os moradores do distrito de Cunhambebe têm que viajar até 33 km para terem acessos a agências bancárias, pois não há agências em seu território.

4.5 ANÁLISE INTRA-MUNICIPAL

4.5.1 Distribuição populacional por distritos

Como já abordado anteriormente, o município de Angra dos Reis tem apresentado taxas de crescimento expressivas, porém com especificidades distributivas dessas taxas na escala intra-municipal. A Tabela 13 mostra a distribuição da população pelos seis distritos considerados para os cálculos do Censo segundo o IBGE.

Tabela 13: Percentual da população residente em domicílio particular, por grupo de idade no município de Angra dos Reis, por distritos - 2000

Distritos/ faixas etárias	Percentual da população residente por faixa etária			
	Total	0 - 17	18 - 60	Mais de 60
Angra dos Reis	100,0	35,21%	58,62%	6,17%
Abraão	2%	29,83%	59,36%	10,81%

Angra dos Reis	28%	31,09%	60,35%	8,56%
Cunhambebe	39%	38,16%	56,66%	5,18%
Jacuecanga	17%	33,73%	60,87%	5,40%
Mambucaba	12%	37,48%	58,53%	3,99%
Praia de Araçatiba	2%	38,61%	53,96%	7,43%
População Total	119.247	41.990	69.901	7.356

Fonte: IBGE (2000).

Coincidência ou não, os distritos que estão imediatamente no entorno da planta das usinas atômicas são os que apresentam as maiores taxas de crescimento – Cunhambebe e Mambucaba - possivelmente, receberam os maiores contingentes de trabalhadores que serviram de mão-de-obra para a construção dessas usinas. Cunhambebe tem o maior percentual da população residente total, 39% e, juntamente com Mambucaba, tem o menor percentual da população residente acima dos 60 anos. (Tabela 13)

Os distritos de Abrão e Praia de Araçatiba, distritos que na consideração do Plano Diretor Municipal configura o distrito de Ilha Grande³⁶, somam apenas 4% da população residente total. Existem questões de preservação ambiental que aparecem como viés para esse reduzido número de habitantes na localidade. Atualmente, até o número de visitantes na Ilha é limitado por determinações do IBAMA.

No distrito de Jacuecanga está localizado o antigo estaleiro Verolme, atual BRASFELS. A partir dos anos cinquenta o entorno do estaleiro recebeu fluxo de operários para o trabalho na indústria. Foram construídas vilas operárias e o distrito conheceu um rápido crescimento. A crise na indústria naval nos anos noventa, porém, diminuiu o ritmo de crescimento que, no auge do funcionamento do estaleiro, convivia com operários de todas as partes do município e também de município vizinhos. Hoje, Jacuecanga é considerado como parte do distrito de Angra dos Reis segundo o plano Diretor municipal.

O distrito sede, Angra dos Reis, com 28% do total da população, tem sérios problemas geomorfológicos. Grande parte de sua área está em morros que, na maioria, estão ocupados

³⁶ Cabe lembrar que a Ilha Grande recebeu até 1994 o lendário Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), que foi instalado em 1903 para abrigar presos comuns, mas que faz parte de um lado sombrio da história do país devido ao uso que dele foi feito para a repressão por parte de alguns governos. Vários presos famosos estiveram detidos no presidio, entre eles o escritor Graciliano Ramos.

com todo tipo de habitação, mas no geral apresentam boa infra-estrutura habitacional e de acessos. A partir dos anos noventa, porém, o distrito passou a conviver com crescimento habitacional desordenado das encostas. Há um processo de favelização, típico das periferias das grandes metrópoles (LAGO, 2000). Essa situação levou à prefeitura a instituir o que é chamado de **Cinturão Verde**³⁷, que limita construções a partir de determinados limites. O Plano Diretor, também estabelece uma **Cota Altimétrica** de 60m acima do nível do mar como limite de ocupação de Zona de Proteção Ambiental e Zona de Desenvolvimento Urbano³⁸. Essas regras valem para todo o município.

A figura 3 dá a dimensão do crescimento pelo qual o distrito sede passou entre 1962 e 2007. É um documento interessante dado que em 2000 o distrito correspondia a 28% da população, ou seja, pouco mais que $\frac{1}{4}$ da população total. A série de fotografias nos indica a medida da expansão populacional no município como um todo, pois vê-se a expansão da mancha urbana do distrito sede, mas ainda assim sua representação percentual em 2000 é menor do que nas três décadas anteriores, quando representava 46% em 1970, 45% em 1980 e 37% em 1991. (IBGE, 1991).

Enquanto isso, no mesmo período, o distrito de Cunhambebe tem os respectivos percentuais em constante crescimento: 17% em 1970, 20% em 1980, 30% em 1991 e 39% em 2000. Maubucaba salta de 2% em 1970 para 12% em 2000. (IBGE, 2000).

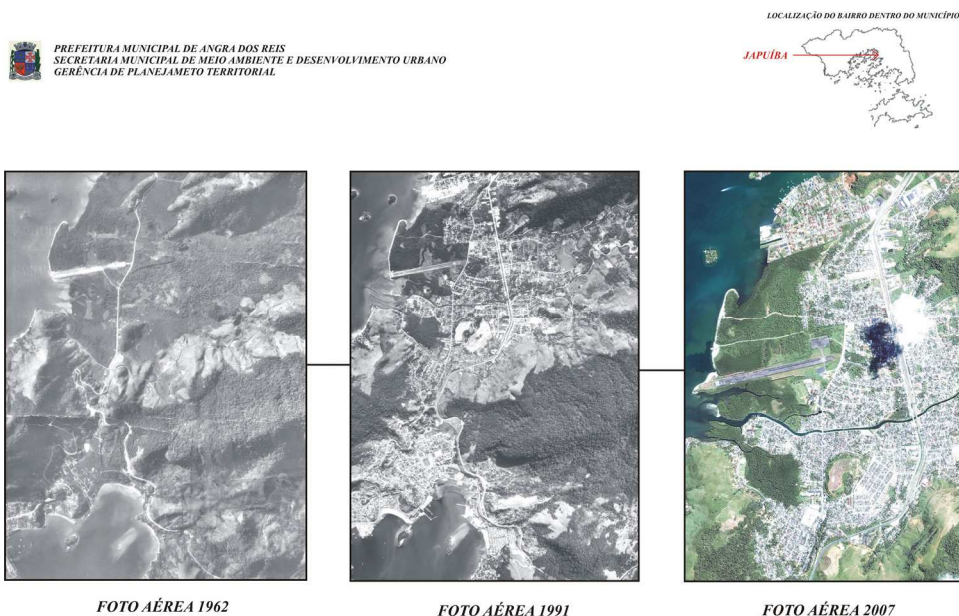


Figura 3: Vista Aérea da cidade de Angra dos Reis em três momentos distintos de tempo.

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Município de Angra dos Reis.

³⁷ Ver Lei 826-99, artigos 5º e 7º.

³⁸ Ver Plano Diretor do município de Angra dos Reis, lei 162-91, art. 65.

As tabelas abaixo (Tabelas 14 e 15) mostram, respectivamente, a distribuição da população residente por distrito e as taxas de crescimento, também por distrito, a partir das informações dos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 14: Distribuição da população residente pelos distritos do município de Angra dos Reis - 1970, 1980, 1990 e 2000

Distritos	Anos Censitários			
	1970	1980	1991	2000
Angra dos Reis	18.620	27.674	31.953	33.270
Cunhambebe	6.725	12.436	25.519	46.654
Jacuecanga	6.571	11.209	15.990	20.450
Mambucaba	885	3.403	7.699	14.177
Abraão	2.963	2.540	2.203	
Praia de Araçatiba	4.512	3.458	2.207	
População Total	40.276	61,350	85.571	119.247

Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000).

Tabela 15: Taxas de crescimento populacional para os distritos do município de Angra dos Reis nos períodos 1980-1970, 1991-1980 e 2000-1991

Distritos	Períodos		
	1980-1970	1991-1980	2000-1991
Angra dos Reis	4.04	1.32	0.45
Cunhambebe	6.34	6.75	9.63
Jacuecanga	5.49	3.28	2.77
Mambucaba	14.02	7.70	7.02
Abraão	-1.53	-1.29	
Praia de Araçatiba	-2.63	-4.00	

Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000).

As taxas de crescimento apresentadas na Tabela 15 confirmam o que já havíamos afirmado no início do capítulo: o crescimento populacional do município não se distribui de forma homogênea pelos seus distritos. O crescimento dos distritos de Cunhambebe e

Mambucaba é destacado em relação aos outros quatro distritos, pois as taxas mostram-se maiores e ininterruptas ao longo dos períodos analisados.

Os distritos de Abraão e Praia de Araçatiba perdem população ao longo dos períodos em tela. Os dois distritos fazem parte da Ilha Grande e tradicionalmente viveram da atividade pesqueira, tanto da pesca artesanal quanto da incipiente indústria de transformação do pescado. O enfraquecimento da atividade pesqueira no município pode ter contribuído para o crescimento negativo da população residente na Ilha Grande. A desativação do presídio é outro fator que deve ser considerado para efeitos de análise da redução dessa população³⁹.

Em resumo, os dados confirmam a ocupação desigual do município e indicam onde teria sido o destino da massa trabalhadora imigrante dos anos setenta e oitenta.

4.5.2 Rendimentos

Tabela 16:- Percentual de responsáveis pelos domicílios permanentes, por classe de renda, por distrito, no município de Angra dos Reis - 2000

Classe de Rendimento	% de responsáveis pelo domicílio por Distrito por classe de rendimento			
	Angra dos Reis	Cunhambebe	Jacuecanga	Mambucaba
Até 1,00 salário mínimo	11%	15%	11%	10%
Mais de 1,00 a 5,00 salários mínimos	46%	54%	44%	44%
Mais de 5,00 a 10,00 salários mínimos	20%	12%	20%	17%
Mais de 10,00 a 15,00 salários mínimos	5%	2%	4%	5%
Mais de 15,00 a 20,00 salários mínimos	3%	1%	3%	3%
Mais de 20,00 salários mínimos	3%	1%	2%	3%
Sem rendimento	13%	16%	17%	19%

³⁹ Devemos chamar atenção para o fato de a Ilha Grande estar experimentando o mesmo processo pelo qual passou o continente desde o início dos anos setenta, ou seja, a expulsão dos posseiros das terras com conseqüente ocupação voltada para a indústria turística. Há proliferação de pousadas e hotéis, o que indica possibilidade de especulação imobiliária, implicando em aumento no preço da terra. A Ilha Grande talvez mereça ser alvo de investigações mais detalhadas, deixamos aqui a proposta.

Total de responsáveis pelos domicílios nessas classes de rendimentos	9.639	12.550	5.659	3.885
SM = R\$151,00				

Fonte: IBGE (2000).

A distribuição de renda intra-municipal mostra-se concentrada na faixa de rendimento entre mais de 1 e 5 SM para os quatro distritos analisados, porém, o distrito de Cunhambebe tem mais da metade dos responsáveis pelos domicílios permanentes nessa classe, como mostra a Tabela 16. O distrito também sustenta a primeira posição percentual na faixa salarial até 1 SM.

A tabela mostra, ainda, que um percentual reduzido dos responsáveis pelos domicílios recebe renda acima de 20 SM, enquanto os **sem rendimento** chegam a 19% no distrito de Mambucaba. Neste capítulo ressaltamos algumas características econômicas do município angrense quando comparamos alguns de seus aspectos com a economia do Estado do Rio de Janeiro. Chamamos atenção para as dificuldades encontradas para a criação de emprego e renda.

A tabela 17 compara a média do rendimento nominal dos chefes de domicílio por distrito para o período 1991-2000. A renda média do município teve crescimento de 41% no período, porém distribuído desigualmente pelos distritos, apesar de todos terem apresentado crescimento na renda nominal média. Há diferenças relevantes nessas variações, pois enquanto Mambucaba variou 8%, o distrito de Cunhambebe variou 80% no mesmo período, tendo sido, inclusive, o distrito com a maior variação de renda, ficando acima da variação média.

Não obstante a essa melhor performance do rendimento nominal médio, Cunhambebe ainda sustenta a menor renda média do município. Contudo, de 1991 para 2000 a diferença negativa em relação à média do município caiu de 37% para 20%. (Tabela 17)

No outro extremo está o distrito de Mambucaba que em 1991 tinha uma renda média 42% maior do que a média municipal, percentual que se reduziu para 9% em 2000. Jacuecanga passou por situação similar, porém com queda menos acentuada. (Tabela 17)

Esses dois distritos sofreram com a desarticulação da economia angrense nos anos noventa. É provável que a queda do rendimento médio do distrito de Jacuecanga seja implicação direta da crise do setor naval no Estado do Rio de Janeiro que ocasionou, entre outras consequências, o fechamento, mesmo que temporário, do estaleiro Verolme localizado no distrito. No caso de Mambucaba, a dispensa em massa de operários ocorrida no final dos

anos oitenta, começo dos anos noventa, por parte das empresas ligadas à construção das usinas nucleares pode ter contribuído para a queda de rendimento observado no distrito.

As características econômicas de cada um desses distritos é o que certamente ajuda a explicar os resultados apresentados na tabela 15. Por exemplo, o distrito de Angra dos Reis, distrito sede, concentra a maior parte do comércio de grande porte, bancos, escritórios, repartições públicas etc. Ou seja, há uma dinâmica própria, endógena, que provavelmente implica na alavancagem de seu mercado de trabalho no que diz respeito ao nível de emprego e renda.

Jacuecanga e Mambucaba, apesar de estarem com rendimento médio acima da média municipal, são distritos com economias dependentes de demandas externas à sua própria dinâmica, no caso o estaleiro naval e as usinas nucleares respectivamente.

O nível de renda de Jacuecanga, apesar da queda no período, deve sofrer impacto positivo dos salários recebidos pelos funcionários da Petrobras, que mantém petróleo armazenado no distrito, além de ter construído uma vila residencial que abriga parte desses funcionários. Fatores como a proximidade com o distrito sede, 10km de distância, parques náuticos e condomínios de alta classe, também devem ajudar a sustentar um nível de renda mais elevado no distrito.

No caso de Mambucaba, o distrito é limite territorial entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty, ficando sua principal vila a aproximadamente 20 km do Centro histórico de Paraty, importante pólo turístico e econômico da região. Há presença de moradores funcionários dos altos escalões das empresas ligadas às usinas. Esses fatores provavelmente contribuem para alavancar a renda local.

Representando 39% do total da população residente do município e com taxas de crescimento diferenciadas, como visto na Tabela 15, o distrito de Cunhambebe requer análise pormenorizada. Até final da década de oitenta o distrito foi amplamente dependente do emprego nas usinas de Angra I e II e nos conglomerados turísticos vizinhos, notadamente o Frade Golf Resort e o Marina Porto Brachuí. O estaleiro Verolme também empregava parte daquela mão-de-obra.

Nos anos noventa o demanda representada pelo estaleiro Verolme e pelas empresas ligadas às usinas teve forte queda, passando o distrito a depender do emprego no setor de turismo e no mercado informal de trabalho. Porém, foi na década de crise do mercado formal de trabalho que se viu prosperar um pujante comércio na principal vila do distrito, a Vila do Frade. É provável que o crescimento desse setor tenha contribuído para o crescimento observado no rendimento nominal médio, pois, além da criação de emprego, também houve

criação de renda e algumas famílias de comerciantes prosperaram visivelmente e expandiram seus negócios. A atividade de reparos de embarcações também começou a aprezer no local.

É provável que a taxa de informalidade na economia do distrito de Cunhambebe seja elevada devida às especificidades da dinâmica de crescimento dessa economia. Porém, o fortalecimento da atividade comercial parece ter surtido efeito para o indicador de renda local como ressaltado acima.

Há claros indícios de que um elevado percentual da população no distrito de Cunhambebe seja de imigrantes que fizeram parte de fluxos distintos de imigração. No capítulo V desse e de outros aspectos que nos ajudará a entender suas peculiaridades em relação ao município, inclusive sua posição na renda média comparada. Ao destacarmos o fator Imigração, temos em vista a pesquisa de campo que fizemos na Vila do Frade, onde nos deparamos com um quadro interessante nas condições de vida dos imigrantes vindos no que chamamos de **primeira etapa imigratória** e os que chegaram na **segunda etapa imigratória**. A **primeira etapa** tem início na primeira metade dos anos setenta e é impulsionada por forte demanda por mão-de-obra para a construção da usina de Angra I e da BR-101, trecho Rio-Santos. Nossas pesquisas mostram indícios de que essas famílias de operários conseguiram transpor as dificuldades iniciais e ascenderam sócio-economicamente melhorando as condições das gerações seguintes⁴⁰.

Ao contrário do cenário de forte demanda por mão-de-obra encontrado pelas primeiras famílias imigrantes, as famílias que chegaram a partir de meados dos anos noventa, encontraram o mercado de trabalho formal bastante restritivo⁴¹ e, portanto, as dificuldades foram de várias ordens e podem ser identificadas ainda hoje. Porém, o fato de haver crescimento do comércio local, com conseqüente emprego de mão-de-obra informal, pode ter contribuído como novo fator de atração de novas famílias.

⁴⁰ No capítulo V exploramos esses indícios com detalhes.

⁴¹ As grandes obras que alavancaram a demanda por mão-de-obra nos anos setenta e oitenta já haviam encerrado o ciclo de uso intensivo de força de trabalho e, ao contrário, a partir do início da década de noventa o cenário foi de dispensa de trabalhadores por parte das empresas responsáveis pelos projetos. No capítulo V desta pesquisa trouxemos alguns dados de emprego de mão-de-obra, principalmente nas usinas, que ilustram bem o cenário dos anos noventa.

Tabela 17: Média dos rendimentos nominais dos responsáveis pelos domicílios, por distrito, no município de Angra dos Reis - 1991 e 2000

Itens Geográficos	média do rendimento nominal (R\$)				
	1991 *	2000	2000/1991	Distrito/Município	
				1991	2000
Angra dos Reis (Município)	439.68	621.24	141%		
Angra dos Reis (Distrito)	528.35	771.65	146%	120%	124%
Cunhambebe (Distrito)	277.24	498.00	180%	63%	80%
Jacuecanga (Distrito)	500.67	632.56	126%	114%	102%
Mambucaba (Distrito)	625.48	676.41	108%	142%	109%

*Valor original em cruzeiros (Cr\$ 1,00) deflacionado para reais (R\$ 1,00) pela variação do INPC do IBGE pelo fator 0,00421084353313311.

Fonte: IBGE (1991; 2000).

4.5.3 Educação

Como vimos neste capítulo, se utilizarmos o IDEB como medida para avaliar o desempenho da educação, o município de Angra dos Reis encontrar-se-á abaixo das médias estadual e nacional. E o cenário intra-municipal da educação parece reforçar algumas contradições que indicadores econômicos propuseram no tópico anterior.

Tabela 18: Distribuição de Pessoas responsáveis pelo domicílio, por classe de instrução para o município de Angra dos Reis, por distritos - 2000

Responsável / Individual, anos de estudo, classe	Total do município*	% por distrito			
		Angra dos Reis	Cunhambebe	Jacuecanga	Mambucaba
Sem Instrução / Menos de 1 ano	3.587	24%	46%	13%	10%
De 1 a 3 anos	6.240	26%	43%	16%	11%

De 4 a 7 anos	11.947	28%	41%	16%	11%
De 8 a 10 anos	4.771	30%	36%	19%	12%
De 11 a 14 anos	4.964	35%	26%	22%	14%
15 ou mais anos	1.509	43%	21%	19%	14%
Não determinado / Sem declaração	47	23%	19%	30%	19%

* Incluindo os distritos de Abraão e Praia de Araçatiba

Fonte: IBGE (2000).

Como se vê na tabela 18, o distrito de Cunhambebe mais uma vez se destaca: na classe **Sem Instrução / Menos de 1 ano**, 46% residem no distrito. Entre o total de chefes de domicílio entre 4 e 7 anos de instrução, 41% estão em Cunhambebe. Percentual próximo à média do município (44%), ou seja, o distrito de Cunhambebe segue de perto o padrão municipal e, como mostram os dados, contribui de forma inequívoca para a composição dessa média.

O distrito sede, Angra dos Reis, tem destaque em relação aos chefes com 15 anos ou mais de instrução, representando o dobro de Cunhambebe, segundo no *ranking* – Angra dos Reis 43%, Cunhambebe 21%.

Tabela 19: Distribuição percentual de pessoas responsáveis por domicílio, por classe de anos de estudo para o município de Angra dos Reis, por distritos - 2000

Responsável / Individual, anos de estudo, classe	Total do município*	% por distrito			
		Angra dos Reis	Cunhambebe	Jacuecanga	Mambucaba
Alfabetização de adultos	202	24%	45%	19%	9%
Antigo primário	8.374	30%	39%	16%	10%
Antigo ginásio	1.461	31%	41%	19%	7%
Antigo clássico, científico, etc.	357	30%	30%	25%	11%
Ensino fundamental ou 1º grau	11.527	25%	42%	16%	12%
Ensino médio ou 2º grau	5.402	34%	28%	22%	14%
Superior - graduação	2.080	41%	21%	20%	15%

Superior - mestrado ou doutorado	75	31%	31%	15%	21%
Nenhum	3.587	24%	46%	13%	10%

* Incluindo os distritos de Abraão e Praia de Araçatiba

Fonte: IBGE (2000).

A tabela 19 confirma o que vimos na tabela anterior, ou seja, o distrito sede e o distrito mais populoso se destacam nos extremos da tabela. O fato de 46% dos chefes de domicílio Sem Instrução estarem no distrito de Cunhambebe pode impactar diretamente o nível de renda do distrito. Como dissemos no tópico anterior, as características do mercado de trabalho local deve ser considerada na análise do indicador anos de instrução, por não apresentar dinamismo que implique em maior demanda por mão-de-obra mais instruída, principalmente acima de 15 anos.

Da classe **Superior – mestrado ou doutorado**, 31% estão no distrito de Cunhambebe. Esse percentual nos causa surpresa por tudo o que já dissemos sobre o mercado de trabalho local. Para o Censo em questão (IBGE, 2000), apenas 75 responsáveis pelo domicílio estavam nessa classe de estudo e desses 23 eram habitantes do distrito de Cunhambebe, mesmo número encontrado no distrito sede. É provável que a proximidade com o parque nuclear tenha alguma relação com esse dado, ou seja, mão-de-obra com tal nível de ensino dificilmente encontraria colocação naquela parte do município fora da demanda da Eletronuclear, porém, por falta de informações mais detalhadas não podemos chegar à conclusões finais sobre o assunto.

Os demais distritos considerados nas tabelas 18 e 19 seguem uma distribuição normal em relação aos indicadores analisados, podendo-se chamar atenção, talvez, para os relativamente baixos percentuais, tanto para Jacuecanga quanto para Mambucada, de **chefes** na classe **nenhum** ano de estudo. Quanto aos 25% apresentados pelo distrito de Jacuecanga na classe **Antigo clássico, científico etc.** é provável que seja **herança** deixada pela escola de formação de mão-de-obra para a indústria naval, conhecida na região como **escolinha da Verolme**, que trouxe estímulo aos operários no sentido de buscarem níveis mais elevados de estudo e isso pode ter sido incorporado pelas gerações seguintes. O que explicaria, também, o percentual relativamente baixo de **chefes sem instrução**.

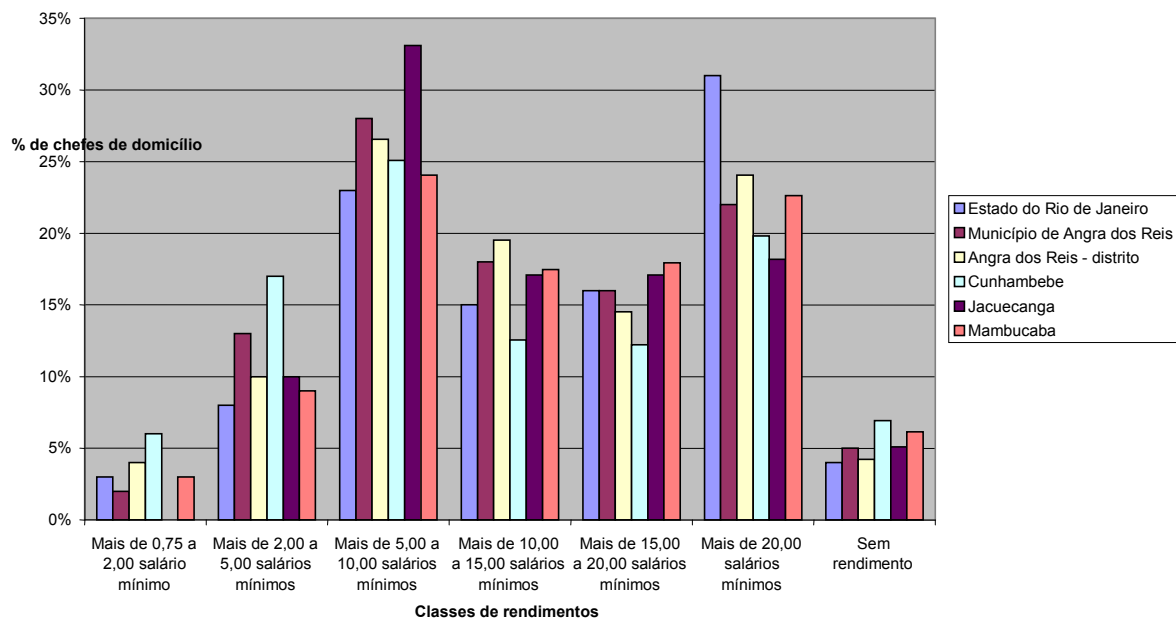


Gráfico 1: Distribuição dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de instrução por classe de rendimento - Estado do Rio de Janeiro - Município de Angra dos Reis - Distritos - 2000
Fonte: IBGE (2000).

Partindo da premissa que a educação é uma boa *proxy* para renda e tendo em conta a dinâmica econômica municipal, o gráfico 1 nos permite visualizar o rendimento médio dos chefes de domicílio com **15 ou mais anos de estudo** no Estado do Rio de Janeiro, no município de Angra dos Reis e nos seus distritos. De imediato observa-se diferença relevante entre estado e município na faixa de **mais de 20 salários mínimos**, 31% e 22% respectivamente. Na faixa **mais de 5 e 10 salários mínimos**, o município apresenta percentual 5% maior em relação ao estado

Trazendo a lente para a escala intra-municipal, pode-se ver uma concentração em torno da faixa **mais de 5 e 10 salários mínimos**, onde Jacuecanga se destaca com percentual de 33% dos chefes de domicílio.

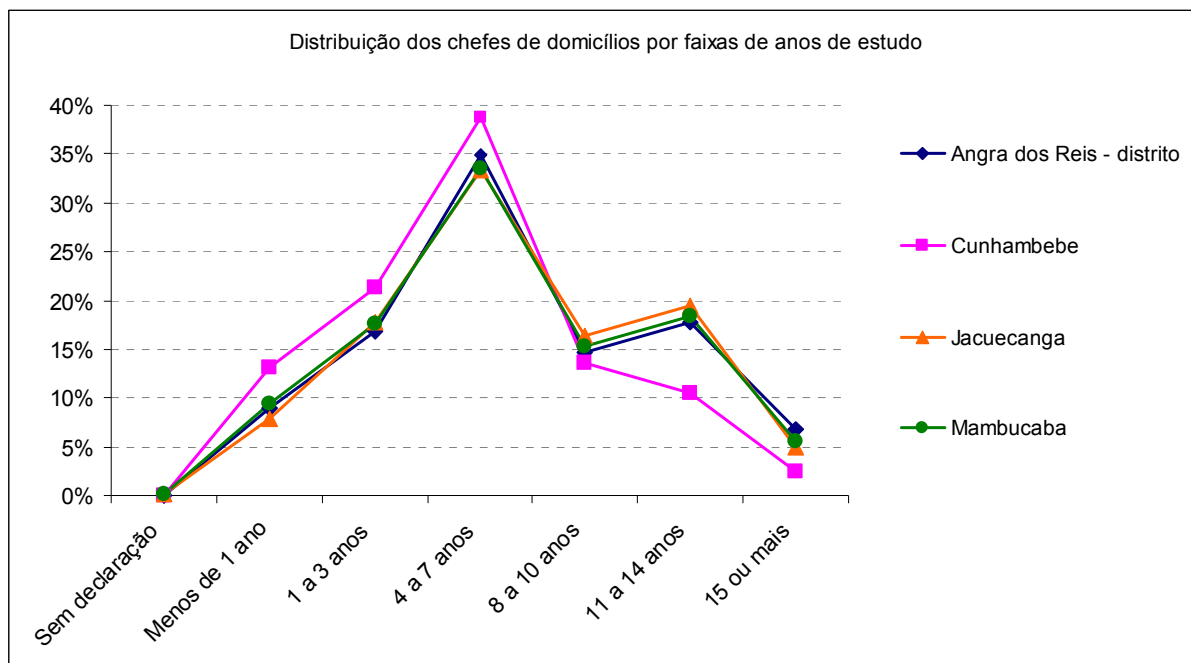


Gráfico 2: Distribuição dos responsáveis pelos domicílios por anos de estudos - Município de Angra dos Reis e distritos – 2000

Fonte: IBGE (2000).

O distrito de Cunhambebe só passou a contar com um estabelecimento de Ensino Médio a partir de 1994. Até então era necessário se deslocar aos distritos de Angra dos Reis e Mambucaba para se ter acesso a esse seguimento de ensino. Talvez seja esse o fator explicativo para Cunhambebe não acompanhar o **ranking** mostrado no gráfico 2, principalmente na classe de 11 a 14 anos de estudo.

É provável que houvesse evasão antes do término do ciclo completo do ensino médio, considerando o percentual de alunos, provenientes de Cunhambebe, que ingressasse nesse ciclo, e isso deve explicar o terceiro maior percentual do distrito ficar na classe entre 8 e 10 anos de estudo, ou seja, o ensino médio incompleto. (IBGE, 2000).

4.5.4 Saneamento básico

Um dos sérios problemas pelo qual passou o município de Angra dos Reis nos anos noventa foi o saneamento básico. Com a população em contínuo crescimento, recolher e tratar o esgoto passou a ser necessidade imediata. A falta de tratamento do esgoto inviabilizou o banho de mar em várias praias do município, pois, o destino final dos dejetos sanitários sem tratamento era o mar.

Algumas comunidades perderam importante fonte de renda com a poluição de suas praias pelo esgoto sanitário, tanto o desaparecimento de turistas quanto da vida marinha inviabilizou muitos negócios em toda a costa angrense.

Obviamente não só a economia é afetada com a falta de infra-estrutura de saneamento, a saúde pública também sofre fortes abalos com aparecimento de enfermidades, principalmente na população infantil. A contaminação do solo e, conseqüentemente, dos lençóis freáticos, também se torna sério problema com a falta da coleta e tratamento do esgoto, principalmente com o sistema de fossas rudimentares, largamente utilizado pela população rural, mas não somente por ela, no município angrense, a tabela 20 nos aproxima desse argumento. Mesmo o uso da fosse séptica, se não tiver um sistema de esvaziamento e tratamento dos dejetos, pode não ser eficiente, apesar de ser melhor que o sistema rudimentar.

A tabela 20 mostra as formas de esgotamento sanitário usados no município de Angra dos Reis e seus distritos. A **Rede geral de esgoto ou pluvial** representa 48% da forma utilizada pelos domicílios, sendo o distrito de Jacuecanga apenas 14% dos domicílios utilizam essa forma, enquanto 26% utilizam as fossas sépticas. Pouco mais de 1% dos domicílios do município não tem banheiro e sanitário, porém, desse percentual 35% está no distrito de Cunhambebe. O uso de fossas rudimentares ainda é feito por 10% dos domicílios do município sendo que 42% deles estão no distrito de Cunhambebe. A forma de *vala* é utilizada por 8% dos domicílios municipais, mais uma vez a maior utilização concentra-se no distrito de Cunhambebe, 49%.

Apenas 2% dos domicílios do município despejam seus dejetos sanitários nos rios o no mar. Desse total, 45% são domicílios do distrito de Cunhambebe.

Tabela 20: Forma de esgotamento sanitário para o município de Angra dos Reis e seus distritos - 2000

Esgotamento sanitário, forma	Município	Angra dos Reis (Distrito)	Cunhambebe (Distrito)	Jacuecanga (Distrito)	Mambucaba (Distrito)
Domicílio sem banheiro e sanitário	351	21%	35%	13%	9%
Rede geral de esgoto ou pluvial	15.727	41%	38%	14%	5%
Fossa séptica	9.781	19%	33%	26%	19%
Fossa rudimentar	3.254	6%	42%	8%	34%

Vala	2.763	32%	49%	14%	1%
Rio, lago ou mar	666	20%	45%	19%	5%
Outro escoadouro	179	7%	69%	11%	7%

Fonte: IBGE (2000).

A tabela 21 mostra o número de banheiros por domicílio no município e distritos. Domicílios sem banheiros representam pouco menos que 3% do total. A maior parte dos domicílios angrense (77%) tem apenas 1 banheiro, 16% são domicílios providos com 2 banheiros e os outros 7% dos domicílios se distribuem entre não ter banheiro (2,5%) e de 3 a 9 banheiros. Do percentual dos domicílios que não tem banheiro, 46% encontram-se no distrito de Cunhambebe.

Tabela 21: Número de banheiros por domicílio para o município de Angra dos Reis - Percentual por Distrito - 2000

Itens Geográficos	Número de Banheiros por domicílio									
	não tem	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Município	833	25.314	5.089	1.067	234	90	43	19	12	20
Angra dos Reis	22%	28%	33%	34%	40%	42%	33%	0%	0%	0%
Cunhambebe	46%	40%	31%	27%	27%	23%	33%	0%	0%	0%
Jacuecanga	14%	16%	19%	31%	21%	20%	28%	47%	67%	60%
Mambucaba	8%	12%	14%	7%	10%	9%	0%	0%	0%	0%

Fonte: IBGE (2000).

É necessário levar em conta o fato de as tabelas acima retratarem números do censo 2000. Esta primeira década do milênio tem observado uma forte preocupação com o meio ambiente em diferentes partes do globo e não tem sido diferente no município em tela, ou seja, é possível que tenham havido melhorias no saneamento básico a partir do início da década.

5 UM OLHAR SOBRE A ESCALA LOCAL

Este trabalho apoiou-se até o capítulo que ora iniciamos em bases de informações e dados secundários. Iremos agora explorar a pesquisa de campo que fizemos na Vila do Frade⁴² e, desta forma, além de continuarmos explorando os dados secundários, buscaremos contribuir com informações e dados primários originários da pesquisa feita na localidade.

A Vila do Frade tem 2.174 MIL m²⁴³ e faz parte do entorno das usinas nucleares, além de ter sido cortada ao meio pela Rodovia Governador Mario Covas – BR 101, rodovia que liga a cidade do Rio de Janeiro à de Santos (figura 5, área 3). Além disso, a localidade é um pequeno balneário que tem uma tranqüila enseada pela parte insular e a Serra do Mar em sua parte mais continental, tendo ainda como vizinhos laterais um dos maiores *resorts* da Costa Verde, o Frade Golf Resort (figura 5, área 4) e uma das maiores glebas de terras planas do município de Angra dos Reis, a Fazenda Grataú. (figura 5, área 6)



Figura 5: foto de satélite da Vila do Frade e seus entornos.
Fonte: Google earth (2007).

A Vila foi fundamentalmente um pequeno aglomerado rural (figura 6) um povoado (IBGE, 1980, p. xxvi), até a segunda metade dos anos setenta, mas foi no final dos anos sessenta que começou a sofrer transformações que mudariam o curso de sua história, pois até

⁴² Vila localizada no distrito de Cunhambebe, segundo distrito do município de Angra dos Reis.

⁴³ Pela distribuição da população do município por bairros, segundo os dados do censo 2000 do IBGE, a Vila do Frade teria aproximadamente 8 mil habitantes, o que significaria algo próximo a 7% da população residente total do município e 17% da população residente total do distrito de Cunhambebe.

então, a atividade econômica era centrada na agricultura de subsistência, algum comércio de banana e na pesca. Segundo alguns relatos colhidos em nossa pesquisa (**pess.02, 03, 04, 05**), o número de habitantes ao final da década de 1960, início da década de 1970 era pequeno com algumas poucas habitações que não abrigariam mais do que quarenta famílias. Os fatos que engendrariam as mudanças ocorridas naquela localidade fazem parte da lógica de ocupação do espaço local descrito na introdução desse trabalho, ou seja, a **vocação** do município e os projetos implantados na região a partir dessa lógica foram decisivos para a configuração espacial da Vila, com destaque para o projeto de desenvolvimento e geração de energia atômica: As usinas nucleares de Angra.



Vila do Frade - 1960

Figura 6: Foto aérea da Vila do Frade em 1960
Fonte: Borges (1994).

A partir da escolha do local para a implantação do projeto de construção dessas usinas e da efetiva implantação⁴⁴, toda aquela mesoregião do sul fluminense passou a sentir os impactos diretos e indiretos dessa escolha, em particular a Vila do Frade⁴⁵.

Que fenômenos podem ser identificados no processo de transformação do espaço local? De que forma a vocação natural para o turismo, discutida e questionada por Guanziroli, impactou na vida daquela população? E como o Estado contribuiu na configuração espacial da Vila do Frade? É possível identificar perdedores e ganhadores no resultado das mudanças

⁴⁴ As usinas I e II já estão construídas e alternam temporadas de funcionamento com temporadas de paralisações em suas atividades. A usina III ainda está em fase de discussão para o início das obras que já sofreu alguns adiamentos por diferentes motivos, sendo o principal envolvendo a licença ambiental.

⁴⁵ Um dos principais impactos foi a atração de trabalhadores de outras localidades. Era necessário o equilíbrio dos fatores, como propõe o modelo das Vantagens Comparativas e, dessa forma, foi necessário atrair mão-de-obra de outras regiões para equilibrar esse mercado, evitando escassez e, conseqüentemente, pressão no preço do fator Trabalho.

ocorridas? As perguntas são muitas e nem sempre os caminhos são claros para nos guiar às respostas. Este capítulo tem a intenção de subsidiar nossa busca.

Esquematizamos este capítulo em, basicamente, nove tópicos: Aspectos Gerais e geográficos, Imigrações, Saúde, Educação, Dinâmica Econômica, Transporte, Meio Ambiente, Impressões sobre Violência e Criminalidade e Infraestrutura. A seguir passamos a apresentá-los.

5.1 ASPECTOS GERAIS E GEOGRÁFICOS DA VILA DO FRADE

Seguindo no sentido Rio-Santos, a parte à margem esquerda da BR-101 é chamada pelos moradores locais de **parte de baixo** (Figura 5, área 2), enquanto a parte à margem direita é a **parte de cima** (Figura 5, área 1). A **parte de baixo** é banhada por uma calma enseada marítima que forma uma praia de aproximadamente quinhentos metros de extensão sendo dividida por um pequeno píer de atracação de pequenas embarcações, principalmente traineiras de pesca (figura 5, área 7).

As diferenças nas habitações entre as duas partes nas quais a Vila é dividida são indícios de diferenças econômicas, pois, enquanto na **parte de baixo** observam-se **residências sólidas**⁴⁶, com amplos espaços externos ou no mínimo uma garagem com um carro, algum estilo arquitetônico, espaço entre uma construção e outra, na **parte de cima**, em geral, as construções se amontoam, quase não se observa espaços externos e raramente segue-se algum estilo na arquitetura das casas, é comum não terem reboco interno e externo, muito se assemelhando às aglomerações habitacionais das periferias das grandes cidades, muitas vezes, inclusive, com a mesma parede servindo a habitações diferentes.

A existência ou não de espaço entre as habitações sugere a idéia de maior ou menor densidade habitacional e neste sentido a **parte de baixo**, aparentemente tem menor densidade que a **parte de cima**. A organização dos logradouros públicos, porém, segue o mesmo padrão em ambas as partes da Vila.

O comércio é concentrado na **parte de baixo** sendo a Rua São Sebastião, um tipo de avenida principal da Vila, onde encontram-se dezenas de lojas, supermercados, açougues,

⁴⁶ Consideramos residências sólidas aquelas que além de serem de alvenaria estão recobertas por reboco de areia e cimento além de serem pintadas e serem de lajes ou telhados coloniais apresentando boas condições externas, além de amplos espaços externos quintais e, geralmente, garagens.

farmácias, consultórios dentários e uma grande diversidade comercial. Não há entidade de classe, do tipo **associação comercial**, daí nossa dificuldade na mensuração da atividade.

É ainda na **parte de baixo** que está localizada a única igreja católica da Vila, a primeira escola construída no local (figura 6), o campo de futebol juntamente com um pequeno clube social e a única praça pública disponível.

Inicialmente, com a construção da rodovia, alguns riachos que fluíam em direção ao mar foram canalizados para que a estrada fosse construída. Esses canais foram construídos com bitolas estreitas e em algumas ocasiões, em temporadas de fortes chuvas, os moradores da **parte de cima** tinham suas casas alagadas por enchentes, pois os canais sob a rodovia não davam vazão às águas das chuvas. Após anos sem solução o problema foi finalmente resolvido.

Os morros estão todos localizados na **parte de cima**. São cinco: Morro da Constância, Morro da Cunhambebe, Morro da Portugal, Morro da Jaqueira e Morro da Pedreira. Uma característica que chama atenção quanto à ocupação desses morros é a origem dos seus habitantes. O Morro da Constância, que segundo o levantamento do PSF⁴⁷ do módulo ali implantado teria 509 residências⁴⁸, é habitado predominantemente por imigrantes nordestinos, enquanto os outros quatro morros, que segundo o PSF de responsabilidade do posto de saúde ali implantado teria 879 habitações, são de maioria de imigrantes capixabas, principalmente oriundos da cidade de Ibatiba (ES). Essa divisão deu-se de forma natural e espontânea. O que os moradores locais dizem a respeito é que os primeiros habitantes dos morros foram determinantes para atração dos conterrâneos⁴⁹.

Existem alguns poucos equipamentos públicos na **parte de cima**: duas escolas municipais e uma creche. Há ainda um pequeno escritório da administração regional da Vila, além de três módulos dos postos de saúde.

O número de **templos**⁵⁰ existentes na **parte de cima** nos chamou a atenção. Chegamos a contar e fotografar vinte deles, mas ouvimos relatos de se aproximarem dos quarenta. Há de se ressaltar que também estão presentes na **parte de baixo**, porém em menor número.

⁴⁷ Programa Saúde da Família

⁴⁸ Essas 509 residências seriam do Morro da Constância juntamente com as residências do Sertãozinho, que é uma pequena comunidade próxima ao Morro.

⁴⁹ Seria necessário um estudo de campo mais aprofundado nas questões antropológicas aqui envolvidas para darmos conta de entender o que exatamente determinou essa divisão geográfica entre capixabas e nordestinos.

⁵⁰ Muitas dessas igrejas funcionam no que seria uma pequena garagem ou algum espaço desse tipo, sem nenhuma estrutura que nos faça lembrar, de fato, os suntuosos templos que nos acostumamos a ver em cidades como o Rio de Janeiro, mas que guardam enorme semelhança com os espaços utilizados nas comunidades de baixa renda da metrópole.

Não vamos nos aprofundar no assunto, mas no estudo em questão, parece haver alguma ligação entre classe econômica e escolha religiosa. É fácil notar que a maior parte dos católicos são moradores da **parte de baixo**. Também não é difícil constatar que é na **parte de cima** onde vive a maior parte da população imigrante. Muitos desses imigrantes, ao chegarem ao local no início dos anos setenta já eram evangélicos, provavelmente eles influenciaram o crescimento dessa igreja na localidade, mas é necessário dizer também que sendo essa parte da Vila a que aparentemente possui menor nível de renda, dadas as impressões observadas, são mais afetadas por questões do dia a dia, como doenças epidemiológicas, alcoolismo, droga aditismo etc. tal vulnerabilidade poderia abrir espaços na busca de apoios alternativos, tendo em vista as dificuldades de acesso às políticas públicas.

Buscando saber mais sobre as razões possíveis para o surgimento de tantos **templos**, procuramos o padre católico da paróquia para uma conversa. Além do pároco, ouvimos um grupo de católicos praticantes trazidos a nós para a mesma entrevista. Segundo essas pessoas há um oportunismo comercial em muitas iniciativas dessa natureza, ou seja, arrecadar o dízimo seria o objetivo final de algumas dessas igrejas. Mas não se poderia negar o papel solidário que a maioria dessas **instituições religiosas** exerce junto à porção mais carente da população.

Nesse sentido a igreja católica parece ter cedido espaço a outras religiões, quando se mantém **afastada de seu rebanho**. A seguir transcreverei um trecho da entrevista:

os pastores evangélicos vão às casas dos fiéis saber o que se está passando etc. os padres, por serem poucos, não conseguem fazer isso. Se o fiel católico vai à igreja tudo bem, se ele não vai, adeus, ninguém vai lá saber o porquê dele não ter ido. (inst. 07).

Seja como for, o que nos pareceu, depois dessa conversa com o grupo, é que existem vários fatores influenciando o aumento do número desses **templos**, alguns deles são fatores já conhecidos como a necessidade da presença mais efetiva do Estado no dia a dia da comunidade, outros parecem mesmo passar pela forma de ação de uma e outra religião.

Em resumo, parece haver uma clara divisão entre a **parte de baixo** e a **parte de cima** na Vila do Frade. Majoritariamente os morros são habitados por imigrantes, mas trataremos da questão da imigração no tópico seguinte. O que por ora queremos chamar atenção é sobre os indícios de diferenças na condição de habitação do lugar e como tal diferença sugere ligações com o fenômeno migratório.

5.2 IMIGRAÇÃO

Já chamamos a atenção para o fato da Vila do Frade ser o maior aglomerado urbano do distrito de Cunhambebe (CENSO 2000). Partiremos da premissa de que as taxas de crescimento da Vila seguiram as mesmas tendências das taxas do distrito.

Identificamos duas etapas de chegada de novas famílias à Vila do Frade, uma teve início na primeira metade dos anos setenta e permaneceu até meados da década de 1980. A segunda etapa teria tido início em meados da década de 1990 e começou a perder força no início da década de 2000. Os fatores que impulsionaram a primeira etapa são bem conhecidos e foram explorados no capítulo III. Entender os fatores que impulsionaram a segunda etapa é uma tarefa que merece investigação pormenorizada numa etapa futura dessa pesquisa.

Com o objetivo de darmos uma idéia da situação atual da imigração na Vila, obtivemos, através da Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, a base de dados das matrículas dos alunos do município para janeiro de 2008. Com esses dados foi possível verificar a origem dos alunos. Na Vila do Frade existem duas escolas públicas municipais, **E. M. Cacique Cunhambebe** e **E. M. Prefeito José Luiz Ribeiro Rezeck**. Segundo os registros de matrículas, o número de alunos nessas duas escolas soma 2.038 alunos. Deste total apuramos que 659 são originários de outros municípios, ou seja, 32% dos alunos matriculados em janeiro de 2008 são oriundos de outras cidades.

Para melhor entendermos as questões relacionadas a imigração na Vila do Frade utilizaremos as informações e impressões colhidas em nossa pesquisa qualitativa. Fazem parte desse material entrevistas feitas com famílias imigrantes, com antigos moradores locais e com outros moradores que já se encontravam na Vila antes de todo o processo de crescimento populacional tomar vulto⁵¹.

Até início dos anos oitenta, a Vila tinha características basicamente rurais. A energia elétrica só foi instalada em 1973/1974 com o início das obras de construção da Rodovia Rio-Santos e da usina de Angra I. Foram essas mesmas obras responsáveis por atraírem famílias vindas de várias partes do Brasil: a necessidade de mão-de-obra obrigou as empreiteiras a viabilizar a vinda dessas famílias.

O número de imigrantes no município de Angra dos Reis medido pelo Censo de 1980 foi de 10.409 pessoas, vindos de várias partes do país e também do exterior. Esse contingente

⁵¹ As notas metodológicas dessas entrevistas encontram-se descritas no apêndice **B** deste trabalho.

representava aproximadamente 18% do total de 57.471 habitantes do município. Embora esses sejam números para a escala municipal⁵², se olharmos as taxas de crescimento do distrito de Cunhambebe observadas a partir de 1980 e se levarmos em consideração os projetos implantados no seu entorno já nos anos setenta com conseqüente aumento da demanda por mão-de-obra - o número de operários utilizados para a fase de construção do projeto da usina de Angra I foi de aproximadamente 10.000 mil operários (BERTONCELLO, 1992), embora não se possa esperar que todo esse contingente de operários estimado na pesquisa de Bertoncello tenha fixado residência no distrito de Cunhambebe⁵³, é provável que parte dele o tenha feito - podemos assumir que houve um forte fluxo imigratório na localidade assim como em todo o restante do município. Nossa pesquisa, além da experiência de termos sido habitante da Vila, nos permite sugerir que há uma forte contribuição imigrante em amplos aspectos da composição da população da Vila.

As famílias de imigrantes que entrevistamos alegaram um mesmo motivo para deixarem seus antigos locais de residência e virem habitar a Vila: a oferta de trabalho advinda dos canteiros de obras da usina de Angra I e da Rodovia Rio-Santos. Em geral, o chefe da família vinha antes para começar a trabalhar, conhecer o local e alugar a casa para o restante da família que só mudava após alguns meses, em geral três meses, da vinda do chefe (pess.07.1). As próprias empreiteiras se encarregavam de buscar os operários em outros campos de trabalho ou mesmo em suas residências de origem, pois muitos desses trabalhadores já haviam sido empregados dessas empresas em outros projetos (pess.07.1). Eles eram alocados inicialmente em alojamentos e no momento seguinte era viabilizada a vinda das famílias. As empresas contratantes arcavam com os custos das mudanças e, durante os seis primeiros meses pagavam os alugueis das famílias.

É notável a forte presença de famílias originárias do Espírito Santo⁵⁴, em especial do município de Ibatiba⁵⁵. Inicialmente as famílias habitaram pequenas casas de moradores

⁵² A divulgação dos resultados do Censo Demográfico para dados de migração não chega até o nível distrital.

⁵³ No capítulo IV deste trabalho, na análise intra-municipal, vimos que o distrito de Mambuca foi o que apresentou a maior taxa de crescimento no período comparado, o que nos leva a pensar que este distrito, juntamente com Cunhambebe, serviu de local de residência para os operários de Angra I.

⁵⁴ Não podemos afirmar com segurança as origens das famílias, dado que esta informação não está desagregada nos Censos estatísticos e dado que em nossa pesquisa não sorteamos uma amostra representativa que nos permitisse fazer afirmações sobre a questão, mas pela experiência de termos habitado o local à época do grande fluxo de famílias vindas de outras localidades e as conversas com membros de várias dessas famílias por ocasião de nossa pesquisa, nos deixa a forte impressão de que esse primeiro ciclo migratório na localidade é amplamente dominado por famílias oriundas do Espírito Santo, majoritariamente da cidade de Ibatiba. Para o município, do total de imigrantes, 11% são originários do Espírito Santo.

⁵⁵ Os relatos das famílias vindas da cidade de Ibatiba dão conta de que além do fator de atração existente no destino migratório, a possibilidade de trabalho assalariado, existiam também fatores de expulsão na outra ponta, ou seja, o município de Ibatiba naquele momento não oferecia condições próprias de trabalho e assalariamento,

locais que viram na chegada dos novos moradores uma oportunidade de negócio: era muito comum a construção de pequenas casas, nos quintais onde já estavam instalados os moradores locais, para aluguel⁵⁶.

Os entrevistados relataram que a partir do primeiro ano de moradia, grande parte das famílias adquiriram pequenos pedaços de terra para construção de suas casas. Dizem também que inicialmente as habitações eram precárias, construídas com madeira, nos moldes das favelas cariocas. (pess.08.1)

Dessa primeira fase de chegada de novas famílias à Vila do Frade, é possível notar que houve uma concentração em alguns pontos da Vila. De forma contundente, vê-se que duas encostas foram eleitas como locais para as residências dessas famílias: o Morro da Portugal e o Morro da Constância.

De cada família de imigrantes escolhida para as entrevistas, entrevistamos três gerações: os primeiros a chegarem à Vila, geralmente o chefe da família e seu cônjuge; os filhos desses, como a segunda geração e os netos como integrantes da terceira geração⁵⁷. A idéia foi captar as impressões dessas famílias através das diferentes gerações. Alguns resultados surpreenderam, outros nem tanto. Ao longo deste capítulo esboçaremos algumas impressões trazidas pelas entrevistas com as famílias.

A questão do transporte é exemplo de como as diferentes gerações de uma mesma família têm opiniões diferentes sobre um mesmo serviço. Houve, porém, uma convergente e positiva percepção quanto ao relacionamento com os habitantes locais: as três gerações, das cinco famílias entrevistadas, foram unânimes em afirmar o bom relacionamento com os moradores locais, dizendo nunca terem sofrido nenhum tipo de discriminação pelo fato de serem originários de outras cidades.

As terceiras gerações dessas famílias disseram se sentir filhas locais, onde, aliás, a grande maioria nasceu. Dê uma maneira geral as famílias entrevistadas não esboçaram o desejo de retornarem às suas terras natais, ao contrário, disseram-se satisfeitas onde estão e gostariam de criar seus filhos e netos na Vila.

Ainda sobre as distintas etapas de imigração na Vila do Frade, entrevistamos uma microempresária responsável por organizar viagens de famílias entres cidades do Espírito Santo - aqui mais uma vez Ibatiba aparece com força como município que, aparentemente,

sendo a maior parte da força de trabalho local utilizada na agricultura de subsistência. Ibatiba, segundo os entrevistados, era uma localidade essencialmente rural, com mínimas perspectivas de trabalho assalariado.

⁵⁶ É possível que o fenômeno de aglomeração de habitações, ocorrido principalmente na **parte de cima** da Vila, tenha tido início nesse período da história local.

⁵⁷ Os detalhes metodológicos constam do apêndice A deste trabalho.

cedeu população - e a Vila do Frade. A viação Mutum Preto chegou a fazer duas viagens semanais entre Ibatiba e a Vila do Frade. A entrevistada nos relatou que nos anos noventa era bastante comum os passageiros desse trajeto serem famílias que deixavam suas localidades de origem vindo em busca de vida nova na Vila do Frade. (pess.13)

De fato, é possível notar o aparecimento de um novo local de residência na Vila, o Morro da Jaqueira. Esta encosta é essencialmente habitada por famílias chegadas ao local a partir de meados dos anos noventa e majoritariamente por famílias capixabas. Não tivemos a oportunidade de entrevistar moradores desse local, mas em conversas mantidas com habitantes da Vila sobre aquela comunidade houve unanimidade na afirmação de que grande parte seria realmente fruto do que estamos chamando neste trabalho de **segunda etapa imigratória**.

Porém, diferente da situação encontrada pelas famílias imigrantes da **primeira etapa**, as famílias que chegaram ao local em meados dos anos noventa não encontraram facilidades no mercado de trabalho. Ao contrário, numa conjuntura recessiva em escala nacional e até mesmo mundial - crises do México, da Ásia e da Rússia, principalmente na segunda metade da década de 1990 - a oferta de trabalho sofreu retração e os impactos foram sentidos em todo o país, nos diversos setores de atividade. A resultante dessa conjuntura macroeconômica adversa, na escala aqui perscrutada, foi um cenário de desemprego ou precarização do emprego para essas novas famílias de trabalhadores recém chegadas. Coincidência ou não, o quadrante majoritariamente habitado por essas famílias apresenta-se numa situação desvantajosa no que tange principalmente à estrutura habitacional.

As famílias chegadas no que seria a **segunda etapa imigratória**, ao contrário dos seus antecessores, são vistas pelos moradores, inclusive pelos imigrantes mais antigos, com certa desconfiança. Nas conversas mantidas com moradores, foi comum ouvir atribuições pejorativas aos novos habitantes. O exemplo mais contundente ficou por conta das questões abordando a violência: muitos moradores atribuem as ações de violência mais recentemente ocorridos na Vila aos novos moradores. Seriam problemas antigos não resolvidos por estes em seus locais de origem. Tais ações de violência (brigas e até assassinatos) seriam de fato acertados de conta entre desafetos antigos. Algumas opiniões dão suporte à idéia de que são pessoas que bebem muito e têm índole violenta. Temos uma entrevista com um ex-policial onde ele cita literalmente o que acha dos casos de violência dos últimos anos. Infelizmente essa entrevista está inaudível por motivos técnicos, mas o entrevistado sugere que os índices de violência atuais tem ligação direta com os novos imigrantes.

O relato do final do parágrafo acima nos leva a refletir sobre o quanto a situação econômica interfere na vida social das pessoas, dos grupos. Para os imigrantes **da primeira etapa**, como dissemos aqui, nenhum tipo de atribuição negativa foi sentida, ao menos na visão de nossos entrevistados, e nem captado nas conversas informais que mantivemos com várias pessoas. O mesmo não se confirma quanto aos imigrantes da **segunda etapa**, ao contrário, esses são olhados com certa desconfiança, tanto por moradores nascidos na Vila quanto moradores imigrantes da primeira fase. Sobre as diferentes visões a respeito desses grupos temporalmente distintos de imigrantes, parece que o acesso ou não ao emprego, ter ou não uma relação de trabalho formal com uma empresa ou empregador e ter subsídios institucionais advindos dessa relação, por exemplo, carteira assinada, salário certo ao final de cada mês, parecem ser fatores que indicam fortemente um caminho para o entendimento da questão. Ou seja, parece haver uma relação entre ter ou não trabalho e ser mais ou menos aceito enquanto indivíduo ou grupo na comunidade onde se está inserido ou onde se busca inserção. As diferentes realidades vividas por um e outro grupo de famílias de imigrantes retratados neste capítulo, no que se refere à oferta de emprego dos distintos períodos, parecem ter influenciado a visão da comunidade local a respeito deles.

As famílias de imigrantes abordadas em nosso estudo estão inscritas naquele grupo o qual chamamos de **primeira etapa migratória** na localidade. Os indivíduos chefes de família, primeiros a chegarem à Vila, em sua maioria serviam como mão-de-obra com baixa qualificação e, portanto, auferiam baixos salários que apenas eram suficientes para cobrirem as despesas mensais com alimentação e moradia (pess.07.1).

De uma maneira geral pode-se observar progressos inter-geracionais nas famílias daqueles imigrantes da década de 1970 tanto nos aspectos econômicos quanto na educação. Os chefes de famílias de imigrantes que entrevistamos apresentam, todos, características de baixa escolarização, ensino fundamental muitas vezes sem conclusão e, como dito acima, baixos rendimentos. A geração dos filhos desses chefes apresenta melhor nível de escolaridade em relação aos seus pais, geralmente com o ensino médio concluído e um melhor nível de renda (pess.07.2, 08.2, 11.2).. Os netos daqueles chefes, aos que chamamos nesta pesquisa de terceira geração, demonstraram uma preocupação maior com os estudos, buscando acesso à universidade.

Nossas observações dizem respeito às famílias entrevistadas quanto às questões de educação e renda entre as gerações, e não se pode dizer que sirvam como parâmetro para o restante da população de imigrantes daquela fase migratória, porém, entendemos que há um aspecto o qual o nosso conhecimento de grande parte das famílias imigrantes da década de

1970 nos permite propor: é absolutamente notável que essas famílias são hoje proprietárias de suas casas e em muitos casos chegam a receber rendas de aluguel. Todas as famílias participantes de nossas entrevistas, nas três gerações pesquisadas, são proprietárias das residências em que moram e/ou de alguma outra residência.

Há muito a se percorrer no estudo sobre migração na Vila do Frade, sem dúvida. As hipóteses aqui levantadas a propósito de ter sido o Espírito Santo, mais precisamente a cidade de Ibatiba, a ceder o maior número de famílias no processo de imigração deveria ser comprovada com um estudo quantitativo, assim como as escolhas dos locais, no interior da Vila, onde famílias originárias de diferentes regiões fixaram residência, por exemplo o caso do Morro da Portugal e o Morro da Constância.

A existências de dois momentos diferentes de chegada das famílias, **a primeira** e a **segunda etapas migratórias** também pode ser alvo de maiores investigações, principalmente pelas indicações de diferenças importantes na forma dessas famílias se estabeleceram no local.

Seja como for, esperamos ter contribuído no sentido de levantar algumas questões sobre características não captadas em grandes pesquisas, principalmente os Censos.

5.3 SAÚDE

A estrutura de saúde da Vila do Frade conta com postos de saúde divididos em quatro módulos: módulo da Praia, módulo da Portugal, módulo da Jaqueira, módulo do Morro da Constância. Em todos os quatro módulos o Programa Saúde da Família (PSF) está presente com 100% de cobertura (sic)⁵⁸.

Existe uma estrutura padrão de recursos humanos em todos os módulos: uma enfermeira que é responsável por coordenar o módulo, um auxiliar de enfermagem, um assistente social, seis agentes de saúde e uma equipe de reabilitação composta por um fisioterapeuta, um fonoaudiólogo, um psicólogo. Além desses profissionais, cada módulo deve contar com um médico da família. A equipe de reabilitação é a mesma para os quatro módulos e reveza os dias no atendimento a cada um deles.

⁵⁸ Para uma discussão crítica a respeito da política de assistência à saúde Programa Médico da Família ver artigo de Monica de Castro Maia Senna: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700020

Como já explicitamos acima, os módulos atendem a população com diferentes características sócio-econômicas e, portanto, cada um tem suas especificidades. Embora o atendimento seja padrão, existem demandas diferentes em cada **quadrante** da população atendida. Tentamos entrevistar as quatro coordenadoras dos módulos, porém, a coordenadora do Morro da Constância se recusou a conversar conosco sem uma prévia autorização da secretaria de saúde, embora tenhamos nos identificado e apresentado a carta de apresentação de nossa orientadora⁵⁹.

As três outras coordenadoras concordaram em nos conceder entrevista e então, foi possível apreender bastante sobre a situação da saúde da população local. As equipes de trabalho estavam completas no Módulo da Praia (M4) e no Morro da Constância (M3). No módulo da Jaqueira e da Portugal (M1 e M2, respectivamente) – esses dois módulos funcionam num mesmo espaço físico, porém atendem a porções diferenciadas da população - não havia o médico da família a aproximadamente um ano. Tal fato impacta no andamento do PSF, pois o médico da família, juntamente com os agentes de saúde, faz visitas periódicas aos moradores e, dessa forma, a população atendida pelo M1 e M2 estava sem tais visitas.

A falta de um médico da família nesses dois módulos é amenizada com a contratação de médicos extras: 1 pediatra, 1 ginecologista e um clínico. Porém, esses profissionais contratados não fazem visitas às residências, fazendo atendimentos apenas no próprio posto de saúde. Essa situação desagrada à população atendida e é uma das principais reclamações dos moradores dessas áreas. Foi comum ouvirmos reclamações a respeito do atendimento dos postos M1 e M2 (pess.09.1). A principal queixa era quanto à demora no atendimento das consultas médicas, as filas eram longas e nem sempre se conseguia marcar consulta.

Conversando com as coordenadoras dos dois módulos, ouvimos que o fato de estarem sem a figura do médico de família⁶⁰ sobrecarregava o atendimento médico feito no próprio posto e isso só poderia ser resolvido com a volta da visita médica às residências (inst 15, 16).

As ocorrências mais comuns nos quatro módulos são de hipertensos e diabéticos. Os profissionais envolvidos no PSF acompanham regularmente esses pacientes, a saúde preventiva é a filosofia básica do programa⁶¹. Além desses pacientes, os profissionais também

⁵⁹ Embora não tenhamos gravado nenhuma entrevista nesse módulo, conversamos de maneira informal com sua coordenadora. A única informação relevante que obtivemos foi o número de residências atendidas por aquele módulo.

⁶⁰ A Secretaria Municipal de Saúde iria disponibilizar um profissional concursado pela prefeitura de Angra dos Reis. Este seria o motivo para a falta do profissional médico no local.

⁶¹ Para o entendimento conceitual do Programa acessar Portal do MS: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149.

cuidam dos **acamados**, pacientes que por motivos diversos não podem se locomover. Eles recebem visitas periódicas dos agentes de saúde.

As ocorrências mais graves, necessidade de atendimento com maior complexidade, são encaminhadas aos hospitais da região. O principal hospital a dar suporte à Vila é o Hospital de Praia Brava. Hospital mantido pela Eletronuclear, mas que também atende pelo SUS e conta com 45 leitos e 80 profissionais médicos (inst 13.01, 13.02). Atende emergências, procedimentos cirúrgicos, partos, internações e mais uma grande variedade de procedimentos. A população local se mostra confiante quanto ao atendimento recebido no hospital em tela. Esta foi a impressão.

O outro hospital para atendimento da população da Vila é a Santa Casa de Misericórdia de Angra dos Reis, entidade filantrópica que mantém convênio com a prefeitura local. Porém, a maior referência da população da Vila quanto a atendimento hospitalar é o hospital de Praia Brava.

Materiais para exames laboratoriais são coletados todas as segundas-feiras nos postos da Vila e leva-se em média de 15 a 20 dias para obtenção dos resultados. Os exames são feitos nos centros de análise na sede do município.

A Vila conta com um serviço de ambulância 24 horas, embora seja apenas um veículo para servir a toda a população. Há também uma farmácia mantida pela prefeitura que dá suporte à população quanto aos medicamentos mais usados, como medicamentos para hipertensos e diabéticos. Perguntamos aos nossos entrevistados quanto ao abastecimento da farmácia e não obtivemos críticas negativas⁶² em relação ao serviço (pess.07.1 – 11.3).

Por ser o Diabetes e a Hipertensão os casos mais comuns de doença na população, a estratégia do PSF mostra-se de grande importância na qualidade de vida desses pacientes acometidos por tais enfermidades.

Além da Hipertensão e do Diabetes, alguns outros poucos casos de doenças foram relatados: Tuberculose (2 casos), Rubéola (não souberam precisar), HIV/AIDS (6 casos) e Dengue (não souberam precisar). Quanto a este último, os casos não chegaram a caracterizar uma epidemia, segundo as coordenadoras, porém, a **parte de cima** apresentou mais casos do que a **parte de baixo**⁶³. O período no qual esses casos foram observados foi o ano de 2007 e 2008.

⁶² Os moradores entrevistados se disseram satisfeitos com o atendimento farmacêutico, pois os medicamentos procurados eram encontrados com facilidade na unidade.

⁶³ Não foi possível saber o número exato de casos tanto em uma parte quanto na outra.

Procuramos informações quanto a ocorrência de gravidez na adolescência. Os casos existem, mas são esporádicos, tendo sido relatados quatro casos no último ano. As coordenadoras informaram que fazem palestras e campanhas periódicas sobre planejamento familiar, informando os métodos contraceptivos, inclusive laqueadura. Para este, porém, é necessário que a mulher tenha no mínimo 25 anos e dois filhos para que esteja apta à intervenção. Além disso as palestras e campanhas contemplam questões como DST e amamentação. As estatísticas disponíveis junto às coordenadoras entrevistadas dão conta de que as mulheres engravidam por volta dos 25 anos, são casadas e têm em média dois filhos⁶⁴.

Os quatro módulos de saúde atendem, juntos, a 100% da população local. O cadastro de residência é atualizado anualmente. Em setembro de 2008 o cadastro se configurava da seguinte forma, M1 879 domicílios, M2 940 domicílios, M3 509 domicílios e M4 1125 domicílios.

Como já destacado anteriormente, não fizemos pesquisa estatística que nos permita afirmar os níveis de renda da população local, porém, há, como dissemos, algumas evidências que nos permitem inferir como a renda se distribui no local. Segundo relatos da coordenadora do M4 (**inst 14**), módulo da praia, **parte de baixo**, grande número de famílias **possui** plano privado de saúde na área contemplada pelo módulo. Quando abordamos a questão junto às coordenadoras dos módulos 1 e 2 obtivemos a informação de que planos privados de saúde não são comuns aos moradores daquelas áreas.

As entrevistas institucionais em relação à saúde mostram um quadro bastante positivo da situação. Porém, quando entrevistamos algumas famílias e abordamos a questão a visão muda, mas não radicalmente. A principal reclamação ficou por conta da dificuldade de se agendar consultas médicas para os moradores que são da área do M1 e M2, onde não há médico da família e utiliza-se os serviços de médicos extras que não fazem visitas às residências.

Algumas especialidades são de extrema dificuldade de acesso, por exemplo, um atendimento oftalmológico pode levar um ano para ocorrer. Chega-se a demorar dois meses para se conseguir consulta com um ortopedista. Não há serviço odontológico gratuito.

Em nossa pesquisa, procuramos centrar as questões no atendimento público de saúde, não tendo, portanto, buscado informações a respeito de atendimento de saúde privada. Observamos, porém, que existem algumas clínicas e laboratórios privados, principalmente na

⁶⁴ Essas estatísticas correspondem ao período de agosto de 2007 a setembro de 2008, não caracterizando, portanto, uma série histórica que seja suficiente para afirmações conclusivas, sendo apenas uma indicação do que pode ocorrer em relação à idade das gestantes, estado civil e número de filhos.

porção contemplada pelo M4, módulo da praia, **parte de baixo**. Não temos números a respeito da quantidade desses estabelecimentos e dos profissionais que neles trabalham.

5.4 EDUCAÇÃO

Três escolas, duas municipais e uma estadual, e uma creche compõe o conjunto dos equipamentos públicos de educação na Vila do Frade. Além deles, existe uma escola estadual, localizada na Vila residencial de Praia Brava (vila citada no capítulo III que abriga funcionários do alto escalão da Eletronuclear) onde muitas crianças e jovens da Vila do Frade também estudam. Entrevistamos as diretoras das três escolas e as coordenadoras da creche. Abordamos o tema da educação também com todos os nossos entrevistados. Buscamos captar a percepção em relação à educação local. Não obstante às abordagens nas entrevistas, em conversas mantidas com os habitantes locais durante todo o período em que estivemos desenvolvendo nossa pesquisa de campo, procuramos sempre ouvir o que as pessoas tinham a dizer sobre as questões relacionadas à educação.

Neste tópico vamos mostrar alguns dados sobre a situação da educação na Vila e relatar algumas impressões colhidas junto a educadores e moradores.

As duas escolas municipais acolhem alunos do ensino fundamental e juntas atendem, segundos dados de matrículas para 2008 da Secretaria Municipal de Educação, a 2.038 alunos. A mais antiga delas, Escola Municipal Cacique Cunhambebe, inaugurada em 1983, situada ao pé do Morro da Constância, conta com um corpo docente de 68 professores que trabalha regularmente, mas tem um total de 168 professores entre licenciados e com atividades eventuais. A escola conta com 20 salas de aula, uma quadra de esportes, um pequeno auditório, uma pequena sala de informática. Atende alunos a partir dos 6 anos de idade, inclusive adultos, funciona em três turnos, manhã, tarde e noite e atende ao primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental. Existem projetos extracurriculares desenvolvidos na unidade: uma banda de música, ensino de xadrez, pratica de tênis através de convênio firmado com um grande hotel da região, projeto de inclusão digital (inst 04).

A segunda escola municipal da vila, E. M. Prefeito José Luiz Ribeiro Rezeck, foi inaugurada em 2004 e fica localizada ao pé do Morro da Jaqueira. Conta com 11 salas de aulas e 15 professores que trabalham em dois turnos, manhã e tarde, atendendo a crianças de 6 a 9 anos cursando o primeiro ciclo do ensino fundamental. A escola conta com uma quadra

esportiva. A reivindicação que ouvimos dos coordenadores da escola foi uma melhor estruturação do corpo docente, pois há problema de falta de professores. O acesso mais amplo à internet foi também colocado como necessário à unidade. Segundo os entrevistados a escola atende a uma parte da comunidade considerada de baixa renda. Existe um projeto na unidade visando o combate à evasão escolar: uma equipe formada por professores e outros profissionais fazem visitas e ligações telefônicas às famílias cujos filhos estão apresentando alto índice de faltas. (inst 05).

A E. E. Antonio Dias Lima foi fundada em 13 de maio de 1938 e foi considerada até meados dos anos de 1970 escola típica rural. A escola foi municipalizada em meados dos anos setenta, mas a partir de 1985 voltou a ser estadual e sustenta essa condição até os dias atuais. Passou a atender alunos de ensino médio somente a partir de 1994. Até então, os alunos moradores da vila que terminavam o ensino fundamental eram obrigados a se deslocarem para a sede do município, Angra dos Reis, ou à Vila de Praia Brava, caso quisessem completar o ensino médio. Hoje a escola atende a 1.200 alunos do ensino médio, funcionando em três turnos. São 12 salas de aula e 80 professores. (inst 03).

Procuramos informações juntos aos entrevistados nessas escolas sobre uso de drogas, violência e gravidez de adolescentes. tais eventos são esporádicos, segundo relatos, tendo havido um ou outro caso de uso de drogas e violência. No caso de gravidez, os números são maiores, porém, não foram tidos pelos diretores como alarmantes, chegando a três ou quatro casos no ano letivo. Não há, porém, informações oficiais e detalhadas sobre os casos ocorridos, portanto não há estatísticas sobre o assunto que nos permita tirar conclusões, mas as informações são coerentes com o que nos relataram as coordenadoras do PSF.

Como equipamento público de educação, temos ainda o Colégio Estadual Almt. Roberto Montenegro. A Escola fica localizada na Vila de Praia Brava e atende a alunos de toda a região do extremo sul do município de Angra dos Reis, inclusive alunos da Vila do Frade. Apesar de ser uma escola estadual a unidade recebe forte apoio da Eletronuclear. Os filhos dos funcionários do alto escalão da empresa que habitam a região e estão em idade escolar são alunos desse colégio. É uma unidade diferenciada de toda a rede pública municipal e estadual de ensino do município angrense e diferencia-se pela qualidade apresentada no ensino oferecido. Os números do IDEB na **tabela 22** reforçam nossa afirmação.

A Eletronuclear, através de convênio firmado com Associação de Amigos da Cultura e do Esporte da Costa Verde, Angra dos Reis e Paraty, com desembolso mensal de R\$

234.953,94⁶⁵ ajuda no pagamento de professores contratados para reforçar o corpo docente da escola. Também equipam laboratórios de ciências e informática e patrocinam atividades extracurriculares que reforçam o aprendizado dos alunos. Além do desembolso financeiro, a Eletronuclear fornece transporte gratuito para os alunos da primeira e segunda série do ensino fundamental que moram nas vilas vizinhas.

A tabela abaixo mostra os resultados do IDEB⁶⁶ de três das quatro escolas aqui citadas, pois a E. M. Prefeito José Luiz Ribeiro Rezeck não aparece listada no sítio do MEC.

Tabela 22: IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para rede Estadual do Rio de Janeiro, Município de Angra dos Reis, E. E. Antonio Dias Lima e Alnte. Roberto Montenegro e E. M. Cacique Cunhambebe – resultado publicado em 2008.

Fases de Ensino	IDEB Observado									
	Estado RJ		Munic. Angra		E. E. Ant. Dias Lima		E. M. Cacique Cunhambebe		E. E. Alnte. Rob. Montenegro	
	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,7	3,8	3,6	4,4	3,3	2,5	2,7	4,8	-	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	2,9	3,3	3,4	3,1	1,6	2,9	3,5	5,2	4,4
Ensino Médio	2,8	2,8								

Fonte: Saeb, Censo Escolar e Prova Brasil

As notas do IDEB mostram uma larga diferença entre as duas escolas estaduais que servem aos alunos da Vila do Frade e pode-se ver a desvantagem da E. E. Antonio Dias Lima em relação a esse indicador, em especial no ano de 2007.

Uma das implicações diretas do fraco desempenho da E. E. Antônio Dias Lima é o baixo nível de aprovação nos vestibulares prestados por seus alunos. Apesar de não termos estatísticas mostrando tais resultados, os entrevistados que foram alunos dessa escola e que prestaram vestibular para alguma universidade pública se disseram totalmente despreparados para enfrentar a concorrência pelas vagas almeçadas, não obtendo sucesso nos vestibulares prestados. (pess.08.3, 09.3, 10.3).

⁶⁵ As informações, inclusive valores, sobre convênios firmados entre a Eletronuclear e entidades públicas e privadas na região da Baía da Ilha Grande nos foi passada em entrevista gravada junto ao setor responsável por convênios e prestações de contas da Eletronuclear. (inst 13.02)

⁶⁶ O IDEB é o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico. É um indicador criado pelo Ministério da Educação para monitorar a qualidade do ensino no Brasil através de provas aplicadas nas unidades de ensino de dois em dois anos com o objetivo de alcançar metas estipuladas, até 2021, para o desenvolvimento da educação no país.

Na outra ponta, embora, da mesma forma, não tenhamos estatísticas oficiais sobre o tema, nossas conversas, tanto com representantes institucionais quanto com alunos moradores locais, indicaram haver desigualdades na qualidade de ensino entre as duas instituições: alunos entrevistados que cursaram o ensino médio na E. E. Alnte. Roberto Montenegro disseram-se bem preparados para a concorrência com outros alunos por vagas nas melhores universidades. Os números do IDEB parecem reforçar tais relatos.

Além das escolas, a Vila conta com uma creche municipal que foi inaugurada em maio de 2004. Apesar de municipal, conta com a ajuda, através de convênio, da Eletronuclear⁶⁷. As instalações dão capacidade de atendimento a 200 crianças sendo a ocupação, à data de nossa pesquisa, de 192 crianças. O equipamento conta com 42 funcionários divididos nas ocupações de berçaristas, auxiliares de berçário, auxiliares de recreação, zelador, auxiliares de zeladoria e professores e sua estrutura é formada como nos mostra a tabela abaixo.

Tabela 23: Estrutura funcional da creche municipal da Vila do Frade

TIPO	IDADE ATENDIDA
Berçário I:	4 meses a um ano
Berçário II:	1 a 2 anos
Atividade I:	2 a 3 anos
Atividade II:	3 a 4 anos
Atividade III:	4 a 5 anos

Fonte: Coordenação da creche

A situação da educação para a população da Vila do Frade parece não se distanciar muito da situação vivida na maioria dos municípios brasileiros: existe a necessidade de avançar na melhoria da qualidade do ensino de uma forma geral. Geralmente o contraste encontrado na educação está na diferença da qualidade apresentada entre o setor privado e o setor público, ao menos no que tange ao ensino fundamental e ao ensino médio. No caso da Vila não identificamos estabelecimentos de ensino privado. Porém o contraste existe: as duas escolas estaduais que servem aos moradores da Vila, levando em conta as notas do IDEB e, mais ainda, os relatos dos entrevistados, oferecem níveis diferenciados para alunos de um mesmo ciclo escolar, ou seja, as oportunidades são desiguais, embora as escolas sejam públicas.

⁶⁷ Essa informação nos foi passada pelos funcionários do setor de convênios e prestações de conta da Eletronuclear. (inst 13.02).

Em entrevistas feitas com jovens em idade universitária e adultos constatamos unanimidade quanto à questão do acesso ao ensino superior: de forma geral esses entrevistados reclamam da não existência de universidades no município de Angra dos Reis.

Foram apontadas várias dificuldades para cursar o ensino superior: dificuldades financeira das famílias; dificuldades de transporte; falha na preparação para os vestibulares mais concorridos, entre outras. Ainda assim, essas pessoas têm feito esforços no sentido de conquistar um diploma universitário e se tem atingido o objetivo. A questão para essa minoria que consegue galgar ao degrau do curso superior é onde oferecerão sua força de trabalho, a quem apresentarão seus diplomas. Esses relatos parecem confirmar o que mostram os indicadores de **anos de estudo e classe de rendimento** para o distrito de Cunhambebe, apresentados no capítulo IV.

5.5 DINÂMICA ECONÔMICA

A Vila do Frade seguiu o mesmo padrão de transformação do município, porém, com algumas décadas de atraso. A economia local era baseada na agricultura de subsistência, com pequenos lotes de terra sendo cultivados no sistema de roçados⁶⁸, na bananicultura e na pesca, até meados dos anos setenta.

Com a construção da BR-101, juntamente com as usinas nucleares e a chegada da indústria do turismo, as transformações começaram a ocorrer por toda a micro-região da Baía da Ilha Grande e, particularmente, na Vila e no seu entorno.

Tais investimentos trouxeram impactos diretos no modo de vida da população local, ensejando a necessidade de rápida adaptação às novas demandas. Sem dúvida podemos dizer que o impacto na mão-de-obra local, marcadamente agrária, é o primeiro a ser sentido, principalmente com a demanda surgida com a construção de Angra I. Neste mesmo período o Hotel do Frade, que viria a ser tornar nos anos seguintes o maior complexo de turismo e lazer da região, estava sendo construído. O primeiro momento desses investimentos trouxe a necessidade de mão-de-obra pouco especializada, majoritariamente de trabalhadores para a construção civil.

⁶⁸ Nesse sistema de plantio usavam-se diminutos lotes de terra para a plantação dos alimentos básicos consumidos pela família, como o feijão, arroz, milho, mandioca. Essas roças ficavam geralmente afastadas das residências e o pequeno excedente produzido era vendido no incipiente comércio local. Não havia a posse legal das terras do roçado nem dos terrenos onde moravam. A condição era de posse.

Os roçados foram deixados de lado ao passo que se obtinham contratos de trabalho com carteiras assinadas e salários garantidos no final do mês, o que era novidade até então. Não temos informações oficiais sobre o salário médio local pago à época, mas sabemos da existência de um sistema de pagamento de salário que contemplava um adiantamento quinzenal. Tal forma de pagamento foi sem dúvida um dos fatores que impulsionaram o pequeno comércio local que dava crédito aos trabalhadores com carteira assinada, ou seja, comprava-se no pequeno comércio com a possibilidade do pagamento quando dos adiantamentos quinzenais e dos pagamentos de final de mês. O adiantamento permitia ao pequeno comércio ter algum capital de giro que, em última análise, propiciava um regular abastecimento de mercadorias de consumo básico⁶⁹ na Vila.

Terminada a etapa da construção dos projetos, tanto da usina quanto do hotel, era necessária mão-de-obra específica para operar máquinas, equipamentos, para o serviço na hotelaria. A mão-de-obra disponível na Vila foi utilizada tanto quanto possível. Dessa forma, instalava-se uma nova economia, uma economia monetizada que possibilitou, a partir de então, o surgimento de um setor comercial com dinamismo próprio no que diz respeito às transações, porém, ancorado, principalmente, a um mercado de trabalho fortemente ligado às demandas subscrita pelo andamento das obras na usina de Angra I.

O desenvolvimento da economia local foi tímido e dependente dos salários pagos pelas empreiteiras ligadas à usina. Basicamente apenas o pequeno comércio surgiu de todo esse processo e quando o trabalho ligado à usina começou a diminuir não havia dinamismo econômico local suficiente para absorver o excedente de trabalhadores desempregados.

O emprego da mão-de-obra passa da antiga economia agrária de subsistência para os recém instalados empreendimentos. Os pequenos lotes ocupados pelos roçados aos poucos cederam lugar a novas casas necessárias à moradia dos novos habitantes ou foram incorporados pelos empreendimentos.

Na área onde está instalado o Frade Golf Resort (Hotel do Frade), haviam algumas famílias de posseiros e alguns pequenos roçados. Não tivemos contatos com as antigas famílias de posseiros daquele local, porém, em entrevista com a empresária herdeira do complexo hoteleiro, obtivemos a informação de que não houve indenização para a saída dessas famílias⁷⁰, pois foram incorporadas ao quadro de empregados do hotel e continuaram

⁶⁹ Por consumo básico queremos dizer, essencialmente, os alimentos. Porém, o forte aumento da população trouxe a necessidade de novas moradias e dessa forma a demanda por produtos de construção civil, tijolos, telhas, pregos etc. cresceu e passou a aparecer na cesta de consumo básico daqueles trabalhadores.

⁷⁰ Porém, o empresário Carlos Borges, precursor do empreendimento em tela e pai da empresária entrevistada, já falecido, em seu livro de memórias intitulado *Memórias e Estórias de Angra dos Reis, Carlos Borges – Rio de*

vivendo em suas casas até que a expansão do complexo as obrigou a deixarem o local e irem, na maioria dos casos, habitar a Vila do Frade. Segundo a empresária, não houve nenhum tipo de conflito entre o empreendimento e as famílias. Hoje não há nenhuma família de posseiro habitando a área do complexo do Frade Golf Resort.

Entrevistamos uma das mais antigas moradoras da Vila do Frade. Nos anos setenta, e até anteriores a eles, ela plantava e colhia alimentos num roçado dentro do que hoje é área do complexo hoteleiro. Essa senhora de 84 anos, assim como a imensa maioria dos moradores mais antigos da Vila, tem uma grande estima pelo empresário que iniciou a empreitada de construção do Hotel do Frade. De uma maneira geral a população local mais antiga guarda gratidão pelos empregos gerados pelo empreendimento, o que teria ajudado muitos deles, principalmente filhos e netos, a melhorarem suas condições de vida.

O que nos chamou a atenção, inclusive, na entrevista dessa moradora foi o que a levou a desistir de ter seu roçado dentro das terras do hotel: segundo ela o empresário do futuro hotel, um pouco antes da construção, logo que comprou as terras, trouxe duas mil cabeças de gado⁷¹ e instalou no local. Esse gado destruía toda e qualquer plantação existente na área e dessa forma foi melhor abandonar a roça (pess. 03).

As décadas de 1980 e 1990 consolidariam as transformações iniciadas na década de 1970. O Hotel do Frade tornou-se um dos principais complexos de turismo e lazer da região da Baía da Ilha Grande, empregando hoje cerca de 270 trabalhadores diretos com um salário médio de 700 reais mensais. Na área do hotel existem vários condomínios de alta classe, dos quais não obtivemos informações quanto ao número de funcionários. Esses condomínios demandam todo tipo de mão-de-obra, porém, em sua maioria, pouco especializada: empregadas domésticas, babás, jardineiros, pedreiros, caseiros etc. Há também uma marina que emprega marinheiros e ajudantes de navegação, além de pessoal para manutenção dos barcos.

Além do Frade Golf Resort, outros empreendimentos hoteleiros se instalaram na vizinhança da Vila, um dos mais importantes é a Marina Porto Brachuí, uma das maiores e melhores estrutura de náutica da região e onde funciona um condomínio de classe média alta que é responsável por absorver mão-de-obra local com pouca especialização como no caso dos condomínios citados acima.

Janeiro: Marcelo Gráfica E. – 1994, relata que havia cerca de trinta famílias ocupando o local e ainda vários roçados de moradores da Vila do Frade e que algumas indenizações foram pagas, não revelando os valores, e outras famílias se tornaram empregados do empreendimento.

⁷¹ No mesmo livro citado acima, o empresário faz o seguinte relato na página 17: *Nesta fazenda, plantamos bananas, fizemos pastos e colocamos gado Nelore.*

Uma infinidade de empreendimentos turísticos de menor porte também faz parte da paisagem da região e são responsáveis por empregar um grande número de trabalhadores tanto da Vila do Frade quanto de outras localidades. Essas empresas ligadas ao turismo foram, e são, responsáveis por absorver parte da mão-de-obra liberada pelas empreiteiras que construíram as usinas de Angra I e II após a fase de construção civil das obras. Porém, essa demanda tem componentes sazonais no emprego da força de trabalho obedecendo às estações turísticas.

Até o início dos anos noventa a Vila ainda sobrevivia economicamente com um turismo de classe média. Eram, geralmente, trabalhadores da CSN⁷² e outras indústrias do Vale do Paraíba que durante as férias de Verão desciam para o litoral lotando as praias do litoral angrense as quais ainda se podia ter acesso tanto físico quanto econômico como a Vila do Frade. Esses veranistas movimentavam o comércio local tanto de produtos quanto de terrenos, pois era comum a compra de lotes para construção da casa de praia.

Com o crescimento populacional e com a ausência da poder público na organização do espaço e na oferta de infra-estrutura básica, como rede de esgoto, por exemplo, em meados dos anos noventa a Vila perdeu o seu maior atrativo e talvez o seu maior patrimônio: a praia. Com o esgoto sendo jogado *in natura* no mar, com o aterramento dos manguezais e com algumas obras prejudiciais ao meio ambiente local, a praia foi totalmente poluída e deixou de ser recomendada para o banho de mar.

Fizemos algumas entrevistas com antigos comerciantes que tinham, ou ainda têm, comércio na beira mar para entendermos o impacto da poluição em seus negócios. Houve unanimidade por parte dos entrevistados em afirmar a quase impossibilidade de se manter o negócio após o desaparecimento do turismo. Os que ainda mantêm o negócio funcionando o fazem com grande esforço. Transcrevo a seguir o relato de um dos entrevistados:

- antigamente as famílias vinham passar o Verão aqui, alugavam ou construíam suas casas. Acordavam de manhã, tomavam café e vinham para a praia. Passavam o dia inteiro na praia consumindo nos bares, era cerveja, um tira-gosto e coisa e tal. No final do dia iam para casa e a noite estavam no calçadão consumindo mais, faziam festas etc. Hoje o que acontece? O camarada vem, toma café com a família e vai procurar um lugar que tenha uma praia limpa para passar o dia, não consome praticamente mais nada aqui na Vila. (pess.14.2).

A atividade da pesca sempre foi presente e importante na Vila. Até o início de 1970 as famílias que não eram envolvidas na agricultura viviam da pesca. Ainda é possível ver pequenos barcos de pesca recém chegados do mar e vendedores de peixes, com seus carrinhos

⁷² Companhia Siderúrgica Nacional, situada em Volta Redonda, cidade vizinha a Angra dos Reis.

de mão pelas ruas da Vila. Porém, nossas entrevistas e conversas com pescadores antigos e atuais, mostraram situação bastante difícil para esse setor da economia local. Os problemas relatados são de várias ordens e vão desde os perigos de se jogar as redes muito próximas as grandes mansões que foram construídas junto às costeiras da região até as proibições e regras dos organismos estatais como FEEMA e IBAMA.

A especulação imobiliária que loteou praticamente toda a costa marinha daquela região tem provocado muitos problemas. As grandes embarcações, iates que estão sempre na região afugentam os cardumes, tamanho o barulho dos motores, e rasgam as redes de pesca com suas hélices. Há, também, os perigos de se pescar muito perto das encostas onde se encontram as mansões, pois, não raro, são recebidos a tiros pelos vigias encarregados de proteger o patrimônio.

Os órgãos oficiais de meio ambiente fazem exigências em relação a equipamentos de segurança, tamanho mínimo dos barcos, distância que devem sair para a pesca, além do período do **defeso**⁷³ das espécies. Segundo os pescadores é impossível cumprir com todas as exigências desses órgãos por serem eles pescadores artesanais e não industriais – há, no mar da Baía da Ilha Grande, grandes barcos japoneses e canadenses com modernos equipamentos de radares e sonares que os permitem capturarem cardumes inteiros, o que estaria contribuindo para a escassez de muitas espécies. Os pescadores entendem esses fatos como concorrência com a qual eles não podem competir de nenhuma forma.

Quanto à necessidade imposta pelas autoridades ambientais de se guardar o período do **defeso**, os pescadores estão de acordo, porém, relatam que os períodos são estabelecidos por burocratas de gabinetes e não por técnicos conhecedores da fauna marinha local. E dão exemplo do último período de **defeso** da sardinha o qual cumpriram e quando voltaram à pesca do peixe as fêmeas estavam ainda ovadas, ou seja, o período de proibição foi errado e todos haviam sido prejudicados, meio ambiente e pescadores.

Esses problemas parecem valer para pescadores de toda a região e não são novos. O ex-prefeito do município Jose Marcos Castilho (PT-RJ), que governou Angra dos Reis de 1997 a 2000, nos relatou que grande número de famílias de pescadores, habitantes históricos do litoral angrense, está indo engrossar as fileiras das precárias moradias nos morros locais. Segundo o ex-prefeito, falta uma política para pesca na região. Um dos principais problemas é a concorrência com barcos estrangeiros que utilizam a alta tecnologia para a captura, os barcos são equipados com sonares, radares etc. enquanto as embarcações locais ainda operam

⁷³ Período no qual as fêmeas estão ovadas.

com equipamentos ultrapassados. É necessário ir cada vez mais distante para se encontrar os cardumes, mas a falta de embarcações adequadas torna a empreitada perigosa e muitas vezes a Capitania dos Portos não permite que os barcos locais, com equipamentos precários, ultrapassem certos limites da costa por questões de segurança (Inst 09.01, 02).

Voltando à Vila, os pescadores mais antigos, na verdade, ex-pescadores, relatam que a poluição da praia local afetou muito a forma de vida de quem depende do mar, pois enquanto a praia esteve sem problemas de poluição era possível viver da cata de mariscos, siris, caranguejos e peixes menores sem a necessidade de se afastar muito. Com a poluição e o aterramento dos manguezais a vida marinha foi afetada e a facilidade, que outrora permitiu famílias inteiras tirarem do mar seu sustento, desapareceu.

No período da nossa pesquisa de campo, haviam homens, máquinas e equipamentos operando na “parte de baixo”. Obtivemos informação que se estava construindo a rede para a coleta e tratamento do esgoto. Os moradores mostravam-se bastante esperançosos com essa obra, pois haveria finalmente a possibilidade de despoluição da praia.

Procuramos informações com os administradores locais sobre o projeto da obra, porém não conseguimos ter acesso aos documentos. A prefeitura de Angra dos Reis havia firmado um convênio com a iniciativa privada para que o esgoto da Vila seja devidamente tratado e dessa forma deixe de ser despejado *in natura* na praia, porém, não foi possível confirmar essa informação com as autoridades locais.

Especula-se que a questão que estaria por trás desse convênio é a construção de um complexo de turismo e lazer que será um dos maiores investimentos turísticos do Estado do Rio de Janeiro. O projeto chama-se **Angra One**, será construído numa área conhecida como Quitumbo, que é vizinha à Vila do Frade. O capital associado que está por trás desse projeto é francês e espanhol. O ponto de ligação entre a Vila, o tratamento do esgoto da Vila e o projeto Angra One é exatamente o mar: a praia onde será construído o complexo faz parte da mesma baía da praia da Vila, portanto, se o esgoto não for tratado e continuar correndo para o mar, será apenas uma questão de tempo para que toda a área daquele recôncavo esteja poluída e imprópria para o banho, fato que inviabilizaria o projeto **Angra One**.

Seja como for, os moradores locais alimentam expectativa de ter a praia despoluída e um novo empreendimento empresarial onde possam oferecer sua força de trabalho. Porém, é necessário medir todos os impactos de investimento de tal importância e tamanho.

No tópico **Aspectos gerais da Vila** ressaltamos o surgimento do setor de reparo e manutenção de barcos que conta com o potencial náutico de toda aquela região, principalmente os usuários da estrutura da marina do Frade Golf Resort. Há evidências da

prosperidade do setor: o número de bazares de ferramentas e equipamentos voltados para a atividade que estão surgindo na vizinhança dos galpões de reparo. Visitamos parte dessas lojas e constatamos que seus proprietários são antigos pescadores, ou seus familiares, moradores locais não imigrantes.

O comércio varejista é um forte setor da economia da Vila. É, certamente, um dos principais empregadores nos dias atuais e, provavelmente, um dos maiores geradores de renda. A questão a ser ressaltada é que o emprego criado por este setor é basicamente informal, ou seja, sem registro em carteira, embora os estabelecimentos sejam legalizados, tenham alvarás e recolham os tributos. (pess.11.2).

Embora o número de estabelecimentos chame atenção, não há organização estabelecida, por exemplo, associação comercial. Uma importante empresária local nos falou da necessidade e das dificuldades para organizar uma associação. Questões de disputa de poder e diferenças nos tamanhos dos negócios estariam atrapalhando. A existência de entidade representativa poderia mudar, inclusive, a forma de contratação da mão-de-obra.⁷⁴ (pess.11.2).

Em resumo, existem potencialidades de trabalho, emprego e renda a serem exploradas na Vila. A questão da organização, por exemplo, é entendida como uma delas. O poder público poderia intervir criando centros de treinamentos e mesmo escolas técnicas. O próprio empresariado poderia treinar mão-de-obra, pois ouvimos de uma empresária do ramo de moda e costura que ao precisar de costureiras especializadas necessitou buscar fora da localidade, pois não havia na Vila.

A marcante presença da indústria do turismo justificaria, em si, a existência de uma escola do SENAC para treinamento de mão-de-obra para as demandas desse setor. Com a perspectiva de construção de Angra III, as autoridades públicas deveriam se antecipar no treinamento e qualificação dos trabalhadores locais, como foi feito em Tribobó e Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro, onde a construção de uma refinaria de petróleo prevista para os próximos anos levou as autoridades locais e as empresas envolvidas no projeto a fazerem treinamento e qualificação da mão-de-obra local, o que tende a diminuir os níveis locais de desemprego. A pertinência dessa questão é tamanha que umas das condições colocadas pelos órgãos ambientais para liberação da obra de Angra III é que se utilize, tanto quanto seja possível, trabalhadores locais.

⁷⁴ Uma vez organizados, o poder de negociação frente aos órgãos públicos poderia ser decisivo para obtenção de reciprocidades e mesmo vantagens para o setor, o que poderia, segundo a empresária entrevistada, se reverter, em parte, na forma de contratação de empregados.

5.6 TRANSPORTE

Os moradores da Vila do Frade enfrentam sérios problemas com o transporte coletivo. A falta de infra-estrutura bancária, por exemplo, além das questões burocráticas que envolvem o poder público, obriga os moradores a deslocamentos quase diários à Angra dos Reis e à Praia Brava. A primeira está distante 33 km e a segunda a 13 km.

Além de motivos como os expostos acima, os deslocamentos são necessários para trabalhadores e estudantes, além de pacientes que precisam de serviços médicos ausentes na localidade.

Destacamos acima apenas os dois itinerários mais utilizados no dia a dia dos habitantes. Porém deslocamentos à capital do Estado, a cidades vizinhas como Paraty e muitas outras também são comuns.

Para tais viagens a população conta com o transporte rodoviário, ônibus coletivos. Não há nenhuma outra forma de transporte coletivo disponibilizada.

A empresa Senhor do Bonfim tem o monopólio do transporte intra-municipal há mais de 30 anos e vários problemas decorrem deste fato. O primeiro a ser destacado é a falta de regularidade nos horários dos ônibus. É bastante comum passageiros esperarem quarenta minutos por um coletivo⁷⁵. A consequência imediata de tal irregularidade é a superlotação dos coletivos. Durante alguns dias embarcamos em diferentes horários seguindo diferentes itinerários e o que vimos foram, independente de dia, de hora e de direção, os mesmo problemas: horários irregulares e superlotação.

Se por um lado a região não vive o problema enfrentado na maioria das grandes cidades, os horários de pico de demanda, pois não há turnos regulares de trabalho devido às características do emprego na região⁷⁶, por outro os moradores da Vila e das comunidades vizinhas vivem problema que se assemelha: o deslocamento dos alunos da E. E. Roberto Montenegro. Nos horários em que esses alunos estão se dirigindo à escola ou voltando dela, é praticamente impossível viajar num desses coletivos pelo excesso de lotação. Vivenciamos tal dificuldade num final de tarde, horário de saída dos alunos. A experiência poderia ser adjetivada como traumática. Foram diversas situações de desconforto, desde ficar meia hora

⁷⁵ Vivemos essa experiência algumas vezes durante as três semanas que estivemos envolvidos com esta pesquisa naquela localidade.

⁷⁶ Não há, por exemplo, concentração de escritórios em determinados pontos do município onde se cumpra expedientes regulares nos horários comerciais, como é a prática nas metrópoles e grandes cidades.

parado num ponto, dentro do coletivo, para o embarque dos alunos até ficar espremido num espaço próprio para no máximo 60 passageiros, mas onde encontravam-se 100.

Tudo isso sem falar nos perigos da estrada sinuosa a bordo de um veículo superlotado. Esta situação é enfrentada pelos alunos, e demais passageiros que precisam viajar nestes horários, diariamente.

Os moradores também reclamam do alto valor da passagem dado o serviço prestado e as distâncias percorridas. A alternativa para driblar o problema da irregularidade dos horários e da superlotação é embarcar numa linha intermunicipal, geralmente mais vazia e com horários mais regulares, mas para isso é necessário desembolsar quase o dobro do valor da passagem das linhas intra-municipais.

O transporte intra-municipal foi, sem dúvida, facilitado com a passagem da BR-101. Antes dela, levava-se um dia inteiro para se fazer o trajeto de ida e volta da Vila do Frade a Angra dos Reis, pois as estradas eram precárias, sem asfaltamento. A alternativa era a viagem pelo mar, o que não era menos demorado e por vezes mais perigoso devido às intempéries do clima.

A história narrada no parágrafo acima ajuda a entender as opiniões divergentes sobre o tema **transporte** entre as diferentes gerações. Por exemplo, nas entrevistas feitas com as famílias imigrantes da **primeira etapa** migratória a primeira geração se diz satisfeita com o serviço de transporte local. As gerações seguintes têm opiniões diametralmente opostas. Não é difícil entender tal divergência quando se conhece a história do transporte na região. Para primeira geração, que enfrentou todo tipo de privação em relação a locomoção nos seus primeiros tempos na Vila, o fato de um ônibus atrasar 40 minutos não deve representar nem de longe o desconforto desse mesmo ônibus nunca aparecer, ou aparecer apenas uma vez pela manhã e outra a tarde. Para os mais jovens, ao contrário, enfrentar ônibus superlotados sem horários certos é um dos mais sérios problemas a ser enfrentado pela comunidade. (pess.07.1 – 11.3).

Os mais jovens reclamam também das dificuldades de transporte público coletivo para chegarem aos locais onde estão as universidades que, como já dissemos, ficam em outras cidades. O preço pago mensalmente e a inflexibilidade dos horários estão entre as principais reclamações, pois são, geralmente, alunos do turno da noite, porém devem deixar a Vila por volta das quatro da tarde e retornam por volta de meia noite e se perderem o horário não há alternativas de fácil acesso. (pess.08.3, 10.3).

A questão do transporte público tem se mostrado bastante complexa no município de Angra dos Reis. A existência de monopólio deveria ser combatida pelo poder público de

forma imediata, pois, a literatura econômica tem mostrado os malefícios dessa prática. As dificuldades enfrentadas pelos moradores da Vila do Frade provavelmente são as mesmas enfrentadas por milhares de habitantes por todos os cantos do município e, portanto, deveria estar na pauta das prioridades das autoridades.

5.7 MEIO AMBIENTE

Angra dos Reis é famosa pelos seus encantos naturais. São centenas de praias, ilhas, quilômetros de Mata Atlântica espalhados por seu território.

Essas componentes naturais fazem a fama do território e possibilita sua exploração por uma eficiente indústria do turismo e lazer que atende, em sua maioria, a um público de alto estrato de renda. Qualquer abordagem que se faça em relação a questões sócio-econômicas no município de Angra dos Reis implica falar do setor de turismo e sendo a natureza um dos principais produtos negociados por essa indústria, entendemos como necessária uma análise conjunta do tópico proposto e do setor em tela.

A Vila do Frade contempla todos os pontos abordados na introdução deste tópico: é servida por uma generosa natureza – ou ao menos era - e acolhe algumas importantes plantas da indústria do turismo da região. Até o início da década de noventa não se notava desequilíbrios relevantes na transformação daquele espaço quanto às questões ambientais, a não ser as usinas atômicas vizinhas à Vila.

Após os primeiros anos da década de noventa, porém, começou-se a perceber desequilíbrios importantes. O crescimento populacional desacompanhado de políticas públicas de saneamento, aliado a algumas modificações físicas operadas pelo poder econômico privado, alterou o equilíbrio do principal eco-sistema local: a praia.

Os desequilíbrios, porém, atingiram os mananciais de água potável, a Mata Atlântica e causaram impactos negativos na qualidade de vida da população em aspectos que vão desde os econômicos, como já chamamos atenção neste capítulo, aos de saúde, por exemplo, a qualidade da água consumida.

Sem dúvida a expansão populacional, principalmente quando desacompanhada de planejamento público, pode trazer danos ambientais. No caso em questão, a falta de infraestrutura, fundamentalmente saneamento básico, contribuiu para o surgimento de problemas com o meio ambiente local.

O aumento da demanda habitacional ocorrido a partir de meados dos anos setenta, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes, deu início ao processo de ocupação das encostas onde estavam importantes mananciais. Neste período teve início o processo de desmatamento de áreas de Mata Atlântica. O início da ocupação dos morros da Constância e da Portugal data dessa época.

Para construção da BR-101, no trecho que corta a Vila, foi necessário dinamitar boa parte do Morro da Pedreira e desbastar boa parte do Morro da Constância para retirada de material para infraestrutura da estrada.

Até o final dos anos oitenta descia do Costão, hoje Morro da Jaqueira, um riacho que percorria a **parte de cima** e desaguava no mar. Mais tarde, com o aumento da população, ele foi canalizado e serviu de via de escoamento do esgoto das residências. Hoje está transformado no Valão, que serve de canal para o esgoto da Vila **desaguar no mar**. Na figura 5, área 5, é possível ver esse canal.

No final dos anos oitenta foi aterrada parte do principal manguezal da Vila. Para atender à demanda habitacional, e sem a fiscalização, ao menos a tempo, da prefeitura, centenas de caminhões de saibro cobriram uma área onde se reproduzia grande parte da vida marinha local, além de vários espécimes vegetais, répteis, pássaros e pequenos mamíferos. O loteamento acabou sendo embargado pela prefeitura, porém os danos àquele eco-sistema não foram pequenos e ainda hoje não foram revertidos.

Porém, não foram apenas as demandas advindas do crescimento da população as únicas responsáveis pelos danos ambientais na Vila. No extremo oposto da praia, havia outro manguezal cortado pelo rio Frade⁷⁷. O manguezal foi destruído, desapareceu completamente. De um lado do rio ele foi aterrado para construção de galpões de reparos e manutenção de barcos. Do outro lado foi aterrado para dar lugar a expansão do condomínio ligado ao Frade Golf Resort. O rio foi dragado, alargado e recebeu, no ponto onde desemboca na praia, duas fileiras de pedras (ver figura 5 área 5), de aproximadamente cem metros de extensão em direção ao mar. Dessa forma, o antigo rio se transformou num canal por onde entram os barcos dos proprietários das casas que o margeiam. Essa obra teve outras implicações além de destruir um manguezal e possibilitar a navegação em direção aos interiores de condomínios: é uma obra que segregou de vez o acesso dos moradores da Vila àquela parte da praia que antes era separada apenas pelo rio que permitia sua travessia com poucas braçadas.

⁷⁷ O Rio Frade cortava o manguezal mencionado e desaguava na praia. Hoje ele é parte do canal que se vê na área 5 da figura 5 do início deste capítulo.

Hoje não se pode atravessar o canal para o outro lado, pois, além das fileiras de pedras que formam barreiras, ainda há o perigo de ser atropelado por uma embarcação. É também por esse mesmo canal que escoo todo o esgoto da Vila do Frade.

Ainda em relação às questões levantadas no parágrafo acima, se olharmos com atenção a imagem da figura 5 poderemos notar que o canal foi construído com uma inclinação em relação ao seu eixo perpendicular. Tal inclinação não é casual, na verdade ela impede que o esgoto atinja a praia do hotel e vá em direção a praia da Vila. A fotografia (figura 5) aérea mostra a mancha de esgoto concentrada do lado esquerdo da praia da Vila enquanto a praia do hotel, no extremo esquerdo da imagem, não é atingida pelo esgoto, as manchas que se formam ali são sedimentos que descem pelo braço direito do Rio Frade. Segundo os moradores, os pescadores mais especificamente, isso acontece porque as duas fileiras de pedras que entram pelo mar impedem o movimento das marés, direcionando os dejetos para o lado esquerdo do canal, exatamente para onde a inclinação aponta. Obviamente esta **teoria** carece de comprovação científica.

Em entrevista com um comerciante que nasceu e sempre habitou o local, filho e irmão de pescadores e um dos que nos falaram sobre o impacto da obra do canal no movimento das marés, a época da obra eles recorreram à justiça para o embargo, mas não obtiveram resultado favorável (pess 14.2).

O crescimento e desenvolvimento local ensejaram um preço que é pago por todos os habitantes locais até os dias atuais. O meio ambiente foi gravemente afetado. A omissão da autoridade pública de um lado e o poder econômico de outro parecem estar de mãos dadas quanto às responsabilidades inerentes ao processo de degradação aqui descrito. O poder público, por um lado, não ofertou infra-estrutura suficiente às demandas surgidas com o crescimento populacional, principalmente saneamento básico.

O poder econômico tem sido responsável por danos ao meio ambiente em muitos pontos da microrregião da Costa Verde, pois, geralmente, apenas os interesses de grupos econômicos são levados em conta sem que haja uma efetiva preocupação e fiscalização por parte da autoridade pública. É comum encontrarmos acessos a praias fechados à população, construções de complexos turísticos em lugares impróprios, com destruição da Mata Atlântica, aterramento de manguezais e todo tipo de prejuízo ao meio ambiente.

Com a perspectiva do novo empreendimento turístico no local, o complexo Angra One, a Vila ficará espremida entre o mar poluído por um lado, pelas encostas desmatadas e precariamente habitadas por outro e nos seus dois extremos, por dois complexos hoteleiros de altíssima classe. Ou seja, o que um dia foi um calmo e aprazível balneário, como a imagem da

figura 6 nos permite inferir, é hoje um denso aglomerado com vários problemas de degradação do meio ambiente. A recuperação da praia é evento aguardado com ansiedade pela população local, foi a impressão que nos deixaram as pessoas entrevistadas. O tratamento do esgoto já será um passo importante para se atingir esse objetivo.

5.8 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

O fenômeno do crescimento populacional desacompanhado de políticas públicas responsáveis, que possam dar acesso à saúde, educação, transporte, infra-estrutura, qualificação para o trabalho entre outras, geralmente culmina num quadro onde a cidadania é constantemente ameaçada. Um dos indicadores de semelhante quadro é o de violência e criminalidade.

Procuramos levantar dados sobre ocorrências policiais na Vila, principalmente homicídios e assaltos a mão armada. Para isso procuramos o batalhão da polícia militar que fica no distrito de Mambucaba e é responsável pelo policiamento de toda a parte sul do município de Angra além do município de Paraty. Todos os registros das ocorrências são feitos pelo batalhão. Infelizmente à data de nossa visita o oficial responsável pelo setor de estatísticas não estava presente, fato que nos impossibilitou o acesso aos dados.

Nossa opção pelo batalhão da PM e não pela delegacia de polícia se deu pela possibilidade dos dados serem desagregados por bairros. Embora não tenhamos encontrado o oficial responsável, foi possível conversar com policial subalterno que tem acesso aos dados. Existem ocorrências policiais dos últimos oito anos, o que nos permitiria montar uma série razoável, embora nossa intenção fosse comparar, pelo menos, a década de 1990 com a década atual, porém, não nos foi possível acessar essas informações.

Seja como for, as informações extra-oficiais que obtivemos não nos trouxeram nenhuma revelação em termos de índices alarmantes de violência local. O Cabo PM com o qual conversamos nos disse que existem alguns casos isolados de assassinatos, geralmente por motivações domésticas⁷⁸. O policial nos informou que o registro mais recorrente é o de porte e tráfico de entorpecentes.

⁷⁸ Brigas entre vizinhos, brigas familiares, brigas entre pessoas alcoolizadas entre outras.

Nossa abordagem sobre o tema junto aos moradores da Vila do Frade nos revelou um quadro curioso em relação aos fatos e à percepção dos fatos. Em todas as nossas entrevistas procuramos saber a opinião dos entrevistados sobre a questão da violência e da criminalidade. Nas conversas não gravadas procuramos igualmente ouvir como as pessoas percebiam a questão na Vila. Achávamos que havia altos índices de homicídios no local, não em termos de prevalência, ou seja, número de ocorrências sobre a população total ou mesmo número de ocorrência por mil habitantes, mas em termos absolutos, número total de ocorrências. Nossas desconfianças eram fruto das lembranças dos anos oitenta quando ainda morávamos no local e havia uma série de assassinatos que nunca foram solucionados. Falava-se na existência de grupo de extermínio, pois as vítimas geralmente eram criminosos locais envolvidos com roubos e drogas. Nunca soubemos de nenhum tipo de investigação a respeito.

Perguntamos aos imigrantes das primeiras gerações se a Vila ainda era um lugar tranquilo para se criar filhos e netos como outrora houvera sido. A resposta foi unânime: sim, a Vila ainda era muito tranquila. No momento seguinte em que ouvíamos tal afirmação, inevitavelmente ouvíamos algum relato de fatos envolvendo violência. Abaixo transcrevo trecho de uma entrevista.

Não, a Vila ainda é muito tranquila para se criar os filhos sim, de vez em quando tem uma coisinha aqui, outra ali, mas é coisa pouca. Outro dia mesmo mataram um homem aqui na porta da vizinha. Ficou ali o corpo estirado o dia todo, mas era metido com porcaria, esses metidos com porcaria tem sempre alguma coisa que acontece né?! A gente que vive dentro de casa trabalhando não tem perigo não. (pess.10.1).

Ou seja, a percepção entre as pessoas é a de que se não estiverem metidas com algum tipo de ilegalidade ou equivalente, estarão imunes à violência que as cerca. O fato de alguém ter sido assassinado na porta de casa não é percebido como indício de violência e sim como um caso de violência que tem pertinência apenas com os envolvidos e não com a comunidade como um todo.

Vimos, numa das escolas que visitamos, um cartaz premiado de uma aluna de 12 anos: um corpo, cercado por pessoas chorando, estirado no chão perfurado por balas e sangrando. Ou seja, ao mesmo tempo em que se enxerga a violência à distância, ela também parece presente no cotidiano, na rotina, mesmo que seja imaginária. Mesmo sendo **coisa de bandido**, a violência ocupa espaços sem, no entanto, ser percebida como uma ameaça premente.

O problema do uso e tráfico de drogas é visto de forma diferente. Nossas entrevistas mostraram que as drogas são risco iminente para todas as famílias. No caso das famílias de

imigrantes entrevistadas, todas as gerações se disseram preocupadas com o aumento no uso e no tráfico de entorpecentes na Vila. Relatos de que pessoas cada vez mais jovens fazem uso e mesmo traficam todos os tipos de drogas foram comuns.

Conseguimos entrevistar um rapaz de vinte e seis anos que durante os últimos oito anos era uma espécie de chefe do tráfico no local. Ele nos declarou que pessoas de todas as idades e classes sociais são consumidoras de droga na Vila. Disse-nos, também, como foi o seu processo de entrada no mundo das drogas, primeiro como usuário e depois como vendedor. Falou das relações necessárias para se manter em pé no negócio, dos riscos envolvidos, de armas, de perseguições, de dinheiro e tudo o mais que envolve o mundo do tráfico.

Na época de nossa entrevista o rapaz fazia a tentativa de deixar o tráfico. Havia entrado para uma igreja evangélica e havia parado tanto de usar quanto de vender drogas. Perguntamos a ele se o lugar que estava deixando vago já havia sido ocupado. Ele nos disse que não, pois existia um eficiente combate aos traficantes tanto por parte da polícia, que os prendiam ou os matavam, como por parte das igrejas evangélicas. Ficamos curiosos em saber como as igrejas estavam ajudando no combate ao tráfico. Segundo nosso entrevistado, os traficantes que ainda estavam vivos e soltos estavam abandonando o negócio e boa parte freqüentando as igrejas evangélicas. Dessa forma, quando surgia um novo candidato a ocupar a vaga deixada, os próprios **ex-trafficantes**, agora **fiéis** das igrejas, se empenhavam em impedir que aquele candidato fosse em frente. Esses **ex-trafficantes** ainda gozam do respeito anteriormente adquirido. Geralmente eles conseguem demover esses novos candidatos da idéia de entrarem no negócio. Pelo que nos foi revelado, parece que nem sempre esse processo é pacífico e sem confrontos, porém, tem funcionado em muitos casos. Perguntamos ao rapaz os motivos que o levaram a entrar no mundo das drogas. A resposta foi rápida e imediata: uma escola que não o interessava e a falta de oportunidade de trabalho para um adolescente ter seu próprio dinheiro. (pess. 15).

Não soubemos da existência de nenhum ponto fixo de venda de drogas, guardado por um forte aparato bélico, as chamadas “bocas de fumo”, como são conhecidas nas metrópoles e suas periferias. Ao contrário, soubemos que a droga está disseminada por toda a Vila e que a venda é feita por pessoas de todas as idades, os chamados “aviões”. Esse talvez seja um fato relevante para que não ocorram conflitos armados entre grupos rivais, ou seja, o fato de não haver fortalezas do tráfico talvez iniba a luta por territórios e dessa forma a criminalidade do tráfico de drogas não explode em violência.

Outros registros de criminalidade e violência ocorrem na Vila, mas são esporádicos segundo o que nos relatou o policial com o qual conversamos no BPM. Casos de agressão, arrombamentos, furtos, foram relatados, mas não chegam a impactar as estatísticas sobre o tema. A Vila conta com um Departamento de Polícia Ostensiva. Policiais militares fazem a ronda na localidade.

Entrevistamos um policial aposentado que trabalhou na região de 1978 a 2002, por aproximadamente sete anos prestou serviços na Vila. Segundo ele, questões de criminalidade e violência não foram alarmantes em seu período de serviço ativo. Havia apreensões de drogas em pouca quantidade, detenção por porte de arma, brigas em festas e bares. Ele nos relatou que houve alguns assassinatos na localidade no período da ativa, mas que nos últimos anos esses números aumentaram consideravelmente. A entrevista com esse policial nos dá a certeza de que é necessário estudar a evolução das estatísticas sobre crimes na localidade. Infelizmente, para este trabalho, não obtivemos os registros oficiais desagregados por bairros.

Portanto, as conclusões que podemos tirar deste tópico são baseadas nas entrevistas e conversas com os moradores locais, onde observamos que de forma geral as pessoas não consideram a Vila um local perigoso, ao contrário, os relatos dão conta de que ainda se pode viver com tranquilidade, embora chame a atenção o consumo e tráfico de drogas. Quanto aos assassinatos que eventualmente ocorrem, a população não os consideram pertinentes à vida cotidiana da população trabalhadora, imputam tais fatos ao submundo das drogas de forma geral. O próprio policial entrevistado nos fez semelhante relato, ele nos disse que dos homicídios que ocorrem na Vila, 99% são ligados ao tóxico ou a brigas domésticas.

5.9 INFRAESTRUTURA

No início da década de 1970 as companhias que chegaram no município de Angra dos Reis para darem início à construção das usinas de Angra I e II e para darem continuidade à construção da BR-101, encontraram um pequeno vilarejo com aproximadamente quinhentos habitantes incrustada num pequeno vale entre o mar e a montanha. Poucas casas, ausência completa de luz elétrica, trilhas que serpenteavam o capinzal, abastecimento de água via mangueiras de borracha improvisadas pelos próprios moradores, sistema de esgotamento através de fossas rudimentares. O transporte se dava essencialmente por mar, as ligações

terrestres eram feitas por estradas vicinais sem nenhum tipo de asfaltamento. Havia uma escola com seis salas de aula. Era uma típica vila rural do interior fluminense.

Quase quatro décadas depois a fotografia da Vila se transformou completamente (figuras 5 e 6). O equilíbrio entre o homem e meio ambiente está seriamente comprometido naquele espaço e o saneamento básico talvez seja o mais urgente a ser enfrentado.

A água é encanada e atende perto de 100% das casas. Existem três fontes de abastecimento de água: a cachoeira do Carlos Borges que abastece os morros, menos o morro da Constância. Este é abastecido pela água proveniente da cachoeira da Tia Antônia. Porém, a maior parte da Vila, a **parte de cima** e a **parte de baixo**, é abastecida pela água proveniente da cachoeira Grataú que fica localizada nas terras da fazenda com o mesmo nome.

A qualidade da água que abastece à população é tema de discussão entre os moradores. Entrevistamos o atual administrador regional da Vila e sua antecessora. Do atual administrador entendemos o funcionamento do sistema de tratamento da água utilizada. Na verdade, adiciona-se cloro por um mecanismo de pinga-gotas constante que, independente do volume de água, libera a mesma quantidade de cloro. A checagem desse sistema é de responsabilidade de um técnico municipal.

Ouvimos de muitos moradores que é comum a quantidade de cloro ser excessiva, o que torna o consumo desagradável nessas ocasiões. A razão para esse desequilíbrio na cloração seria que em dias de fortes chuvas a tubulação fica parcialmente obstruída por folhas e dejetos vegetais, o que diminui o volume da água e como a liberação do cloro é constante na mesma quantidade acaba-se tendo uma solução (cloro/água) mais concentrada.

O problema é resolvido com a limpeza da tubulação por parte dos funcionários da prefeitura, o que, dependendo do quanto tenha chovido, pode levar alguns dias devido às dificuldades de acesso aos locais. O problema do entupimento traz outra dificuldade à população: a falta de água. Como o volume diminui a baixa pressão impede que a água suba às caixas d'água que geralmente estão localizadas na parte de cima das construções, além de apartamentos e casas com mais de um andar que não conseguem receber água nessas ocasiões.

Ainda em relação à água, existe uma fonte tida por muitos moradores como de água mineral potável. Esses moradores utilizam a água dessa fonte sem ferver ou filtrar acreditando realmente tratar-se de água própria ao consumo. Porém, análises comprovaram a existência de um alto índice de coliformes danosos à saúde, ou seja, a água proveniente dessa fonte não é própria para o consumo direto, ao contrário do que pensa parte da população. Seria necessário, por parte da autoridade pública, se não o cercamento da fonte, ao menos a

colocação de placas avisando dos perigos de se consumir, sem os devidos cuidados, a água daquela origem. Nós estivemos na fonte e não observamos nenhum tipo de sinalização nesse sentido.

A cobrança da água na maior parte das casas da Vila, segundo o administrador entrevistado, se faz pelo tamanho da residência, ou seja, a metragem indicada no IPTU serve como parâmetro para a companhia de água e esgoto municipal emitir as faturas. Essa prática eleva o valor das contas, pois, tem-se observado que as residências que possuem hidrômetro, e o uso desse equipamento é uma prerrogativa do consumidor, apresentam contas até oito vezes menores.

A rede de esgoto existente não cobre toda a localidade. A **parte de cima** teve a tubulação de esgoto implantada nos governos do PT no município, porém essa rede não distingue o esgoto da água pluvial e, mais importante, lança todos os dejetos no Valão que descarrega todo o material na praia sem nenhum tratamento. O esgoto dos morros também é jogado no Valão e têm o mesmo destino. A **parte de baixo** não conta com tubulação de esgoto e faz uso tanto de fossas sépticas quando rudimentares.

Há expectativa que no curto prazo o problema do tratamento do esgoto seja resolvido. Existem obras em andamento que prevêm a construção de dois postos de tratamento dos dejetos. Após o tratamento nas estações o esgoto será lançado no mar, porém, tratado.

A Vila conta com uma escola estadual, duas escolas municipais e uma creche. Há, portanto, cobertura educacional da creche ao ensino médio garantido pelo Estado⁷⁹. Existem também postos de saúde funcionando em quatro módulos e uma farmácia popular de distribuição de medicamentos, como explorado no tópico sobre saúde. O Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil estão presentes na localidade inclusive sendo obrigatória tal presença devido ao plano de evacuação em caso de problemas nas usinas. A polícia militar conta com um Departamento de Polícia Ostensiva e é encarregada pela segurança dos moradores.

O transporte já foi discutido em tópico próprio. Como vimos, a Vila é servida por transporte público coletivo, porém com diversos problemas aguardando solução. Praticamente todas as ruas da Vila, inclusive nos morros, estão calçadas, embora as obras de superestrutura não estejam feitas.⁸⁰

Pode-se dizer que o quadro da infra-estrutura local apresenta problemas que aparentemente estão sendo resolvidos com a esperança de melhora na qualidade de vida da

⁷⁹ De fato essa continuidade na oferta do ensino é interrompida pela falta de das séries que envolvem a chamada pré-escola que comportariam crianças de 4 e 5 anos, ou seja, pós-creche e pré-ensino fundamental.

⁸⁰ Superestruturas são canaletas laterais, ralos, bueiros etc.

população, embora, os pontos relacionados ao abastecimento e ao tratamento da água utilizada, ainda suscitem algumas dúvidas quando ao enfrentamento. Podemos dizer que expectativa maior fica por conta da recuperação da balneabilidade da praia. Espera-se que o sistema de esgotamento que está sendo implantado colabore de forma decisiva e permanente com a solução do problema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora grande parte dos dados analisados neste trabalho seja do Censo de 2000, ou seja, dados de quase uma década passada, os indicadores construídos têm validade, mesmo porque mudanças na estrutura econômica, social e populacional são processos que tomam tempo para ocorrerem.

O primeiro fenômeno a nos chamar a atenção no município de Angra dos Reis foi o crescimento populacional observado a partir da segunda metade do século passado. Porém, era necessário encontrar e compreender os condicionantes desse fenômeno e trazê-lo para uma discussão teórica que estabelecesse as ligações do tema com o universo mais geral.

O processo de desenvolvimento do município de Angra dos Reis, a partir dos anos cinquenta do século passado, fez parte do período do desenvolvimentismo brasileiro, período pós Segunda Guerra Mundial no qual o país procurou fortalecer o setor industrial sendo necessário para tanto fazer grandes investimentos em infra-estrutura. Portanto, o Estado atuou nas mudanças ocorridas no município como o principal agente, estabelecendo condições que auxiliariam na reprodução do capital⁸¹.

As mudanças foram sentidas em vários setores da vida local, principalmente no mercado de trabalho e no uso e ocupação do solo.

Os projetos de iniciativa estatal espalharam-se por praticamente todo o território angrense, da Ilha Grande (TEBIG) ao continente, passando pelos outros cinco distritos, com as construções do estaleiro Verolme, das usinas nucleares e da rodovia BR-101.

Mas se por um lado os investimentos foram **pulverizados** por todo o município, os resultados desses investimentos não o foram. Prova disso é o que vimos no capítulo IV onde

⁸¹ O principal projeto implantado no município foi o das usinas nucleares que tem o objetivo de suprir os principais pólos industriais do país, ao menos à época da implantação dos projetos, com energia. Não é por acaso que a localização das usinas está exatamente entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

os indicadores de renda, escolaridade e infra-estrutura apontam desigualdades intramunicipais, inclusive, destacando onde essas desigualdades teriam ocorrido.

No capítulo III foi possível ver como foi a atuação do Estado no processo de configuração do espaço no município de Angra dos Reis e, dessa forma, deve-se levar em conta tal atuação na produção das desigualdades que os indicadores vistos no capítulo IV apontam.

Através de órgãos governamentais diretamente implicados nos acontecimentos do município a partir dos anos sessenta, agentes econômicos privados obtiveram privilégios: desde a concessão de financiamento a juros de longo prazo e taxas reduzidas, até a definição e classificação de áreas para a instalação de atividades econômicas, marcadamente o turismo.

Ora, podemos concluir que se o Estado agiu com parcialidade, privilegiando alguns setores em detrimento de outros - por exemplo, o setor agrícola foi deixado de fora do processo de desenvolvimento— o resultado não poderia deixar de ter a marca desse tratamento desigual. Ou seja, perdeu-se a oportunidade de se implantar um modelo de desenvolvimento que contemplasse a totalidade daquela população e, portanto, daquele espaço. O Estado, depois de tantas intervenções, delegou ao poder econômico privado, tanto local quanto global – a construção das usinas nucleares só foi possível pelo acordo de cooperação tecnológica na área de energia atômica entre o Brasil e a Alemanha e desta forma o capital alemão pode participar do processo através de empresas privadas, assim como o capital americano, que forneceu os reatores utilizados nas usinas e a mão-de-obra para montagem e manutenção do equipamento⁸² – a distribuição do **lucro** resultante dos investimentos.

Decisões fundamentais para definirem os rumos do desenvolvimento no município foram tomadas à época dos governos militares, logo a falta de participação da sociedade civil organizada, em geral, e da população local, em particular, ou seja, a ausência de democracia no processo de tomada de decisão é mais um fator a ser levado em conta na interpretação dos resultados.

A análise dos indicadores feita no capítulo IV revelou algumas desigualdades no desenvolvimento dos distritos em Angra dos Reis. Vimos que Cunhambebe mostrou-se em desvantagem quanto aos indicadores de Educação, Renda e Infra-estrutura em relação aos demais distritos. Vimos, porém, que existem mudanças em curso e que dados e informações

⁸² A empresa americana Westinghouse foi responsável pelo fornecimento e montagem dos reatores usados em Angra I. Na década de noventa descobriu-se falhas nos projetos dos reatores, havia um processo acelerado de corrosão dos dutos de combustíveis. Para mais detalhes sobre os problemas com os reatores da Westinghouse na usina de Angra I ver, Rosa, Luiz Pinguelli. *ASPECTOS DA SEGURANÇA DOS REATORES RELACIONADOS À TRANSFERÊNCIA DE ANGRA I E II DE FURNAS PARA NUCLEN – Relatório à Exa. Sra. Dra. Juíza Maria Teresa Lobo da 28ª. Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro* - Rio de Janeiro – maio de 1997.

mais recentes seriam necessárias para melhor avaliarmos os novos rumos do desenvolvimento local.

Grandes gastos por parte do governo sempre geram distorções independente de onde ocorram, independente da escala onde os investimentos são feitos. Múltiplos interesses estão representados em processos como esses e, portanto, há tensões, jogo de poder, equilíbrios e desequilíbrios de forças. No caso de Angra dos Reis, o processo foi permeado pela atuação incontestada do Estado, porém, tal fato não minimizou as disputas, ao contrário, em muitos sentidos ela foi acirrada.

É provável que as desigualdades mostradas, através dos indicadores aqui construídos, tenham relação direta com a forma de atuação do principal agente modelador do espaço em questão: o Estado. No geral, os grupos de interesses privados não têm como objetivo primeiro desenvolver de forma equilibrada o **lócus** onde atuam. De fato, atuam segundo a lógica clássica do capitalismo: a busca do máximo lucro. Cabe ao Estado arbitrar e apontar os caminhos para o desenvolvimento equilibrado em termos de distribuição dos resultados.

Vemos então, que sem a participação da sociedade civil e da população local, mas com a presença estatal, o desenvolvimento do município de Angra dos Reis esteve nas mãos de grupos de interesse privados, tanto locais quanto externos, que participaram, direta ou indiretamente, das decisões para alocação e distribuição dos recursos.

Do ponto de vista da **macroeconomia municipal** nossa pesquisa mostra que em cinco décadas, a partir dos anos cinquenta, Angra dos Reis deixou de ser uma economia agrária voltada para a agricultura de subsistência, passou por um período em que pôde ser classificada como uma economia industrial, dado o destaque do setor na composição do PIB do município e, finalmente, passou a ser uma economia com forte presença do setor de serviços. Dos três setores da economia, a agricultura foi o que mais perdeu espaço e não por acaso: com a ascensão do turismo no município, foi necessário reservar grandes extensões de terra para a instalação dos conglomerados de turismo e lazer que demandam sempre largas faixas de terrenos tanto para a construção da planta hoteleira quanto para os equipamentos de apoio.

O turismo é, sem dúvida, a principal atividade econômica e a locomotiva do setor de serviços. Porém, esta pesquisa aponta na direção do surgimento de novas atividades no município, particularmente a maricultura. Com potencial de criação de emprego e renda essa atividade deve ser mais bem estudada e ter esse potencial mensurado, pois, sabe-se que prescindindo da utilização do solo para sua produção – a produção é marinha - a maricultura pode surgir como real alternativa para a dinamização econômica do setor agropecuário.

Temos algumas possibilidades de desdobramento futuro de nosso trabalho. Por exemplo, investigar como os recursos dos **royalties** recebidos pelo município estão sendo aplicados.

Nos anima a possibilidade de trabalhar com novos dados e informações a partir dos resultados do Censo Demográfico 2010. Essas informações permitirão compor de forma mais completa a **fotografia** que ora apresentamos.

Por fim, algumas considerações sobre os resultados de nossa pesquisa de campo feita na Vila do Frade e os caminhos futuros para novas investigações não somente na escala local, mas em todo o município e mesmo na investigação sobre processos de desenvolvimento em diferentes tempos e escalas.

A variação de 80% encontrada para a renda média dos chefes de domicílio entre 1991 e 2000, aliada à nossa observação **in loco** do expressivo crescimento do comércio local é um exemplo de caminho investigativo para novas inserções locais.

Com as novas informações que o Censo 2010 irá trazer, será possível comprovar indícios levantados pela pesquisa quanto a existência das duas etapas imigratórias na localidade, testando a hipótese de condição de vida piorada das famílias que teriam imigrado na segunda etapa (a partir de meados dos anos noventa) e, ainda, experimentando novos caminhos na mesma direção. Por exemplo, o fortalecimento do comércio como função da chegada de famílias originárias do Vale do Paraíba, principalmente Volta Redonda e Barra Mansa, desligadas da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – por ocasião das privatizações, que teriam investido suas economias inserindo-se no comércio local e que também seriam oriundas dessa **segunda etapa imigratória**.

Também nos anima a possibilidade de comprovação, ou não, das diferenças sócio-econômicas entre o que denominamos **parte de cima** e **parte de baixo** da Vila do Frade, inclusive atualizando os indicadores de renda e educação construídos nesta pesquisa e criando outros que nos ajudarão a entender a dinâmica local nesta última década e permitirão acompanhar como o distrito de Cunhambebe está inserido no **novo** cenário.

Seja como for, independente do que as pesquisas futuras nos oferecerão, os indícios aqui levantados abrem caminhos para novas perguntas não só a respeito de questões locais, da Vila do Frade, mas sobre questões gerais do município de Angra dos Reis. Qual o rumo tomado na década atual para o desenvolvimento do território em tela? Quais foram os resultados alcançados? O município ainda é destino imigratório? Se é, quais são as novas condicionantes desse fenômeno? Qual a dimensão da atração exercida se for o caso, ou seja, como se comportarão as taxas de crescimento populacional? Os homens continuarão sendo a

maioria da população do município? A distribuição da população pelos distritos terá seguido as tendências das últimas três décadas? Se sim, quais seriam as novas condicionantes? Se não, quais foram as forças que redirecionaram as tendências?

Em relação às questões econômicas as perguntas igualmente não são poucas: como a mão-de-obra local está sendo absorvida? Quais são os novos setores de atividade? O setor de serviços confirmará a tendência de ocupação da maior parte dos trabalhadores locais? Quais serão as novas relações entre educação e nível de renda nominal dos chefes de família?

O processo de desenvolvimento que acompanhamos neste trabalho, tendo como recorte geográfico o município de Angra dos Reis e sua divisão distrital, não é peculiaridade desse território, mas sim um modelo de desenvolvimento experimentado em várias partes do Brasil e mesmo do mundo. Dessa forma, seria interessante para nossas investigações futuras, diante das possibilidades de novos dados e informações, fazer estudo comparativo entre o território aqui analisado e territórios com características similares, ao menos em relação a tamanho de população.

Vislumbramos ainda a possibilidade de ampliar a escala da pesquisa e verificar, por exemplo, o processo de desenvolvimento da meso-região sul-fluminense destacando as similaridades dos fenômenos ocorridos nas diferentes escalas e quais foram os resultados.

Por fim entendemos que há boas possibilidades de desdobramentos futuros. A pesquisa encerra apenas uma etapa do trabalho e nos enche de novas perguntas, como registrado nos parágrafos acima, muito mais do que dá respostas às iniciais e, nesse sentido, continua viva e nos impulsionando na direção de novas buscas, de novos desafios.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6033**: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

AJARA, César; PIRES NETO, A. F. Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_795.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2009.

AJARA, César. **Espaços incluídos e espaços excluídos na dinâmica da geração de riqueza**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BENJAMIM, Cesar. **Diálogo sobre ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

BERTONCELLO, R. **Processo de Modernização e Espaço local**: o caso do município de Angra dos Reis, R.J. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BORGES, Carlos. **Memórias e Estórias de Angra dos Reis**. Rio de Janeiro: Gráfica, 1994.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

BRITO, F. Brasil final de século: a transição para um novo padrão migratório. In: Fausto. (Org.). **Transições Migratórias**. 7. ed. Fortaleza: Iplance, 2003.

CASTELS, Manuel. **Fim do milênio**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3.

COSTA, Rogério H. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ECOLOGISTAS temem desastre ambiental em Angra dos Reis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 2002.

FERRAZ, João Carlos; KUPFER, David; HAGUENAUER, Lia. **Made in Brazil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FIORI, José Luís. **O poder global**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1980.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Contribuição à Reflexão Sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional**. O Caso de Angra dos Reis, RJ 1983. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

HARVEY, DAVID. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola. 1989

HARVEY, DAVID. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HAESBAERT, R Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná de Castro; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HOTEL do Frade – Angra dos Reis – RJ. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.viabrturismo.com.br/hoteldofrade.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2009. Não paginado.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1970.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1980.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2000.

IPEA; IBGE; NESUR. **Características e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 1999. v. 1.

IPEA; IBGE; NESUR. **Características e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 1999. v. 2.

LAGO, L. Corrêa do. Segregação Socioespacial e Condições Urbanas de Vida nos Anos 80: A Metrópole do Rio de Janeiro em Questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt11_4.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009.

LAGO, L. Corrêa do. Divisão Sócio-espacial e Mobilidade Residencial: reprodução ou alteração das fronteiras espaciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt11_4.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a Guanabara. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1964. (Biblioteca Geográfica Brasileira, 5).

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca de alto-estima. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MANFREDO, M. T. **Desigualdade e produção do espaço urbano**: O caso de Hortolândia na região metropolitana de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

MARAFON, Glaucio Jose et al. **Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro**: uma contribuição geográfica. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

MASSEY, Doreen. Regionalismo: alguns problemas atuais. Espaço e debate, São Paulo, ano 1, n. 14, dez. 1981.

MENDONÇA, E. L.; OLIVEIRA, Jane Souto. Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos. **Observatório da Cidadania**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 79-88, 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PIRES NETO, A. F. P.; AJARA, C. Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 15., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** 2007.

OLIVEIRA, A. T. S. Dinâmica migratória recente da região metropolitana do Rio de Janeiro. 1999. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, D. S. Desigualdades sócio-espaciais e vulnerabilidade juvenil no contexto fluminense. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma religião**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, F. **Crítica á Razão Dualista O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma religião**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Unicamp, 1998.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Pesquisas**: dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões populacionais no Brasil. Campinas, SP.: Unicamp. IE, 2000

PASSOS, R. M. S. **População e movimento**: ruralidades fluminenses. 2005. (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais)- Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil**: Tempos e Espaços. Rio de Janeiro: ENCE, 2003. Texto para discussão n. 7.

PELTIER, Márcia. Promessa de paraíso. JB Online, Rio de Janeiro, 5 ago. 2008. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/colunas/peltier/2004/02/26/jorcolpel20040226001.html>>. Acesso em: 5 ago. 2008. Não paginado.

PIERI, V. S. G. **Segregação Sócio-Espacial no Município de Angra dos Reis: um foco no Turismo**. 2005. (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais)- Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

PORTO Galo. Angra dos Reis, 2009. Disponível em: <<http://www.portogalo.com.br/localizacao/index.html>>. Acesso em: 10 ago. 2009. Não paginado.

PREFEITURA confirma 34 mortos em Angra dos Reis. Jc Online, Recife, 9 dez. 2002. Disponível em: <<http://jc.uol.com.br/canal/cotidiano/noticia/2002/12/09/prefeitura-confirma-34-mortos-em-angra-dos-reis-21499.php>>. Acesso em 12 dez. 2002. Não paginado.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, L. C. Q. **Segregação Residencial e Políticas Públicas**: análise do espaço social da cidade na gestão do território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000.

RICARDO, David. **Princípio de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SENNETT, Richard. **A corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SHUMPETER, Joseph A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo, Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.

SIMONSEN, Mario Henrique. **Dinâmica Macroeconômica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**: migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. São Paulo: Brasiliense, 1973.

APÊNDICE A - ÍNDICE DAS ENTREVISTAS

Inst 01 - ADM 01	Inst 02 – ADM 02
Inst 03 - DIR 01	Inst 04 – DIR 02
Inst 05 - DIR 03	Inst 06 – DIR CRE
Inst 07 - PADRE/CATOL	Inst 08 - EMPRESÁRIA
Inst 09.1 – EX-PREFEITO	Inst 09.2 – EX-PREFEITO
Inst 10 - EX-VEREADOR I	Inst 11 – EX-VEREADOR II
Inst 12 - ONG	Inst 13.1 – USINA I
Inst 13.2 – USINA II	Inst 14 – SAÚDE I
Inst 15 - SAÚDE II	Inst 16 – SAÚDE III
Pess.01 - ALUNOS	
Pess.02 – ANTIGO I	Pess.03 – ANTIGO II
Pess.04 – ANTIGO III	Pess.05 ANTIGO IV
Pess.06 – FAM 00	Pess.07.1 – FAM 1.1
Pess.07.2 – FAM 1.2	Pess.07.3 – FAM 1.3
Pess.08.1 – FAM 2.1	Pess.08.2 – FAM 2.2
Pess.08.3 – FAM 2.3	Pess.09.1 – FAM 3.1
Pess.09.2 – FAM 3.2	Pess.09.3 – FAM 3.3
Pess.10.1 – FAM 3.1	Pess.10.2 – FAM 4.2
Pess.10.3 – FAM 4.3	Pess.11.1 – FAM 5.1
Pess.11.2 – FAM 5.2	Pess.11.3 – FAM 5.3
Pess.12 - PESCADOR	Pess.13 – EMPRESÁRIA II
Pess.14.1 – COM I	Pess.14.2 – COM II
Pess.14.3 – COM III	Pess.15 - TRAFIC

APÊNDICE B – RELATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPO

Introdução

Realizamos trabalho de campo, no período de onze de outubro a trinta de outubro, na Vila do Frade, localizada no distrito de Cunhambebe, município de Angra dos Reis, com a finalidade de reunir material para nossa pesquisa intitulada **RELAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO, ATIVIDADE ECONÔMICA E MIGRAÇÕES – CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS. UM FOCO NA ESCALA LOCAL – A VILA DO FRADE**

Objetivo do trabalho de campo:

Nosso objetivo com essa abordagem do trabalho de campo foi tentar saber quais foram os impactos percebidos pelos habitantes locais quanto às mudanças sofridas desde o início da construção das usinas e da BR, obras contemporâneas, assim como a chegada da indústria do turismo na localidade. Neste sentido, observamos e procuramos as informações e impressões dos moradores, através de entrevistas selecionadas, quanto a questões como infra-estrutura, principalmente a posse e o uso da terra, e também condições de moradia. Avançamos ainda em aspectos dos indicadores gerais de qualidade de vida, como saúde, educação, segurança, transporte, entre outros.

Planejamento da pesquisa:

O planejamento inicial contou com a esquematização de entrevistas selecionadas onde abordamos temas específicos de acordo com o entrevistado. Neste sentido, esquematizamos tanto os temas de nosso interesse como o tipo de entrevistado pertinente a cada um dos temas. Dividimos, então, nosso esquema como mostraremos abaixo.

Tema: Imigração

Tipo de entrevistado: Famílias imigrantes

Quantidade

Total de cinco famílias, sendo as entrevistas feitas com três gerações de cada família:

1ª geração – correspondendo aos primeiros imigrantes chegados ao local: pais;

2ª geração – correspondendo aos filhos dos primeiros imigrantes que chegaram ao local: filhos;

3ª geração – correspondendo aos netos dos primeiros imigrantes que chegaram ao local: netos

CATEGORIA	TEMPO DE ENTREVISTA (MIN)
FAMÍLIAS IMIGRANTES	386,44
FAMÍLIA 1	46,19
1ª GERAÇÃO	30' 50"
2ª GERAÇÃO	8' 13"
3ª GERAÇÃO	7' 56"
FAMÍLIA 2	68,24
1ª GERAÇÃO	21' 53"
2ª GERAÇÃO	27' 12"
3ª GERAÇÃO	19' 59"
FAMÍLIA 3	103,22
1ª GERAÇÃO	48' 51"
2ª GERAÇÃO	32' 43"
3ª GERAÇÃO	22' 28"
FAMÍLIA 4	97,67
1ª GERAÇÃO	37' 12"
2ª GERAÇÃO	24' 34"
3ª GERAÇÃO	36' 21"
FAMÍLIA 5	81,12
1ª GERAÇÃO	40' 49"
2ª GERAÇÃO	28' 08"
3ª GERAÇÃO	12' 55"

Roteiro

De forma geral as perguntas foram definidas de acordo com a geração entrevistada, portanto, perguntas com mesmas características couberam igualmente a todas as gerações, sem distinção: nome, idade, local de origem, estado civil, escolaridade, condição de moradia. Sendo estas perguntas sobre as condições atuais;

As perguntas pertinentes a cada geração levaram em conta as especificidades temporais, cabendo à primeira geração responder sobre o local de origem, a data da chegada, se chegou empregado ou não, a empresa em que trabalhava, a renda na época, o tipo de trabalho desenvolvido ao chegar, condição de moradia ao chegar, aceitação dos moradores locais (se houve ou não discriminação), impressões gerais da Vila ao chegar, impressões atuais da Vila (como impressões gerais procuramos saber sobre acessos à saúde, educação, transporte etc.), desejo ou não de retornar ao local de origem;

À segunda geração coube responder sobre emprego e aspectos gerais da vida na Vila (acessos à saúde, educação, transporte etc.);

A terceira geração foi questionada também sobre as impressões gerais da Vila, porém demos ênfase a questões relacionadas à educação, emprego, cultura e lazer e questões ambientais.

Forma de captação das informações

Todas as entrevistas foram gravadas e armazenadas no formato MP3.

Tema: Visão histórica da Vila

Tipo de entrevistado: Moradores antigos – moradores locais

Quantidade

Total de três moradores entrevistados, todos com mais de 75 anos de idade.

CATEGORIA	TEMPO DE ENTREVISTA (MIN)
MORADORES ANTIGOS	110,47
ANTIGO 1	51'
ANTIGO 2	30' 12"
ANTIGO 3	30' 35"

Roteiro

Com esse grupo e entrevistados procuramos ter, além de informações de dados pessoais, uma visão histórica da Vila, uma narrativa dos acontecimentos na visão de cada indivíduo abordado, como perceberam os acontecimentos, o que acharam que mudou e como mudou. Procuramos saber como esse grupo percebeu o crescimento populacional e que conseqüências eles poderiam apontar com tal crescimento. O que eles colocariam como pontos positivos e

negativos na Vila à época de suas juventudes, anos 50 e 60, e à época atual. Como é a visão de cada um quanto às mudanças no meio ambiente local etc.

Forma de captação das informações

Todas as entrevistas foram gravadas e armazenadas no formato MP3.

Tema: Diversos - Educação, Transporte, Trabalho, Saúde, Infra-Estrutura, Meio-Ambiente, Violência E Criminalidade, Política, Cultura e Lazer etc.

Tipo de entrevistado: Procuramos selecionar entrevistados que tivessem pertinência com o tema abordado.

Quantidade

Neste sentido entrevistamos 25 pessoas como se pode ver no esquema abaixo:

CATEGORIA	TEMPO DE ENTREVISTA (MIN)
COMERCIANTES ANTIGOS	124,21
COMERCIANTE 1	52'
COMERCIANTE 2	26' 6"
COMERCIANTE 3	46' 15"
ADM REGIONAL	58,57
ADM 1	23' 01"
ADM 2	35' 56"
POSTOS DE SAÚDE - COORD.	79,76
COORDENAÇÃO MÓDULO 1	27' 28"
COORDENAÇÃO MÓDULO 2	24' 27"
COORDENAÇÃO MÓDULO 3	28' 21"
DIRETORES DE COLÉGIOS	114,15
DIRETOR 1 - COL. ESTADUAL	52' 46"
DIRETOR 2 - ESC. MUNIC. CACIQUE	38' 47"
DIRETOR 3 - ESC. MUNIC. REZECK	23' 22"
EX - VEREADORES	98,84

VEREADOR 1	56' 55"
VEREADOR 2	42' 29"
EX - PREFEITO	78,83
POLICIAL	28,54
MORADOR ITAORNA	22,53
PESCADOR	21,43
COORD. PROJETO SOCIAL	23,23
CIA. TRANSP. IMIGRANTES	4,05
PADRE E GRUPO DE CATÓLICOS	144,08
ELETRONUCLEAR	54,52
EMPRESÁRIO - TURISMO	34,4
TRAFICANTE	36,01
COORDENAÇÃO CRECHE	20,39
SEGUNDA GERAÇÃO IMIGRANTE	30,01
TOTAL DE HORAS DE ENTREVISTAS	8,30

Resumo

O tempo total de todas as entrevistas é de vinte e quatro horas e cinquenta minutos. No geral foram entrevistadas quarenta e três pessoas;

A forma de contato seguiu basicamente o nosso amplo conhecimento da população local, desta forma nos foi facilitada a abordagem aos indivíduos que selecionamos para as entrevistas. Porém, muitas vezes ao entrevistar um indivíduo este nos apontava algum aspecto que poderia ser de nosso interesse e que determinada pessoa poderia nos esclarecer, isso nos levava a uma abordagem indireta de alguns indivíduos. No plano institucional, os contatos foram feitos na maioria das vezes por telefone, através de assessorias de comunicação, como foi o caso da Eletronuclear, e contatos diretos via telefone ou fax. Tínhamos em mãos uma Carta de Apresentação de minha orientadora nos apresentando e dando conta do que trata nosso trabalho, essa Carta foi amplamente utilizada para abordagens institucionais.

Levantamento no campo

Nosso trabalho consistiu em fazer observações, por vários meios, dos objetos e temas de nosso interesse. Para isso utilizamos largamente o método de entrevistas com informantes selecionados. Além das entrevistas que foram gravadas e que temos o material todo em arquivos, tivemos muitas horas de conversa com a população local, conversas do tipo “informal”, mas nas quais fizemos várias anotações sobre aspectos variados. Um exemplo desse tipo de abordagem foi uma conversa com um pescador local que nos deu várias informações sobre a situação da categoria no local e da própria pesca;

A pesquisa também é documentada com mais de 300 fotografias obtidas com equipamento próprio, além de material iconográfico obtido junto a órgãos públicos municipais;

Também foram feitas visitas a órgãos da prefeitura, como Secretaria de Educação, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Meio Ambiente, Escritório de Administração Regional. Em alguns desses órgãos conseguimos obter registros administrativos e bancos de dados internos. Um exemplo de dados obtidos é a origem de todos os alunos matriculados na rede pública municipal, dados obtidos junto à Secretaria de Educação.

Estas foram as etapas de nossa pesquisa de campo e a metodologia utilizada. Os resultados estão descritos no capítulo IV deste trabalho.